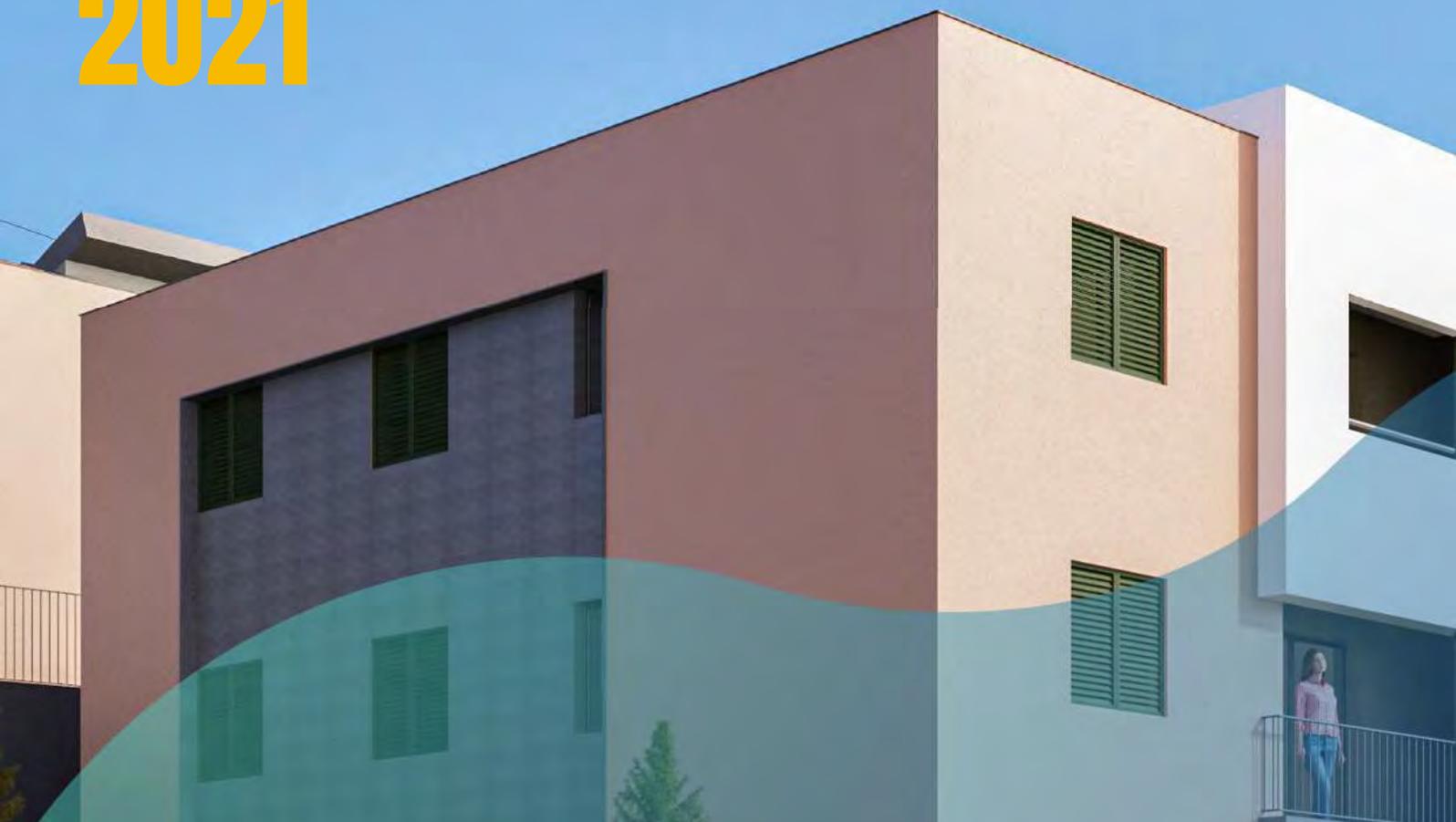




IHM - INVESTIMENTOS HABITACIONAIS
DA MADEIRA, EPERAM

Relatório e Contas 2021



Índice

Mensagem.....	4
1. A empresa.....	7
1.1. Enquadramento legal e organização.....	7
1.2. Órgãos Sociais.....	8
1.3. Organização e recursos humanos.....	10
2. Estratégia.....	12
2.1. Missão, visão e valores.....	12
2.2. Situação atual.....	12
2.3. Prioridades estratégicas.....	16
3. Atividade desenvolvida.....	18
3.1. Apoios habitacionais às famílias.....	18
3.2. Inclusão social e serviços de proximidade.....	22
3.3. Património imóvel e financeiro.....	26
3.3.1 Manutenção e gestão.....	27
3.3.2 Construção, reabilitação e requalificação.....	27
4. Análise económica e financeira.....	32
4.1. Execução orçamental por classificação económica.....	32
4.1.1. Execução orçamental da despesa.....	32
4.1.2. Execução orçamental da Receita.....	36
4.2. Contas da Empresa.....	40
4.2.1. Rendimentos e Ganhos.....	40
4.2.2. Gastos e Perdas.....	42
4.2.3. Ativo.....	44
4.2.4. Passivo.....	45
4.2.5. Capital.....	46
4.2.6. Resultados.....	47
4.2.7. Avaliação global.....	48
4.2.8. Proposta de Aplicação de Resultados.....	50
4.2.9. Negócios entre a empresa e os seus Administradores.....	50
4.3. Perspetivas futuras.....	51
5. Demonstrações Financeiras.....	55
5.1. Balanço.....	55

5.2.	Demonstração de Resultados por Naturezas	56
5.3.	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	57
5.4.	Demonstração das alterações ao Capital Próprio.....	58
5.5.	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	59
5.5.1.	Nota introdutória.....	59
5.5.2.	Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	60
5.5.3.	Ativos fixos intangíveis.....	66
5.5.4.	Acordos de concessão de serviços: concedente.....	66
5.5.5.	Ativos fixos tangíveis.....	66
5.5.6.	Locações.....	68
5.5.7.	Custos de empréstimos obtidos	68
5.5.8.	Propriedades de investimento	70
5.5.9.	Imparidade de ativos	71
5.5.10.	Inventários	71
5.5.11.	Agricultura.....	71
5.5.12.	Contratos de construção.....	72
5.5.13.	Rendimentos de transações com Contraprestação.....	72
5.5.14.	Rendimentos de transações sem Contraprestação.....	73
5.5.15.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	75
5.5.16.	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	76
5.5.17.	Acontecimentos após a data de relato	76
5.5.18.	Instrumentos financeiros	77
5.5.19.	Benefícios dos empregados	80
5.5.20.	Divulgações de partes relacionadas.....	80
5.5.21.	Relato por segmentos.....	80
5.5.22.	Interesses em outras entidades.....	80
5.5.23.	Outras divulgações.....	81
5.5.23.1.	Diferimentos Ativos.....	81
5.5.23.2.	Instrumentos de capital próprio.....	81
5.5.23.3.	Diferimentos Passivos	82
5.5.23.4.	Fornecimentos e serviços externos.....	82
5.5.23.5.	Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais	84
5.5.23.6.	Outros rendimentos.....	84

5.5.23.7.	Outros gastos	85
5.5.23.8.	Depreciações	86
5.5.23.9.	Juros e rendimentos similares obtidos	86
5.5.23.10.	Juros e gastos similares suportados	87
5.5.23.11.	Impostos sobre o rendimento	87
5.5.23.12.	Divulgações exigidas por Diplomas Legais	89
6.	Demonstrações Orçamentais	90
6.1.	Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	90
6.2.	Plano Plurianual de investimentos	91
6.3.	Demonstração do desempenho orçamental	92
6.4.	Demonstração de execução orçamental da receita	94
6.5.	Demonstração de execução orçamental da despesa	95
6.6.	Demonstração de execução do Plano Plurianual de investimentos	96
6.7.	Anexos às demonstrações orçamentais	97
6.7.1.	Alterações orçamentais da receita	97
6.7.2.	Alterações orçamentais da despesa	98
6.7.3.	Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos	99
6.7.4.	Operações de tesouraria	100
7.	Relatórios e Certificação Legal	101
7.1.	Certificação legal das contas, relatório e parecer do Fiscal Único	101



Mensagem

O ano de 2021, apesar das avisadas medidas de contenção aplicadas pelo Governo Regional, através das autoridades de saúde, económicas e sociais da Região, sobretudo no primeiro semestre, continuou muito afetado pelos condicionalismos operacionais e económicos sobrevindos da Pandemia da Covid 19. Todavia, também foi um ano muito profícuo em termos de introdução de medidas de apoio e de planeamento estratégico, operacional e financeiro, particularmente com a implementação da nova Estratégia Regional de Habitação (ERH – 2030), bem como pelo lançamento de novos programas de apoio e de diversos procedimentos concursais, nomeadamente no âmbito das reformas na área da habitação com fins sociais, a cargo desta entidade pública. para o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a executar até 2026.

No domínio das medidas do Governo Regional com vista à mitigação dos impactos da Pandemia, é de destacar a continuação dos apoios e da proteção à população em situação de maior vulnerabilidade sanitária, económica e social, através da IHM, nomeadamente a continuação da isenção total de pagamento de rendas e a suspensão dos acordos de regularização de dívida até junho de 2021 e a isenção/suspensão parcial de julho a dezembro, abrangendo cerca de 18 mil pessoas nos diversos programas habitacionais e 93 empresas, associações e outras entidades em espaços não habitacionais, tendo a IHM sido compensada pela correspondente perda de receita através dum protocolo de financiamento com a Região, num total na ordem dos 2,85 milhões de euros.

Já incluído na ERH-2030, em 2021, a IHM promoveu, em força, a nova medida de apoio habitacional à aquisição e ao arrendamento, delineada pelo programa PRAHABITAR - Programa de Apoio à Aquisição e ao Arrendamento de Habitação, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/2020/M, de 28 de julho e regulamentado pela Portaria n.º 803/2020, de 18 de dezembro.

A habitação social, destinada ao arrendamento de agregados familiares com fracos recursos económicos e carências habitacionais imediatas, foi sobretudo

alcançada, em 2021, pela via da retribuição de habitações já existentes no parque habitacional sob administração da IHM, incluindo a bolsa de fogos do programa de arrendamento para subarrendamento social.

Em alternativa ao arrendamento social, a IHM deu continuidade aos outros apoios habitacionais, nomeadamente através do reforço do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados, incluindo as medidas especial aplicadas à recuperação das habitações atingidas pelas intempéries que assolaram a Costa Norte da Madeira, em dezembro de 2020, e a Costa Sul, em março de 2021 e a manutenção dos apoios a famílias com desempregados, para auxílio ao pagamento de rendas ou de prestações bancárias (PAD).

No que respeita a despesa realizada em património edificado, em 2021, foram acometidos cerca de 10 milhões de euros a investimento e a conservação, com especial destaque para a reabilitação do Bairro da Palmeira em Câmara de Lobos (284 fogos, edifícios de apoio social, infraestruturas e arranjos exteriores) e para a construção do empreendimento de 11 fogos no Bairro da Nogueira, ambos concluídos em 2021.

Na execução financeira do Plano de Investimentos do Programa do XIII Governo Regional da Madeira, para o quadriénio de 2019-2023, já foram aplicados cerca de 54,3 milhões de euros no Programa "Habitação e Realojamento", sendo que, em 2021, foram executados cerca de 13,8 milhões de euros.

Reiterando que a missão desta entidade pública é social e que não visa alcançar resultados económico-financeiros, não deixa de ser relevante realçar que, no que toca a indicadores económico-financeiros, fruto dos esforços encetados nas várias vertentes da organização e da exploração, a IHM manteve o EBITDA continua e sustentadamente positivo, pelo sétimo ano consecutivo, situando-se em 2021 nos 2,31 milhões de euros, evolução que é motivo de enorme satisfação. Paralelamente é de destacar a melhoria de 3,5%, de 2020 para 2021, nos capitais próprios. As demonstrações financeiras revelam uma evolução continua e sustentada da saúde económica e financeira, bem

4

patente na melhoria generalizada dos indicadores económicos e financeiros que são aprestados neste relatório.

Os resultados alcançados em 2021, quer do ponto de vista da missão social, quer do ponto de vista económico-financeiro, são o reflexo da estratégia desenvolvida por esta entidade pública empresarial e do empenho e competência de todos os seus trabalhadores e dirigentes.

Por último, contudo extraordinariamente insofismável e merecedor de registo, em nome do Conselho de Administração, deixo aqui um enorme agradecimento e reconhecimento aos nossos colaboradores pelo esforço e dedicação demonstrados, eles que são efetivamente a génese do notável desempenho da IHM quer a nível da missão social quer a nível económico-financeiro.

O Presidente do Conselho de Administração



João Pedro Sousa

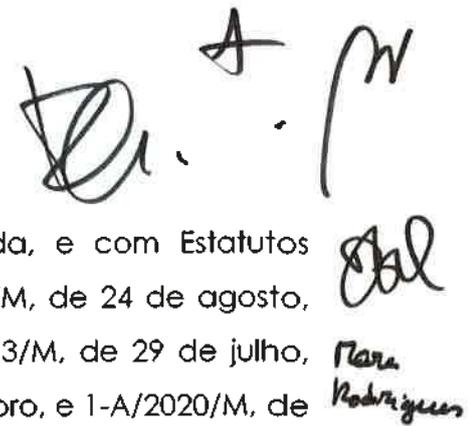
1. A empresa

1.1. Enquadramento legal e organização

A IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, criada, e com Estatutos aprovados, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/M, de 24 de agosto, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.os 26/2013/M, de 29 de julho, 6/2015/M, de 13 de agosto, 42-A/2016/M, de 30 de dezembro, e 1-A/2020/M, de 31 de janeiro, doravante abreviadamente designada pela sigla IHM, é uma pessoa coletiva de direito público com natureza de entidade pública empresarial, detida integralmente pela Região Autónoma da Madeira, que se rege pelo seu diploma constitutivo, incluindo os seus estatutos, pelo seu regulamento interno e demais normas legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis, nomeadamente no domínio das empresas públicas regionais.

O objeto social desta entidade pública empresarial consiste no planeamento, na promoção, construção, fiscalização e gestão de parques habitacionais e seu património associado. Inclui também a realização e o apoio a obras de recuperação, construção e reconstrução, de requalificação urbanística incluindo equipamentos lúdico-desportivos. No âmbito da sua missão social, empreende edifícios e equipamentos socioculturais para o desenvolvimento e promoção de atividades e projetos de inclusão social e de cidadania ativa, focalizados nas famílias mais desfavorecidas da Região Autónoma da Madeira.

No ano a que se reporta o presente Relatório e Contas, a tutela da atividade da empresa transitou da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania (SRIC) para a Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas (SREI), conforme estabelece a alínea c) do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2021/M, de 27 de agosto, que aprova a organização e funcionamento do XIII Governo Regional da Madeira, na redação do Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2021/M, de 3 de novembro. À tutela do setor cabe definir as orientações estratégicas a prosseguir, designadamente para efeitos de preparação dos planos de investimento e financiamento, devendo a empresa submeter os seus instrumentos de gestão a aprovação dos membros



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left, a smaller one on the right, and a signature below the text 'Para Rodriguez'.

Para
Rodríguez

do Governo Regional responsáveis pelas áreas das finanças e da habitação, nos termos do disposto no n.º 2, alínea c), subalínea iii), do artigo 18.º dos seus Estatutos.

Concomitantemente, esta entidade pública rege-se pelo regime aplicável às entidades públicas empresariais estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pelas Leis n.os 75-A/2014, de 30 de setembro, e 42/2016, de 28 de dezembro, aplicável ao setor público empresarial regional, nos termos do artigo 4.º, assumindo especial relevo o exercício da função acionista, nos termos determinados pelo n.º 2 do artigo 38.º do mesmo diploma. A IHM pauta-se ainda, de forma especial, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que aprova o regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

O Governo Regional pode cometer à IHM, de acordo com o estatutariamente previsto, especiais obrigações de serviço público de que resultem reduções ou isenções de taxas ou preços, bem como o exercício de tarefas e atividades estruturalmente deficitárias, nomeadamente através da celebração de protocolos e contratos programa (artigo 3.º dos Estatutos).

1.2. Órgãos Sociais

Em conformidade com o seu título constitutivo, os órgãos sociais da IHM compreendem uma estrutura de administração e fiscalização composta por um Conselho de Administração e um Fiscal Único.

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração para o mandato alusivo ao triénio 2019-2021, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º dos Estatutos, é composto por um presidente e quatro vogais, nomeados pelas Resoluções do Conselho do Governo n.os 849/2019, de 14 de novembro, e 1014/2021, de 21 de outubro, publicadas no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, I Série, respetivamente, n.º 180,

Suplemento, de 15 de novembro de 2019, e n.º 191, 3.º Suplemento, de 22 de outubro de 2021.

Presidente: Bruno Miguel Camacho Pereira (até 20-10-2021)

João Pedro Pereira e Sousa (desde 21-10-2021)

Vogal: Elias Rodrigues Homem de Gouveia

Vogal: Ruben Gomes Nunes

Vogal: Vanessa Abreu Azevedo (até 20-10-2021)

Daniela Lúcia Sousa Gomes Quadrado (desde 21-10-2021)

Vogal: Mara Débora Sardinha Rodrigues

Fiscal único:

A fiscalização compete a um Fiscal Único, nomeado para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto n.º 3/2020, de 3 de janeiro, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, II Série, n.º 2, 2.º Suplemento:

Sociedade de Revisores: A. Jacinto & Pereira da Silva, SROC, LDA.

Revisor Oficial de Contas: António José Pereira da Silva, ROC n.º 947

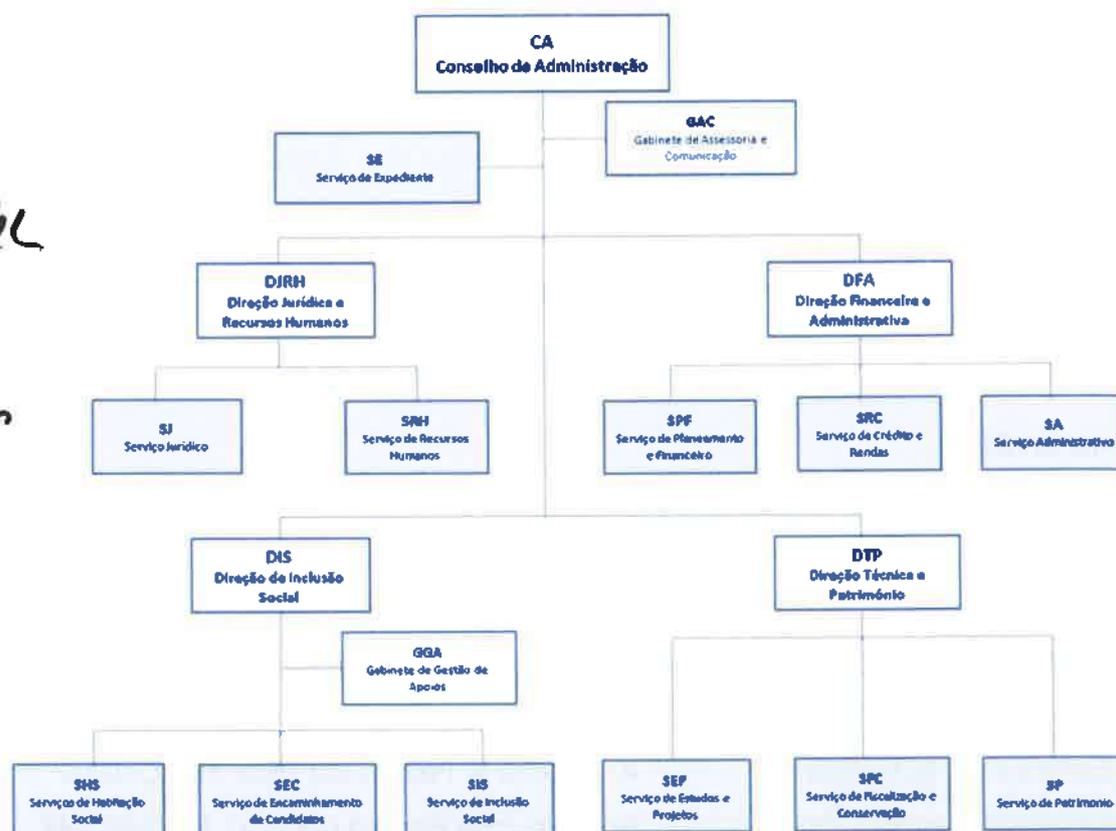
A



Mara Rodrigues

1.3. Organização e recursos humanos

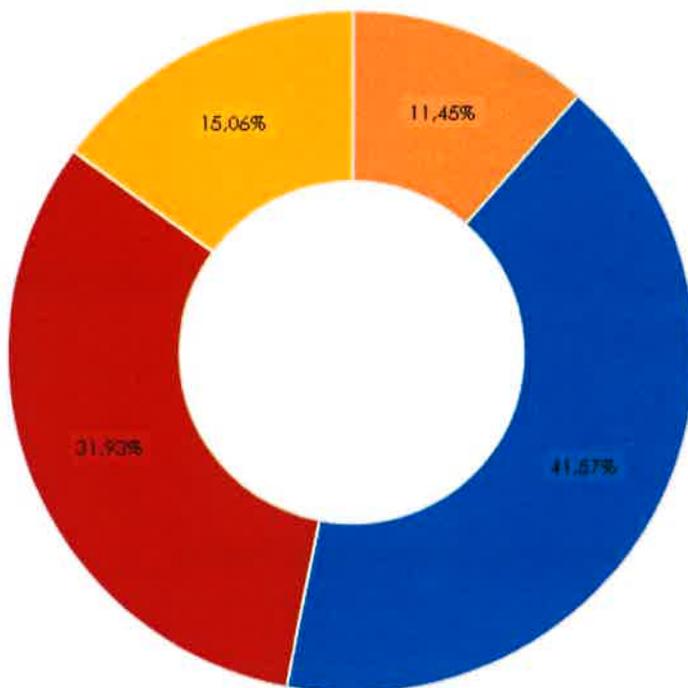
Organização



O órgão máximo da IHM é o Conselho de Administração, ao qual compete, em geral, o exercício de todos os direitos e o cumprimento de todos os deveres previstos na lei comercial para o conselho de administração das sociedades anónimas, sem prejuízo dos poderes da tutela.

As principais unidades orgânicas da empresa constam do organograma antecedente, de acordo com o Regulamento n.º 2/2017, de 27 de março, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, II Série, n.º 128, de 21 de julho de 2017, que define a organização e funcionamento da IHM, alterado pelo Regulamento n.º 1/2018, de 9 de janeiro, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, II Série II, n.º 17, de 30 de janeiro de 2018.

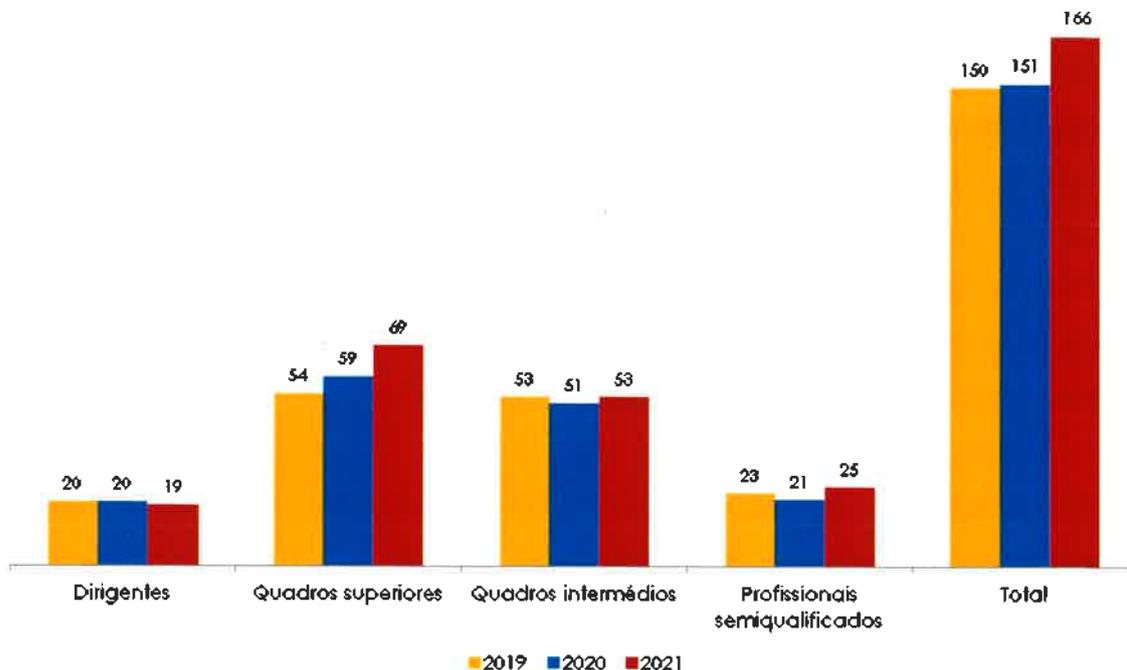
Recursos Humanos



A
Dal
Deu.
Nara Rodrigues

Dirigentes Quadros superiores Quadros intermédios Profissionais semiquualificados

O número total de efetivos a desempenhar funções na IHM, com referência a 31.12.2021, é de 166 funcionários, distribuídos pelas várias carreiras, sendo 19 (11,45%) referentes a pessoal dirigente, 69 (41,57%) a quadros superiores, 53 (31,93%) a quadros intermédios e 25 (15,06%) a pessoal semiquualificado.



2. Estratégia

2.1. Missão, visão e valores

Missão

Promover a melhoria contínua das condições habitacionais na Região Autónoma da Madeira.

Visão

Habitação condigna a todos os cidadãos da Região

Valores

Coesão social e territorial | Inclusão | Proximidade | Dinamismo | Transparência

2.2. Situação atual

Pese embora o avultado investimento público, registado nas últimas décadas, na política social de habitação na Região Autónoma da Madeira (RAM), que colocam esta Região na liderança nacional quanto à taxa de cobertura de habitação social e de, no computo de todos os programas habitacionais, apresentar uma taxa de cobertura de cerca de 26% da população, persistem milhares de carências habitacionais, sendo que parte destas justifica apoio público integral e parte justifica apoio complementar à capacidade económico-financeira dos agregados familiares.

A condição de acesso da população da Região à habitação agravou-se significativamente com o alongamento da Pandemia da Covid-19 e com a escalada exponencial dos preços nos mercados de habitação própria e de arrendamento. Por conseguinte, é imperativo ampliar o parque habitacional

com fins sociais, em paralelo com a continuação do leque de programas de apoio e do incremento das medidas de apoio à denominada "classe média".

A Estratégia Regional de Habitação e o Programa de Governo, preveem, por isso, fortíssimos investimentos públicos e apoios no sector da habitação com fins sociais, revelando que o mesmo é, efetivamente, uma das principais prioridades políticas do Governo Regional,

Atualmente, os principais aspetos a reter no Setor da Habitação na Região prendem-se com:

- A existência de habitação edificada nos centros das cidades, cujos preços de arrendamento são demasiado altos para o poder de compra da maioria das famílias;
- As dificuldades que a população atravessa, foram exacerbadas pelos efeitos perniciosos da Pandemia da Covid 19 e da já referida escalada de preços, sendo que é manifesto o agravamento do fenómeno da perda de habitações por incumprimento de pagamentos de prestações ou de rendas;
- As fracas condições físicas de habitação, incluindo a pobreza energética, constituem o principal motivo das candidaturas de apoio habitacional da IHM;
- A sobrelotação de habitações é outro fator crítico, pois muitas famílias partilham as suas habitações com novos agregados familiares titulados por descendentes, sendo que, quanto a estes últimos, na sua maioria apenas existe um quarto que alberga os pais e os filhos, o que é muito indigno, pois não oferece o mínimo de qualidade de vida às novas gerações;
- Os problemas de saúde, mobilidade, violência doméstica e de emancipação pessoal e familiar são outros fatores que contribuem para estas carências;
- A oposição à renovação de contratos de arrendamento pelos senhorios e, ainda, os entraves à transmissão a descendentes de arrendamentos

A
B
C
D

[Handwritten signature]
Rita Rodrigues

antigos, são causadores de alguns tipos de candidaturas, que avolumam o peso relativo da categoria de ações de despejo;

- Os fracos níveis de poupança dos agregados familiares jovens para a entrada inicial da aquisição de habitação própria, justificaram a medida, consubstanciada na modalidade de apoio à aquisição do programa PRAHABITAR, que visa ajudar os mesmos a se autonomizarem em termos habitacionais e começarem a organizar a sua vida, com os apoios da IHM.

No que se refere à reabilitação do parque habitacional sob administração da IHM, está em curso o plano de reabilitação com eficiência energética de 9 empreendimentos, envolvendo 355 habitações sociais em vários concelhos, obras em curso e que têm a sua conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2023, num investimento global de cerca de 6,7 milhões de euros.

Verificou-se, em 2021, um incremento significativo dos pedidos de apoio da IHM, não só devido aos efeitos da Pandemia, mas também, do agravar da escalada das rendas e dos preços de aquisição de habitação, fenómenos que se juntam aos efeitos das responsabilidades bancárias de crédito ao consumo, que as famílias foram acumulando ao longo de muitos anos.

De referir ainda outro problema crítico, que são as famílias regressadas da Venezuela que, abaladas pela instabilidade económica e social e consequente crise, têm ampliado a procura de apoio habitacional do Governo Regional, através da IHM. Tratando-se de uma questão de índole nacional, já que são cidadãos nacionais e suas famílias, que regressam ao seu País e à Região de origem, devido a uma crise migratória, a SREI/IHM tem vindo a reportar periodicamente à Secretaria de Estado da Habitação e ao IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P., as necessidades habitacionais deste grupo de cidadãos.

Nestes termos, ao abrigo do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 29/2018, de 4 de maio, que estabelece o "Porta de Entrada" – Programa de Apoio ao Alojamento Urgente, foi assinado, a 10 de dezembro de 2018, um Protocolo de Cooperação

Institucional, entre o IHRU e a IHM, que prevê o realojamento, em regime de renda apoiada, de 62 famílias nos conjuntos habitacionais propriedade daquela entidade na RAM. Contudo o investimento do Estado, através do IHRU, é manifestamente exíguo, perante os milhares de famílias envolvidas neste processo migratório para a Região Autónoma da Madeira, o que tem forçado o Governo Regional a atribuir habitações sociais, que estavam destinadas à população residente, para estas comunidades migrantes.

Em matéria de habitação, como medidas de combate à crise económica decorrente da pandemia, o Estado descontinuou um conjunto de apoios às famílias, nomeadamente as moratórias ao crédito hipotecário, bem como a concessão de empréstimos para proprietários e inquilinos para fazer face aos pagamentos das rendas habitacionais no mercado privado.

As medidas de iniciativa do Governo da República, com alcance na RAM, revelaram-se claramente insuficientes para acudir a todas as famílias vulneráveis, pelo que a Região teve de avançar, através da IHM, com medidas específicas para a população mais vulnerável, nomeadamente com a isenção do pagamento das rendas de habitação social e de prestações, nomeadamente de empréstimos concedidos ao abrigo de programas regionais, relativas ao período de abril de 2020 a junho de 2021 e de julho a dezembro de 2021, aos agregados familiares ou empresas que comprovaram quebras de rendimento igual ou superior a 20%, ou quebra do volume de negócios igual ou superior a 40%, respetivamente, num esforço financeiro global na ordem dos 6,3 M€ e ainda com o FEAS - Fundo de Emergência para Apoio Social, através da Secretaria Regional de Inclusão e Cidadania, no montante de 5 M€.

O Governo Regional, através da IHM, em 2021, reforçou muito significativamente os apoios via Programa de Apoio a Desempregados e via novo Programa PRAHABITAR, medidas que apoiam complementarmente as famílias vulneráveis na aquisição ou no arrendamento de habitação para residência permanente.

É com imenso gáudio que temos a assinalar neste relatório, que em resposta às carências habitacionais em espera e contribuindo para o objetivo de redução

A

M

R

Rosa Rodrigues

A
M
- Dal
Jei
Rosa Rodrigues

de emissões nocivas ao ambiente e ao clima e de redução da dependência da RAM dos combustíveis fósseis, e também com vista à transição energética justa, com redução da fatura energética das famílias, teve início, em 2021, o plano de investimentos em novas habitações sociais e em novos apoios à reabilitação de habitações próprias, através do Plano de Recuperação e Resiliência, num investimento que ascende a 136 milhões de euros e que, até 2026, irá ampliar a capacidade de resposta habitacional aos mais vulneráveis, cobrindo cerca de 30% das carências habitacionais apuradas no diagnóstico compreendido na Estratégia Regional de Habitação (ERH-2030).

2.3. Prioridades estratégicas

A **Estratégia Regional de Habitação da RAM (ERH 2030)** procura responder às carências do setor, através de um conjunto de medidas integradas em seis domínios de intervenção, que visam incrementar a oferta e melhorar a gestão de habitações sociais, a conservação e reabilitação do parque habitacional, atribuir outros apoios à habitação própria e ao arrendamento, criar um ambiente fiscal benéfico, para além de respostas sociais integradas (inclusão social) e a modernização da organização e dos serviços ao cidadão, prosseguindo, assim, as orientações estratégicas e desígnios para a Habitação do Programa do XIII Governo Regional da Madeira, do **Documento de Orientação Estratégica 2030**, da **Agenda Temática do Portugal 2030** e da **Estratégia Nacional de Habitação (ENH)**.

Este relatório reflete as atividades desenvolvidas pela IHM, no âmbito da ERH e da linha programática do Governo Regional de promoção da habitação com proximidade, integração social, urbanística e paisagística, que tem as seguintes prioridades:

- Incremento da reconstrução, aquisição e/ou construção de fogos para habitação social, nomeadamente para o realojamento definitivo de famílias carenciadas, afetadas por intempéries ou incêndios ou com o objetivo de redução de custos, nomeadamente os do programa de arrendamento para subarrendamento social;

- Reforço dos apoios diretos e indiretos às famílias para recuperação das suas habitações, numa ótica de fixação da população no seu meio de origem;
- Alargamento dos programas de apoio na comparticipação de rendas e de prestações bancárias, nomeadamente aos afetados pelo *Lay-off* e pelo desemprego em consequência da crise económica decorrente da pandemia Covid-19, alargando os critérios de acesso ao apoio pelas famílias;
- Dinamização de soluções de arrendamento habitacional em articulação com o mercado social de arrendamento;
- Desenvolvimento de ações de cooperação público-privada facilitadoras da satisfação das necessidades de habitação, nomeadamente através de novos apoios à aquisição de casa própria e de arrendamento;
- Implementação de projetos sociais com iniciativas próprias de inclusão social nos complexos habitacionais de maior dimensão;
- Desenvolvimento de parcerias no âmbito da inclusão social, envolvendo entidades públicas e privadas, nomeadamente instituições particulares de solidariedade social e associações sem fins lucrativos;
- Reforço das ações nos domínios da conservação e reabilitação do parque habitacional;
- Promover a limpeza e manutenção dos espaços envolventes aos Conjuntos Habitacionais.

A

M
J

J

Rosa
Rodrigues

3. Atividade desenvolvida

Nos pontos seguintes evidenciamos, de forma resumida, as principais atividades desenvolvidas, cuja expressão financeira será abordada nos capítulos 4 e 5.

3.1. Apoios habitacionais às famílias

O quadro seguinte procura sintetizar os principais perfis do público, quer do lado dos candidatos, quer do lado dos beneficiários ou utentes dos programas atualmente disponíveis na IHM.

CANDIDATOS	ENCAMINHAMENTO/ BENEFICIÁRIOS	
Famílias residentes em habitações sem condições de habitabilidade ou na iminência de ficar sem alojamento	Agregados familiares sem capacidade económico-financeira	Programa HS (Programa de Habitação Social)
	Agregados familiares com carência económico-financeira	Protocolos com IHRU (Programas Porta 65 e Porta de Entrada) Programa PRAHABITAR (Programa de Apoio à Aquisição e ao Arrendamento de Habitação)
	Agregados familiares proprietários ou comproprietários e com carência económico-financeira	Programa PRID (Programa de Recuperação de Imóveis Degradados)
	Agregados familiares com desempregados e com carência económico-financeira	Programa – PAD (Programa de apoio ao pagamento de rendas ou de prestações bancárias – Programa de apoio a desempregados)
Promotores ou proprietários, independentemente da sua condição económico-financeira	Programa Reabilitar Madeira (Programa que consiste num auxílio de 0,5% das obras e na redução da taxa de IVA, de 22% para 5%, nas mesmas	

Perfil-tipo do candidato

Efetuada uma análise aos dados estatísticos do Diagnóstico das carências habitacionais na Região, é possível traçar um perfil-tipo dos candidatos, onde se conclui que:



- Reside no concelho do Funchal*
- Solicita um realojamento em Habitação Social*
- O núcleo familiar é constituído por adulto e 1 ou 2 dependentes*
- Necessita de habitação T2*
- Reside em arrendamento*
- Refere viver em más condições de habitabilidade ou dificuldade na renda*
- Encontra-se empregado com contrato precário ou é desempregado sem subsídio*
- Os menores estão inseridos em estabelecimento de ensino*
- Aufere rendimentos de até 1 SMR (615€)*
- Encontra-se a residir numa 'Moradia' ou 'Apartamento'*

A

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Apoios concedidos

No âmbito da sua missão social, para além da continuidade do programa de habitação social, da ajuda financeira para a recuperação de habitações próprias, dos apoios ao arrendamento e à aquisição para famílias com desempregados e o reforço das respostas sociais integradas, através da dinamização de atividades e serviços de apoio à inclusão social, em 2021, a IHM ampliou a oferta de apoios às famílias com dificuldades financeiras em

A suportar o custo do arrendamento e da aquisição das suas habitações de residência permanente, nomeadamente, através do lançamento do novo programa PRAHABITAR.

Esta nova medida veio acrescentar uma importante resposta às famílias que, tendo alguns rendimentos fixos, sentem dificuldades em honrar com os seus compromissos de renda mensal ou não têm possibilidade de, por si só, adquirirem habitação no mercado livre.


 A intempérie que assolaram a 25 de dezembro de 2020, as freguesias da Ponta Delgada e Boaventura, concelho de São Vicente e a freguesia do Arco de São Jorge, do concelho de Santana, bem como a que ocorreu no concelho do Funchal e Câmara de Lobos, a 27 e 28 de Março de 2021, provocaram danos avultados em habitações de residência permanente de famílias madeirenses, que obrigaram ao realojamento temporário de famílias até que se encontrasse uma solução definitiva.

Em resultado destes fenómenos calamitosos, o Governo Regional autorizou a IHM, com carácter urgente e extraordinário, a contratar novos arrendamentos com privados para o realojamento das famílias atingidas pelas referidas intempéries, bem como, autorizou a atribuição extraordinária de apoios para a recuperação das habitações danificadas.

No global, **em 2021 foram apoiadas 437 novas famílias através dos diversos programas habitacionais da IHM**, sendo que, em termos acumulados, desde o início do processo autonómico, atingiu-se um total **acumulado de 17.439 agregados familiares**, distribuídos por vários tipos de apoio, o que representa uma **taxa de cobertura de mais de 26% da população da Região Autónoma da Madeira**, conforme se pode aferir no quadro seguinte:

Programa/apolo		Famílias apoiadas	
		2021	Acumulado
Programas de Habitação Social (HS)	Atribuições em arrendamento social	95	5.723
	Atribuições em subarrendamento social	14	685
	Subarrendamento social na Costa Sul da Madeira – Intempérie de Março de 2021	12	12
	Apoio à promoção municipal de habitação social	-	1.201
Total de apoios em habitação social		121	7.621
Programas de apoio à habitação própria	Programa de Habitação Económica (HE)	-	1.348
	Programa Direito de Superfície (DS)	-	388
	Apoio a Cooperativas de Habitação Económica (CHE)	-	2.176
	Programas de Recuperação de Imóveis Degradados e de Valorização Ambiental (PRID/RAVP)	-	4.458
	Beneficiários de Projetos de Recuperação Urbanística	-	598
	Recuperação de habitações na Costa Norte da Madeira – Intempérie de dezembro/20	16	16
Total de apoios à habitação própria		16	8.984
Programa de Apoio a Desempregados (PAD)	Apoio ao pagamento da prestação bancária	6	285
	Apoio ao pagamento da renda	2	257
Total de apoios a desempregados		8	542
Programa de Apoio à Aquisição e ao Arrendamento de Habitação (PRAHABITAR)	Apoio ao Arrendamento de Habitação	291	291
	Apoio à Aquisição de Habitação	1	1
Total de apoios PRAHABITAR		292	292
TOTAL		437	17.439

Handwritten signatures and initials:
 A
 M
 J
 P
 R
 N
 R
 R
 R

3.2. Inclusão social e serviços de proximidade

Polos Comunitários

Seguindo as novas linhas de orientação do Governo Regional, a partir de 2015, verifica-se um reforço significativo da aposta nos serviços de proximidade e inclusão social, nomeadamente através da instalação e dinamização de Polos Comunitários nos bairros sociais, equipamentos que visam a promoção de atividades e projetos de dinamização comunitária e social, cujos beneficiários são, principalmente, as famílias residentes nos vários empreendimentos habitacionais sob administração da IHM.

Em dezembro de 2021, a IHM abriu um novo polo comunitário no Bairro de Santo Amaro, numa medida que veio alargar as respostas sociais naquele complexo habitacional, pelo que o número de Polos Comunitários da IHM passou para um total de 7 estruturas desta natureza, assim distribuídos geograficamente:

FUNCHAL: Bairros da Nazaré, Ribeira Grande, Comandante Camacho de Freitas, Santa Luzia e Santo Amaro.

CÂMARA DE LOBOS: Bairro do Ribeiro Real

MACHICO: Bairro da Torre

Outros serviços de proximidade

SANTA CRUZ: Bairro da Nogueira - Projeto Renascer@Nogueira - E8G

FUNCHAL: Bairro da Nazaré - Polo de Emprego e Gabinete Desportivo da IHM

Os equipamentos sociais e os projetos acima referidos, disponibilizam um leque de respostas sociais integradas, nomeadamente, no âmbito do combate ao

desemprego, da promoção de atividades socioeducativas e formativas, bem como da promoção da atividade desportiva e da adoção de estilos e hábitos de vida saudáveis, junto dos moradores nos bairros sociais e zonas envolventes aos mesmos.

Num ano de 2021, atípico devido ao estender da pandemia da COVID-19, importa realçar que todas as ações desenvolvidas pela IHM nas estruturas de proximidade foram adaptadas às determinações das Autoridades de Saúde da Região, especialmente com a limitação do número de participantes por atividade, seguindo todas as normas de segurança sanitária, porém, mesmo com as limitações, a IHM executou o seu plano de atividades de proximidade, dentro do melhor possível, conforme previsto.

Tal só foi possível com grande empenho, compromisso e até com reforço das equipas afetadas aos serviços de proximidade, bem como dos parceiros locais e regionais que cooperam com a IHM em prol da causa social.

O quadro abaixo enuncia os projetos sociais e as atividades dinamizadas durante o ano de 2021, parceiros envolvidos e população abrangida:

Atividades/ Projetos	Polos Comunitários	Parceiros	População
Projeto "Férias Vivas 2021"	Nazaré Ribeira Grande Nogueira CC Freitas Torre – Machico	Centro Comunitário da Nogueira; Associação Desportiva da Camacha; Junta de Freguesia de Santo António; CPCJ de Santa Cruz; Associação Reinventa; NOS Madeira; ASA; Paróquia da Nazaré; Casa do Voluntário; Comando da Zona Marítima da Madeira; Secretaria Regional da Educação; Instituto de Florestas e Conservação da Natureza; Associação de Ciclismo da Região Autónoma da Madeira; Palheiro Golf; Escoteiros de Portugal; Centro de Treino Mar; Madeira New Wave- Nature Activities; Saltos e Trambolhões; Associação Karaté da Madeira; Associação de Voleibol da Madeira; Associação Regional de Vela da Madeira.	80

A
↑
JOB
FL
*Fern
Rodrigues*

<i>A</i>	Ações de sensibilização de Alimentação Saudável e cozinha económica	Nazaré CC Freitas Ribeiro Real Nogueira Torre – Machico	Associação Reinventa e Junta de Freguesia de Santo António.	65
<i>Wool</i>	Atividade Física e Funcional	Nazaré Ribeira Grande CC Freitas Santo Amaro Ribeiro Real Torre – Machico Santa Luzia Nogueira	Associação Reinventa e Junta de Freguesia de Santa Luzia.	85
<i>DEM</i>	Torneio de Futebol de Rua	Ribeira Grande	Associação Madeira Desporto para Todos.	120
<i>Tara Rodrigues</i>	Tutoria Escolar	Nazaré Ribeira Grande Santo Amaro Ribeiro Real Nogueira	Associação Reinventa e Centro Comunitário da Nogueira.	128
	Sessões de Técnicas de Procura Ativa de Emprego	Polo de Emprego da IHM	IEM – Instituto de Emprego da Madeira; Paróquia da Nazaré; Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes.	79
	Celebração do Carnaval	Nazaré Ribeira Grande CC Freitas Ribeiro Real Torre – Machico Nogueira	Associação Reinventa.	52
	Bairro em Flor	Nazaré Ribeira Grande CC Freitas Santa Luzia Ribeiro Real Hospital Torre – Machico Nogueira	Associação Reinventa e Centro Luís Camões.	376
	Celebração do Natal nos Bairros Sociais da IHM	Nazaré Ribeira Grande CC Freitas Santo Amaro Santa Luzia Ribeiro Real Hospital São Gonçalo Torre – Machico Nogueira	Associação Reinventa; Junta de Freguesia de Santo António; CRIAMAR, Centro Luís de Camões.	377
	Cursos EFA Módulos B2 e B3	Nazaré Ribeira Grande	Escola Básica e Secundária Dr. Eduardo Brazão de Castro e Associação Reinventa.	57

Formação Modular de Informática e Inglês	Ribeira Grande	Escola Básica e Secundária Dr. Eduardo Brazão de Castro.	22
Workshops Temáticos (Pintura em tecido e vidro; costura, expressão plástica)	Nazaré Ribeira Grande CC Freitas Ribeiro Real Santa Luzia Torre - Machico Nogueira	Associação Reinventa; ASA.	430
Ações de Formação em Primeiros Socorros	Ribeiro Real	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação da Madeira	28
Projeto "Renascer@Nogueira - E8G"	Nogueira	Associação Casa do Voluntário; Instituto Segurança Social da Madeira, IP-RAM; Junta de Freguesia da Camacha; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Cruz; Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo Dr. Alfredo Nóbrega Júnior; UMA - Universidade da Madeira; ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação.	158
Projeto "100 Riscos" - Gabinete de Saúde	Ribeiro Real Nogueira	APF - Associação para o Planeamento da Família	320
Sessões de desenvolvimento Pessoal	Nazaré	Associação Reinventa	43
Sessões de Promoção da Saúde Mental	Nazaré Ribeira Grande CC Freitas Ribeiro Real Santa Luzia Torre - Machico Nogueira	UMA - Universidade da Madeira	82
Aulas de Danças de Salão	Ribeira Grande	IHM	22
Outras datas comemorativas (Pão Por Deus e Halloween)	Nazaré Ribeira Grande CC Freitas Ribeiro Real Santa Luzia Torre - Machico Nogueira	Associação Reinventa e Centro Comunitário da Nogueira	158

A
W
sol

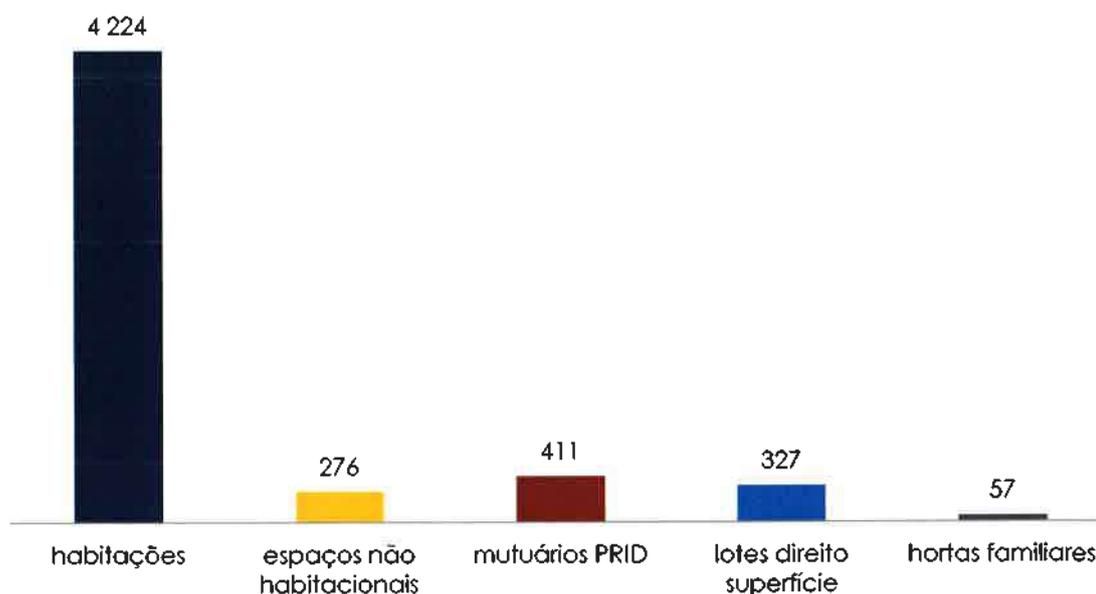
Para Rodrigues

Encaminhamento Social de famílias	Nazaré	Instituto de Segurança Social da Madeira IP-RAM; Juntas de Freguesias; Casas do Povo; IEM, Centros de Saúde; IPSS's	8100
	Ribeira Grande		
	CC Freitas		
	Ribeiro Real		
	Santa Luzia		
	Torre – Machico Nogueira		

3.3. Património imóvel e financeiro

A IHM encerrou o ano de 2021 com a gestão de 4.224 frações habitacionais (incluindo 278 arrendamentos privados), 276 frações não habitacionais, destinadas a atividades com fins comerciais ou a atividades de cariz social prestados pela própria empresa ou por outras instituições com fins sociais, 327 lotes de terreno em regime de direito de superfície e ainda 57 hortas familiares.

A este património imóvel, acrescem os outros ativos financeiros, em particular 411 mutuários do programa PRID.



É de salientar que os pagamentos de contraprestações foram assumidos pela RAM, na sua totalidade, no período de janeiro a junho e parcialmente de julho a dezembro, sendo que os acordos de regularização de dívida também estiveram suspensos total ou parcialmente nos mesmo períodos, tendo a IHM sido devidamente compensada pela quebra de receita de clientes, conforme se pode aferir nos capítulos 4.1 e 4.2. Por conseguinte, os procedimentos de

- Fornecimento e Instalação de 6 ascensores no Bairro da Nazaré I e V, na Rua da Venezuela - blocos 2, 4, 6, 10 e 12 e Rua do Brasil - bloco 19 – Funchal;
- Fornecimento e Instalação de 6 ascensores no Bairro da Nazaré III, na Rua da Venezuela - blocos 36, 38, 40, 42 e 46 e Rua do Brasil - bloco 76 – Funchal;
- Empreitada de Beneficiação e Reparação de Habitações Propriedade da IHM – Concelho do Funchal;
- Empreitada de Beneficiação e Reparação de Habitações Propriedade da IHM – Concelhos Fora do Funchal;
- Empreitada de Pequenas Reparações nos Fogos e Zonas Comuns dos Blocos dos Bairros da Nazaré, Vargem, Engenho Velho e Ajuda – Concelho do Funchal;
- Empreitada de Pequenas Reparações nos Fogos e Zonas Comuns dos Blocos dos Bairros da IHM – Concelho do Funchal;
- Empreitada de Pequenas Reparações nos Fogos e Zonas Comuns dos Blocos dos Bairros da IHM – Concelho de Santa Cruz;
- Empreitada de Pequenas Reparações nos Fogos e Zonas Comuns dos Blocos dos Bairros da IHM – Concelhos de Câmara de Lobos, Ribeira Brava, São Vicente e Porto Moniz;
- Empreitada de Reabilitação dos Parques Infantis dos Bairros da IHM.;
- Empreitada de Vedação da Mata da Nazaré – Funchal;
- Empreitada de Reconstrução de Muro de Suporte no CH do Espírito Santo e Calçada - Câmara de Lobos;
- Empreitada de Reabilitação e Renovação das Coberturas dos Blocos B1, B2, B3 e B4 de Santo Amaro I;
- Empreitada de Reabilitação e Renovação das Coberturas dos Estacionamentos dos Blocos A, C, E e G do C. H. da Estrada Comandante Camacho de Freitas;
- Empreitada de Reabilitação e Renovação de Parque de Estacionamento no Conjunto Habitacional de Santo Amaro II;
- Empreitada de Substituição de 43 Armários para Contadores de Eletricidade, Água, Gás e Caixas de Correio nos C. H. da Feiteira do Nuno, Achada António Teixeira e Casais – Santana;

A



Para Reduzirem

- Empreitada de Reparação e Remodelação da loja 4 da Rua do Panamá – Nazaré;
- Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para o Conjunto Habitacional de São Gonçalo III – Funchal;
- Fornecimento e Instalação de Cinco Equipamentos de Ar Condicionado nos Polos Comunitários sob a Gestão da IHM;
- Estudo de Prospeção Geotécnica e Geológica de Terreno no Caminho Velho da Chamorra, Santo António – Funchal;
- Empreitada de Reabilitação e Renovação das Coberturas dos Blocos B1, B2, B3 e B4 de Santo Amaro I.

A
M
Jal

Dei:
Marta
Rodrigues

Investimentos em curso, adjudicados ou em concurso

- Empreendimento PRR - Empreitada de Construção de 54 fogos em S. Gonçalo – 3.ª Fase;
- Empreendimentos PRR - Procedimento de oferta pública para a aquisição, no estado de novos, livres de ónus de até um total de 834 fogos;
- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria de eficiência energética do CH Casais de Além (40 fogos);
- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria da eficiência energética do CH Romeiras I (88 fogos);
- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria da eficiência energética do CH Romeiras II (60 fogos);
- Procedimento para a Elaboração de Levantamentos, Estudos e Projetos nos Conjuntos Habitacionais sob tutela da IHM.

Investimentos em preparação de concurso

- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria de eficiência energética do CH das Figueirinhas (51 fogos);
- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria da eficiência energética dos blocos F e L CH Santo Amaro (54 fogos);

- 
- 
- 
- Fernando Rodrigues*
- Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria de eficiência energética das moradias do Jardim da Serra (25 moradias);
 - Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria de eficiência energética das moradias da Achada Curral das Freiras (18 moradias);
 - Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria de eficiência energética das moradias no Seixal (12 moradias);
 - Madeira 14-20 - Empreitada de Reabilitação e melhoria de eficiência energética das moradias das Balseiras (6 moradias);
 - Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para 4 Fogos no Edifício Anexo ao Farol de São Jorge – Santana;
 - Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para 4 Fogos na Rua Bela de Santiago – Funchal;
 - Empreitada de Reabilitação e Renovação das Coberturas dos Blocos 13, 14 e 15 de Santo Amaro III;
 - Empreitada de Construção de Parques de Estacionamento no Bairro da Nazaré;
 - Empreitada de Reabilitação de fachadas C. H. Nova Cidade;
 - Empreitada de Reabilitação do CH Quinta do Leme;
 - Empreitada de Recuperação e Valorização dos Espaços Exteriores do CH Ribeiro Real - C. Lobos;
 - Empreitada de Recuperação e Valorização dos Espaços Exteriores do CH Serrado do Mar - C. Lobos;
 - Procedimento para a Elaboração dos Projetos de Arquitetura e Especialidades para a Construção de um Parque Intergeracional no C. H. das Figueirinhas – Caniço;
 - Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para 35 fogos no Conjunto Habitacional da Chamorra, – Santo António – Funchal;
 - Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para 12 Fogos e 3 espaços Não Habitacionais no Conjunto Habitacional da Ribeira Grande - Santo António – Funchal;
 - Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para os 10 Fogos e 2 espaços Não Habitacionais no Conjunto Habitacional do Serrado do Mar - Câmara de Lobos;

- Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para 22 moradias geminadas no Conjunto Habitacional da Nogueira - Camacha - Santa Cruz;
- Procedimento para a Elaboração dos Projetos das Várias Especialidades para os 49 Fogos e 6 Espaços Não Habitacionais no Conjunto Habitacional da Bemposta (2ª fase) – Machico;
- Empreitada de Construção de 50 fogos em S. Gonçalo - 4º Fase.

A




Nata Rodriguez

4. Análise económica e financeira

4.1. Execução orçamental por classificação económica

Este ponto pretende apresentar a execução orçamental IHM, numa lógica de receitas e despesas públicas, organizadas pelos capítulos e grupos e respetivas classificações económicas, com o respetivo enquadramento nos instrumentos de planeamento da Região Autónoma da Madeira, nomeadamente o Orçamento da Região e o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da RAM (PIDDAR).

4.1.1. Execução orçamental da despesa

Execução orçamental – Funcionamento Normal

As despesas de funcionamento ascenderam a 4.472.147,20€, compostas maioritariamente por despesas correntes, correspondendo a uma variação positiva de 2,68%, em relação a 2020.

DESIGNAÇÃO	RESUMO DA DESPESA - EXECUÇÃO					Var. % 2020/2021
	FUNCIONAMENTO NORMAL					
DESPESES CORRENTES	2017	2018	2019	2020	2021	
Despesas com o Pessoal	3 340 493,24	3 462 038,17	3 977 013,09	4 247 045,14	4 362 537,09	2,72%
Aquisição de Bens e Serviços	179 819,33	205 851,73	152 363,81	93 783,61	78 732,54	-16,05%
Juros e outros encargos	12,99	0,00	0,00	0,00	714,29	-
Transferências Correntes	3 111,27	4 879,47	2 823,79	11 042,07	14 183,17	28,45%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras Despesas Correntes	37 240,56	11 289,43	1 573,51	3 156,48	15 374,99	387,09%
TOTAL	3 560 677,39	3 684 058,30	4 133 774,14	4 355 027,30	4 471 842,08	2,68%
DESPESES DE CAPITAL						
Aquisições de Bens de Capital	15 000,07	746,01	0,00	242,78	605,12	149,25%
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUBTOTAL	15 000,07	746,01	0,00	242,78	605,12	149,25%
TOTAL	3 575 677,46	3 684 804,31	4 133 774,14	4 355 270,08	4 472 147,20	2,68%

Numa análise mais profunda às variações do orçamento de despesa de funcionamento, verificam-se o aumento do agrupamento "Despesas com o

O agrupamento "Aquisições de bens de capital" apresentou uma redução de 29,90%, face a 2020, motivada por uma fase transitória entre planos de investimento plurianuais, nomeadamente o plano associado ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) com início previsto em 2022.

O agrupamento "Ativos Financeiros" verificou um aumento na ordem dos 66,12%, referente à entrega de apoios financeiros, no âmbito do programa PRID, em resposta à intempérie que assolou os concelhos de São Vicente e Santana, no dia 25 de dezembro de 2020.

Quanto ao agrupamento "Passivos Financeiros", é de realçar a redução de 56,99%, justificada pela conclusão, em 2020, do plano de amortização do empréstimo bancário contraído junto do Dexia Credit Local.

Execução orçamental – Global

Em termos globais, as despesas correntes totalizaram 8.325.066,18€ e as de capital 9.905.513,47€, perfazendo uma execução global de 18.230.579,65€, o que corresponde a uma variação de -25,27%.

DESIGNAÇÃO	RESUMO DA DESPESA - EXECUÇÃO					Var. % 2020/2021
	ORÇAMENTO AGREGADO					
DESpesas Correntes	2017	2018	2019	2020	2021	
Despesas com o Pessoal	3 340 493,24	3 462 038,17	3 977 013,09	4 247 045,14	4 362 537,09	2,72%
Aquisição de Bens e Serviços	2 722 735,02	2 871 061,16	2 836 207,73	2 629 173,66	2 930 066,60	11,44%
Juros e outros encargos	206 216,28	130 710,31	170 735,25	143 096,24	108 380,94	-24,26%
Transferências Correntes	404 568,09	422 118,78	455 177,76	399 919,54	716 360,03	79,13%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	178 770,48	173 564,91	184 752,08	252 621,34	207 721,52	-17,77%
TOTAL	6 832 769,11	7 059 493,33	7 623 885,91	7 671 955,92	8 325 066,18	8,51%
DESpesas DE CAPITAL						
Aquisições de Bens de Capital	884 059,37	5 507 585,06	7 428 234,42	7 386 103,84	5 178 137,90	-29,89%
Transferências de Capital	364 185,62	305 185,69	211 666,48	15 000,00	18 525,44	23,50%
Ativos Financeiros	279 228,90	297 142,65	620 208,03	567 414,21	942 563,13	66,12%
Passivos Financeiros	8 735 864,84	8 743 349,95	8 748 761,26	8 756 038,02	3 766 287,00	-56,99%
SUBTOTAL	10 263 388,73	14 853 263,35	17 008 870,19	16 724 556,07	9 905 513,47	-40,77%
TOTAL	17 110 121,84	21 912 756,68	24 632 756,10	24 396 411,99	18 230 579,65	-25,27%

Execução orçamental dos Investimentos do Plano e do PIDDAR

Numa análise mais profunda, verificam-se algumas alterações à estrutura dos projetos incluídos no PIDDAR.

PIDDAR - HABITAÇÃO E REALOJAMENTO							
CÓDIGO	PROJETO	2017	2018	2019	2020	2021	Var.% 2020/2021
51181.00001	Investimentos e atividades de índole habitacional com fins sociais	11 704 409,54	11 917 366,30	14 377 150,19	15 086 514,83	10 940 646,43	-27,48%
51386.00001	Programa PRID	279 228,90	297 142,65	620 208,03	567 414,21	942 563,13	66,12%
51399.00001	Projecto Integrado de Regeneração do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos	0,00	282 682,92	1 122 175,46	2 460 796,22	1 041 423,24	-57,68%
51570.00001	Projetos da IHM apoiados pelo Fundo de Coesão Nacional	409 982,47	5 010 596,39	749 276,23	104 126,85	9 856,73	-90,53%
51595.00001	Atividades de recuperação - Incêndios 2016	1 146 823,47	720 163,61	3 201 736,03	458 599,16	672 551,25	46,65%
51988.00001	Ampliação e Beneficiação do Centro de Saúde Dr. Rui Adriano de Freitas - Nazaré	0,00	0,00	428 436,02	1 363 690,64	0,00	-100,00%
52067.00001/4	Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	0,00	0,00	0,00	0,00	74 938,50	-
52298.00001	OPRAM176 - Aquisição de equipamento móvel para o Polo Comunitário Comandante Camacho de Freitas	0,00	0,00	0,00	0,00	36 601,60	-
52299.00001	OPRAM183 - Aquisição de equipamento móvel para o Projeto Renascer Nogueira +	0,00	0,00	0,00	0,00	37 077,13	-
52533.00001	Projeto de tecnologias de informação e comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
52664.00001	Programa Reabilitar Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	2 774,44	-
52912.00001	RE-C02-403RAM: Construção ou Aquisição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL		13 540 444,38	18 227 951,87	20 498 981,94	20 041 141,91	13 738 432,45	-31,35%

O projeto 51181 sofreu uma diminuição significativa de 27,48%, motivada principalmente pela previamente referida conclusão do plano de amortização do empréstimo bancário contraído junto do Dexia Credit Local.

Paralelamente, o ciclo de investimentos dos Projetos da IHM apoiados pelo Fundo de Coesão Nacional e do Projeto Integrado de Regeneração do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos, encontram-se na sua fase de conclusão.

A
M
SSD

Elis
Para
Handwritten

No que concerne o projeto 51595, é de referir que encontra-se em estudo um novo investimento para realojamento definitivo das restantes famílias afetadas pelos incêndios de 2016, com vista à conclusão deste dossiê.

Na execução financeira do **Plano de Investimentos**, é de destacar que, do Programa de Governo **2019-2023**, já foram aplicados **54.298.556,32€** no Programa "Habitação e Realojamento", sendo que, em 2021 foram executados 13.758.432,45€.

4.1.2. Execução orçamental da Receita

Execução da receita – Funcionamento Normal

As receitas de funcionamento atingiram o montante de 5.221.642,54€, uma diminuição de 7,78% em relação ao valor arrecadado em 2020.

DESIGNAÇÃO	RESUMO DA RECEITA - EXECUÇÃO					Var. % 2020/2021
	FUNCIONAMENTO NORMAL					
RECEITAS CORRENTES	2017	2018	2019	2020	2021	
Taxas, multas e outras penalidades	53 309,37	43 909,50	52 518,19	33 520,09	43 900,57	30,97%
Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	6 213,70	-
Transferências correntes	12 323,60	7 277,18	13 761,90	3 416 620,46	3 118 121,75	-8,74%
Venda de bens e serviços correntes	3 367 035,75	3 377 707,66	3 708 249,88	1 607 050,43	1 163 040,32	-27,63%
Outras receitas correntes	3 463,94	28 273,08	10 912,21	9 244,92	798,50	-91,36%
SUBTOTAL	3 436 132,66	3 457 167,42	3 785 442,18	5 066 435,90	4 332 074,84	-14,49%
RECEITAS DE CAPITAL						
Vendas de bens de investimento	42 506,56	13 438,80	14 546,06	2 664,89	5 078,61	90,57%
Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Ativos financeiros	287 572,99	273 628,62	253 750,04	165 822,32	183 717,26	10,79%
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Reposições não abatidas	3 162,39	4 808,40	5 306,56	16 006,70	21 179,18	32,31%
Saldo da Gerência Anterior	166 662,13	161 384,48	112 982,21	411 155,79	679 592,65	65,29%
SUBTOTAL	499 984,07	453 260,30	386 584,87	595 649,70	889 567,70	49,34%
TOTAL	3 936 036,73	3 910 427,72	4 172 027,05	5 662 085,60	5 221 642,54	-7,78%

Em linha com a estratégia de resposta à pandemia COVID adotada em 2020, o Governo Regional deu continuidade a diversas medidas com vista a minorar os efeitos da pandemia na Região, entre as quais a isenção de rendas e prestações e suspensão de planos de regularização de dívida. O efeito dessa

Execução da receita – Global

As receitas totais arrecadadas no ano económico de 2021 foram de 20.009.858,86€, com uma variação negativa de 26,37%, em relação ao ano anterior.

DESIGNAÇÃO	RESUMO DA RECEITA - EXECUÇÃO					Var. % 2020/2021
	ORÇAMENTO AGRGADO					
	2017	2018	2019	2020	2021	
RECEITAS CORRENTES						
Taxas, multas e outras penalidades	53 309,37	43 909,50	52 518,19	33 520,09	43 900,57	30,97%
Rendimentos de propriedade	7 650,42	7 182,59	6 703,77	0,00	11 925,81	-
Transferências correntes	1 930 300,71	3 105 599,83	3 220 098,10	6 025 050,01	6 562 735,92	8,92%
Venda de bens e serviços correntes	3 521 129,11	3 463 903,28	3 708 249,88	1 607 050,43	1 488 040,32	-7,41%
Outras receitas correntes	151 085,06	28 273,08	10 912,21	9 244,92	798,50	-91,36%
SUBTOTAL	5 664 474,67	6 648 968,28	6 998 482,15	7 674 865,45	8 107 401,12	5,84%
RECEITAS DE CAPITAL						
Vendas de bens de Investimento	185 152,02	127 821,09	112 148,92	27 535,89	64 034,05	132,55%
Transferências de capital	10 033 223,93	15 337 110,76	17 406 989,44	17 179 262,09	8 832 880,04	-48,58%
Ativos financeiros	987 572,99	273 628,62	253 750,04	165 822,32	183 717,26	10,79%
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Reposições não abatidas	3 162,39	4 980,95	56 439,92	21 272,50	42 736,18	100,90%
Saldo da Gerência Anterior	1 674 572,40	1 432 036,56	1 911 689,58	2 106 743,95	2 779 090,21	31,91%
SUBTOTAL	12 883 683,73	17 175 577,98	19 741 817,90	19 580 836,75	11 902 457,74	-38,96%
TOTAL	18 548 158,40	23 824 546,26	26 739 580,06	27 175 562,20	20 009 858,86	-26,37%

A
DBL
BOM
Para Modificação

Execução da receita por fonte de financiamento

MAPA FONTES FINANCIAMENTO SIGORAM - RECEITA							
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO AGREGADO					Var.% 2020/2021
		2017	2018	2019	2020	2021	
381	RGs não afetadas a projetos cofinanciados	11 309 453,65	11 477 618,14	11 959 282,96	8 389 314,35	1 618 999,14	-80,70%
382	Saldos de RGs afetadas a proj. cofinanciados	885 318,10	512 956,56	784 382,39	1 523 989,59	1 092 969,65	-28,28%
387	Receitas Gerais - Jogos Sociais	0,00	550 021,68	3 913 143,40	7 175 587,82	4 906 265,22	-31,63%
388	Receitas Gerais - Indemnizações Compensatórias	0,00	0,00	0,00	3 403 874,56	3 000 000,00	-11,87%
389	Transferências de RGs entre organismos (IEM)	12 323,60	7 277,18	13 761,90	12 745,90	13 121,75	2,95%
361	RP's afetadas a projetos cofinanciados - FEDER	27 557,88	0,00	0,00	0,00	27 557,88	-
368	Saldos de RP's afetadas a proj. cofinanciados	25 422,16	2 745,00	0,00	0,00	14 119,16	-
391	Lei de Meios	426 254,06	666 645,72	604 574,68	0,00	0,00	-
392	Financiamento Nacional - Fundo de Coesão Nacional	384 560,31	5 161 550,59	3 086 219,09	2 541 001,86	1 421 939,67	-44,04%
394	Lei de Meios - Extra OR	130 858,02	119 952,55	772 962,51	55 964,67	57 361,77	2,50%
419	FEDER - Madeira 14-20	0,00	277 774,70	953 849,14	2 091 676,79	0,00	-100,00%
489	FSUE - Fundo de Solidariedade da União Europeia	400 075,00	358 322,65	0,00	0,00	0,00	-
488	Saldos de Fundos Europeus	0,00	42 606,66	134 649,26	40 744,72	37 493,72	-7,98%
513	Receita Própria	4 182 503,48	3 949 699,11	4 200 722,93	1 864 446,15	1 807 594,81	-3,05%
522	Saldos de RP transitados	763 832,14	697 275,72	315 951,79	76 155,79	305 293,13	300,88%
712	Contração de Empréstimos - No sist. bancário externo	0,00	0,00	0,00	0,00	5 707 142,96	-
TOTAL		18 548 158,40	23 824 446,26	26 739 500,05	27 175 502,20	20 009 858,86	-26,37%

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large signature and the name "Mara Rodrigues".

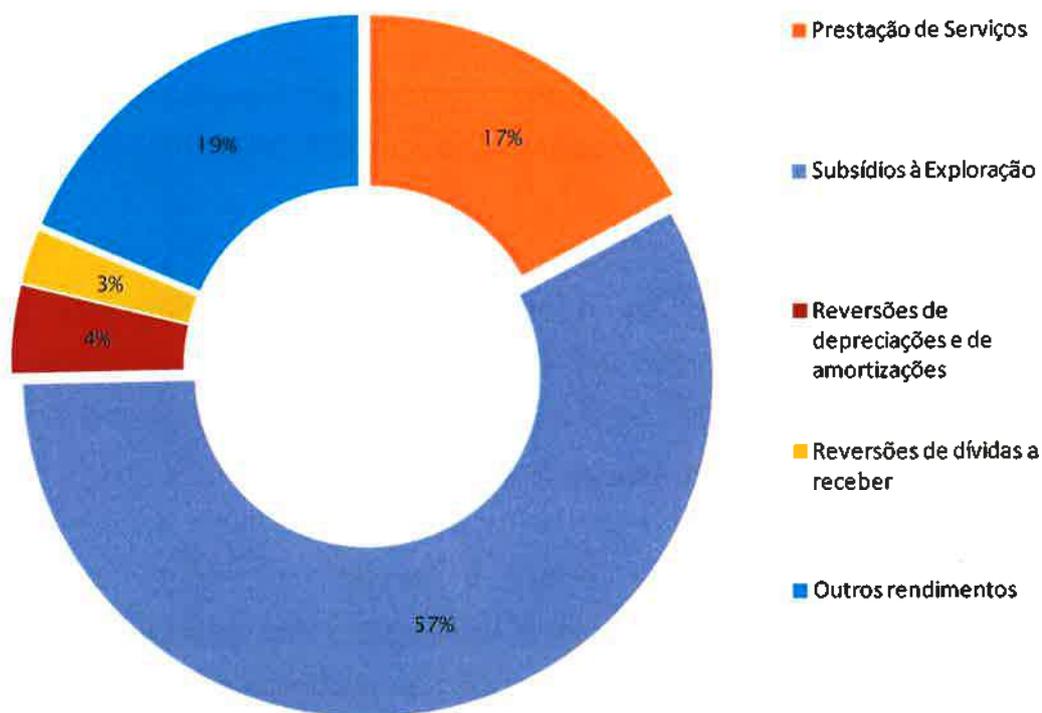
4.2. Contas da Empresa

4.2.1. Rendimentos e Ganhos

Os rendimentos atingiram 13.103.130,07€, mais 21,30% que em 2020. O quadro abaixo mostra a evolução dos proveitos dos últimos exercícios:

Rendimentos e Ganhos	2017	2018	2019	2020	2021	Var. %
Prestação de Serviços	4 580 556,61	4 258 479,57	4 069 380,83	1 726 540,95	2 244 601,71	30,01%
Subsídios à Exploração	3 639 878,16	3 663 746,72	4 075 804,39	7 652 077,87	7 526 745,72	-1,64%
Reversões de depreciações e de amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00	544 501,16	-
Reversões de dívidas a receber	598 443,35	1 184 808,70	352 239,79	509 129,51	334 926,73	-34,22%
Outros rendimentos	1 221 313,42	1 091 142,48	1 017 053,14	914 232,48	2 440 317,58	166,93%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	7 650,42	7 182,59	6 703,77	0,00	12 037,17	-
Total de Rendimentos e Ganhos	10 047 841,96	10 205 360,06	9 521 181,92	10 801 980,81	13 103 130,07	21,30%

O gráfico seguinte mostra a estrutura dos rendimentos e ganhos:





Fase Rodrigues

A rubrica **Prestações de Serviços**, que totaliza 2.244.601,71€, é composta pela faturação das rendas sociais, comerciais, de logradouros, hortas e de cânones superficiários. Os valores registados dizem respeito apenas ao período compreendido entre julho e dezembro de 2021, dado que os restantes meses estavam isentos, conforma já referido.

A rubrica **Subsídios à Exploração** totaliza 7.526.745,72€, é composta maioritariamente por três grandes rubricas:

- Os Contratos-programa celebrados com a Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania (SRIC), que não foram aplicados em Imobilizado, no valor de 1.657.283,95€;

- 
- O Apoio Compensatório concedido pelo Governo Regional, através da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania (SRIC), no valor de 2.850.000,00€, no âmbito das medidas COVID;
 - O Apoio Compensatório concedido pelo Governo Regional, através da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania (SRIC), no valor de 3.000.000,00€.



A rubrica **Reversões de depreciações e de amortizações**, que totaliza 544.501,16€ corresponde aos ganhos associados com a aplicação da taxa anual de depreciação sobre o passivo inerente acordo para arrendamento de 151 fogos ao IHRU com opção de compra.

Maria Rodrigues

A rubrica **Reversões de dívidas a receber**, no montante de 334.926,73€ corresponde maioritariamente a diminuições nas dívidas de terceiros, pela emissão de notas de crédito, obtenção de garantias adicionais, ou pagamentos entretanto ocorridos, dos clientes para os quais foi anteriormente constituído perdas por imparidades, ou seja, aqueles cuja dívida atinge uma antiguidade superior a 24 meses.

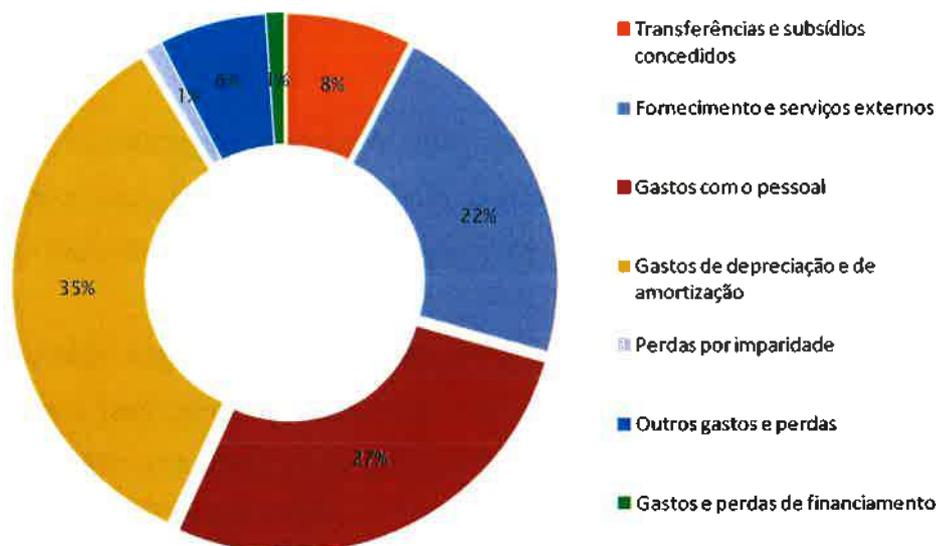
A rubrica **Outros Rendimentos**, no montante de 2.440.317,58€, apresenta uma variação positiva de 166,93%, face a 2020. Como elementos de maior peso, destacam-se as multas das rendas, no valor de 78.682,24€, a restituição de subsídios concedidos indevidamente, no valor de 10.715,12€ e a imputação de subsídios ao investimento, no montante de 2.212.310,79€.

4.2.2. Gastos e Perdas

Os gastos e perdas atingiram, em 2021, o montante de 15.933.932,75€, conforme se pode verificar pelo quadro seguinte:

Gastos e Perdas	2017	2018	2019	2020	2021	Var %
Transferências e subsídios concedidos	1 158 596,70	1 084 516,39	954 383,41	608 835,99	1 209 883,31	98,72%
Fornecimento e serviços externos	2 796 156,58	3 039 014,94	2 683 735,88	3 882 087,00	3 479 604,69	-10,37%
Gastos com o pessoal	3 351 145,86	3 502 658,35	3 893 005,63	4 192 402,02	4 359 458,08	3,98%
Gastos de depreciação e de amortização	3 466 087,83	3 662 049,70	3 584 879,00	3 820 366,15	5 520 257,81	44,50%
Perdas por imparidade	1 526 377,53	1 525 795,99	850 973,61	94 515,77	165 220,84	74,81%
Outros gastos e perdas	544 742,68	757 279,50	620 153,93	718 594,04	1 026 693,69	42,88%
Gastos e perdas de financiamento	139 447,33	127 833,29	168 991,36	141 660,54	172 814,33	21,99%
Total de Gastos e Perdas	12 982 954,51	13 609 148,16	12 756 122,82	13 458 461,51	15 933 932,75	18,30%

Graficamente a estrutura de gastos e perdas é a seguinte:



A rubrica **Transferências e subsídios concedidos**, em 2021, ascendia a 1.209.883,31€, correspondente a 8% do total de gastos e perdas. Os gastos desta rubrica englobam transferências e subsídios concedidos no valor de 1.002.339,58€ e prestações sociais no montante de 207.543,73€.

A rubrica **Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**, em 2021, ascendia a 3.479.604,69€, correspondente a 22% do total de gastos e perdas do período, face a 2020 sofreu um decréscimo de 10,37%. Dentro da rubrica FSE, há a destacar os gastos com rendas do programa de subarrendamento na

importância de 1.508.978,42€ e as despesas de conservação e manutenção na importância de 1.235.277,08€, totalizando 2.744.255,50€, que representam 78,87% dos gastos com FSE.

A rubrica **Gastos com o Pessoal** ascendia, no mesmo período, a 4.359.458,08€, correspondente a 27% da estrutura de gastos e perdas da IHM. Registou-se um acréscimo de 3,98% face a 2020, essencialmente devido à entrada de novos trabalhadores ao longo de 2021, no âmbito do reforço das equipas.

A rubrica **Gastos de Depreciação e de Amortização**, que revelou um acréscimo de 44,50% face a 2020, é composta pelas depreciações dos investimentos da IHM, relevando as variações decorrentes das aquisições efetuadas no próprio ano e em anos anteriores.

A rubrica **Perdas por Imparidade**, que totaliza a importância de 165.220,84€, corresponde a perdas em dívidas a receber dos clientes, que consideramos de cobrança duvidosa, ou seja, cuja antiguidade das dívidas é superior a 6 meses.

A rubrica **Outros Gastos** totaliza 1.026.693,69€, esta integra várias parcelas, tais como o imposto municipal sobre imóveis (não habitacionais) e o seu adicional, as dívidas incobráveis e as correções relativas a períodos anteriores, sobretudo resultantes de revisões de rendas técnicas e sociais de anos anteriores.

A rubrica **Gastos de Financiamento**, em 2021, ascendia a 172.814,33€ e reflete os juros e outros encargos associados aos financiamentos obtidos pela IHM. Face a 2020 sofreu um acréscimo de 21,99%, explicado pelos gastos associados com a aplicação da taxa anual de atualização sobre o passivo inerente acordo para arrendamento de 151 fogos ao IHRU com opção de compra.

4.2.3. Ativo

No Ativo não corrente, os ativos fixos tangíveis ascendiam, em 2021, a 202.279.605,40€, conforme a discriminação que se segue:

Rubrica	2017	2018	2019	2020	2021	Var. %
Ativos fixos tangíveis	183 062 139,55	179 408 739,37	175 967 485,05	185 295 498,12	193 000 450,75	4,16%
Terrenos e Recursos Naturais - gerais	49 638 404,35	49 619 285,61	49 601 611,97	49 697 636,32	52 745 365,23	6,13%
Terrenos e Recursos Naturais - resolúveis	77 157,71	77 157,71	77 157,71	77 157,71	77 157,71	0,00%
Edifícios e outras construções - gerais	133 192 880,16	129 538 110,14	125 975 337,19	135 180 502,71	139 768 610,10	3,39%
Edifícios e outras construções - resolúveis	121 015,82	116 773,96	112 532,10	108 290,24	104 048,38	-3,92%
Equipamento básico	1 765,64	1 513,40	4 819,49	12 773,78	14 417,57	12,87%
Equipamento de transporte	0,00	39 094,77	26 063,19	80 618,53	147 417,80	82,86%
Equipamento Administrativo	29 367,47	15 955,99	167 312,09	136 435,30	96 557,67	-29,23%
Outro activo fixo tangível	1 548,40	847,79	2 651,31	2 083,58	46 876,29	2149,85%
Ativos fixos tangíveis em curso	1 869 775,21	7 383 132,82	16 322 076,16	9 023 241,51	9 279 154,65	2,84%
Total	184 931 914,76	186 791 872,19	192 289 561,21	194 318 739,63	202 279 605,40	4,10%

Em termos globais, conforme o quadro que se segue, o ativo da empresa totalizava, na mesma data, o valor de 216.237.922,32€.

É de destacar que nos outros créditos a receber, no valor de 2.662.871,40€, está considerado os adiantamentos feitos no âmbito do acordo para arrendamento de 151 fogos ao IHRU com opção de compra e, no valor de 221.222,81€, está considerado o recebimento faseado do terreno vendido ao Clube Naval, decomposto em duas componentes, 198.863,67€ a longo prazo e 22.359,14€ a curto prazo.

No ativo corrente destacam-se as dívidas de clientes, líquidas de imparidades, no montante de 1.376.720,74€. Esta importância corresponde à diferença entre o valor bruto das dívidas de clientes e o valor registado a título de perdas por imparidade, conforme as normas referentes à antiguidade.

Activo	2017	2018	2019	2020	2021	Var. %
Activo Não corrente	183 062 139,55	179 408 739,37	175 967 485,05	185 295 498,12	193 000 450,75	4,16%
Ativos fixos tangíveis	183 062 139,55	179 408 739,37	175 967 485,05	185 295 498,12	193 000 450,75	4,16%
Investimento em curso	1 869 775,21	7 383 132,82	16 322 076,16	9 023 241,51	9 279 154,65	2,84%
Adiantamento a fornecedores por conta de investimento	-	-	-	-	-	-
Devedores por empréstimos bonificados	3 124 335,22	2 694 217,79	2 616 042,21	2 742 415,44	2 931 345,71	6,89%
Outros créditos a receber	285 266,87	264 412,76	243 068,58	221 222,81	3 775 930,54	1606,85%
Activo por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Total activo não corrente	188 341 516,85	189 750 502,74	195 148 672,00	197 282 377,08	206 966 881,65	5,93%
Activo corrente	471 105,64	633 315,54	526 566,92	582 114,14	752 322,67	29,24%
Devedores por empréstimos bonificados	471 105,64	633 315,54	526 566,92	582 114,14	752 322,67	29,24%
Clientes	1 002 116,58	1 097 903,22	1 036 368,16	910 155,29	1 376 720,74	51,26%
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-	-
Estados e outros entes públicos	67 871,84	43 418,00	34 726,00	26 374,00	17 302,00	-34,40%
Outros créditos a receber	122 736,07	22 821,25	22 964,18	91 737,31	3 292 777,97	3489,36%
Diferimentos	826 792,89	821 589,99	770 052,46	539 692,43	32 528,80	-93,97%
Caixa e depósitos bancários	1 521 262,16	1 918 495,50	2 113 315,27	2 779 105,21	1 779 388,49	-35,97%
Total activo corrente	4 011 885,18	4 537 543,50	4 503 992,99	4 929 178,30	7 251 040,67	47,10%
TOTAL ACTIVO	192 353 402,03	194 288 046,24	199 652 664,99	202 211 956,26	216 237 922,32	6,96%

4.2.4. Passivo

No passivo não corrente são de distinguir os financiamentos obtidos, no valor de 11.682.992,86€, que representam 32,74% do Passivo e são constituídos pelos

empréstimos obtidos junto do IHRU, e o passivo associado acordo para arrendamento de 151 fogos ao IHRU com opção de compra, no valor de 11.752.330,51€.

O passivo corrente ascendia a 4.792.774,70€, que representa 13,43% do passivo, sendo de destacar os diferimentos no valor de 2.710.668,08€.

Passivo	2017	2018	2019	2020	2021	Var. %
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	33 854 136,69	25 092 653,89	16 335 404,72	12 577 852,16	11 682 992,86	-7,11%
Fornecedor de investimento	-	-	-	-	11 752 330,51	-
Passivos por impostos diferidos	613 694,34	534 684,88	482 409,57	328 966,51	504 389,34	53,33%
Outras contas a pagar	5 272 695,25	6 117 324,99	7 594 035,26	6 349 304,62	6 952 218,24	9,50%
Total do Passivo Não Corrente	39 740 528,28	31 744 663,76	24 411 849,55	19 256 123,29	30 891 930,95	60,43%
Passivo corrente						
Fornecedores	35 814,00	215 210,27	37 374,61	75 363,76	182 210,16	141,77%
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	-	-
Estados e outros entes públicos	137 507,09	142 382,99	32 114,35	4 256,77	9 479,31	122,69%
Financiamentos obtidos	8 731 215,46	8 750 359,33	8 757 779,89	3 759 081,98	887 637,10	-76,39%
Fornecedores de investimento	139 585,73	140 827,61	1 812 363,33	1 524 907,05	127 825,23	-91,62%
Outras contas a pagar	842 487,63	817 510,35	860 990,11	920 249,37	874 954,82	-4,92%
Diferimentos	2 270 544,68	2 185 571,62	1 981 431,12	2 027 530,99	2 710 668,08	33,69%
Total do Passivo Corrente	12 157 154,59	12 251 862,17	13 482 053,41	8 311 389,92	4 792 774,70	-42,33%
TOTAL PASSIVO	51 897 682,87	43 996 525,93	37 893 902,96	27 567 513,21	35 684 705,65	29,44%

4.2.5. Capital

O Capital Social da empresa, integralmente realizado, manteve-se inalterado no montante de 10.500.000,00€, em 2021.

No decorrer do ano de 2021, foi recebido, a título de subsídio para amortização de dívida, o valor de 3.725.677,93€, ao abrigo do contrato programa celebrado a 26/02/2021 entre a Empresa e a Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania, para comparticipação dos encargos financeiros e outros associados aos empréstimos contraídos.

Assim, a conta de capital próprio da empresa evoluiu positivamente, de 174.644.043,05€ para 180.553.216,67€, apresentando uma melhoria de 3,38% de 2020 para 2021.

Capital Próprio	2017	2018	2019	2020	2021	Var. %
Património/Capital	10 500 000,00	10 500 000,00	10 500 000,00	10 500 000,00	10 500 000,00	0,00%
Outros instrumentos de Capital Próprio	-	8 621 194,16	17 369 125,23	26 084 669,58	29 810 347,51	14,28%
Reservas Legais	72 714,91	72 714,91	72 714,91	72 714,91	72 714,91	0,00%
Outras Reservas	141 271 089,55	141 271 089,55	141 271 089,55	141 271 089,55	141 271 089,55	0,00%
Resultados transitados	32 720 517,11	35 657 845,10	39 156 170,43	42 395 976,23	45 056 713,70	6,28%
Outras variações do capital próprio	24 269 759,80	28 982 692,12	34 941 808,57	41 772 282,71	46 796 060,39	12,03%
Resultado Líquido do Período	2 937 327,99	3 498 325,33	3 239 805,80	2 660 737,47	2 840 281,99	6,75%
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	190 463 719,18	198 291 520,31	161 780 762,02	174 644 043,05	180 553 216,67	3,38%

4.2.6. Resultados

Os **Resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos (EBITDA)** da empresa no período em análise foram positivos, no montante de 2.305.731,13€.

Os **Resultados Operacionais** da empresa no período em análise foram negativos, no montante de 2.670.025,52€.

Os **Resultados Financeiros** no mesmo período foram negativos, no valor de 160.777,16€.

Os **Resultados Líquidos** do período em apreço foram negativos, no montante de 2.840.281,99€.

O quadro e gráfico seguintes espelham a evolução das principais rubricas que contribuem para a formação dos resultados da empresa.

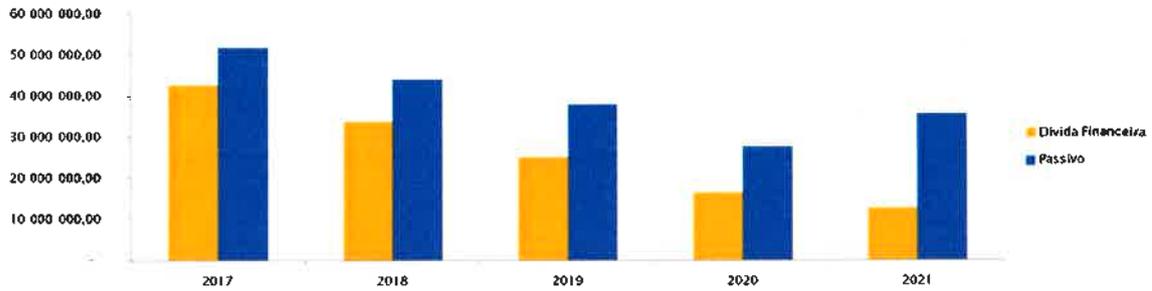
Descrição	2017	2018	2019	2020	2021	Var. %
Prestação de serviços	4 580 556,61	4 258 479,57	4 069 380,83	1 726 540,95	2 244 601,71	30,01%
Rendimentos e ganhos	10 047 841,96	10 205 360,06	9 521 181,92	10 801 980,81	13 103 130,07	21,30%
Indemnizações compensatórias	1 500 000,00	2 400 000,00	2 500 000,00	5 903 874,56	5 850 000,00	-0,91%
Gastos e perdas	12 982 554,51	13 699 148,16	12 756 122,82	13 458 461,51	15 933 932,75	18,39%
EBITDA	670 822,61	288 912,30	512 225,69	1 305 545,99	2 305 731,13	76,61%
Resultado líquido	(2 937 327,99)	(3 498 325,33)	(3 239 805,80)	(2 660 737,47)	(2 840 281,99)	6,75%

É sempre de salientar que, face ao seu objeto social, a empresa tem um elevado investimento em ativos fixos tangíveis e, por conseguinte, a sua estrutura de gastos e perdas sofre um impacto muito significativo das depreciações (34,64% dos gastos e perdas). Esta especificidade acrescenta importância ao indicador EBITDA, que é manifestamente positivo pelo 6.º ano consecutivo.

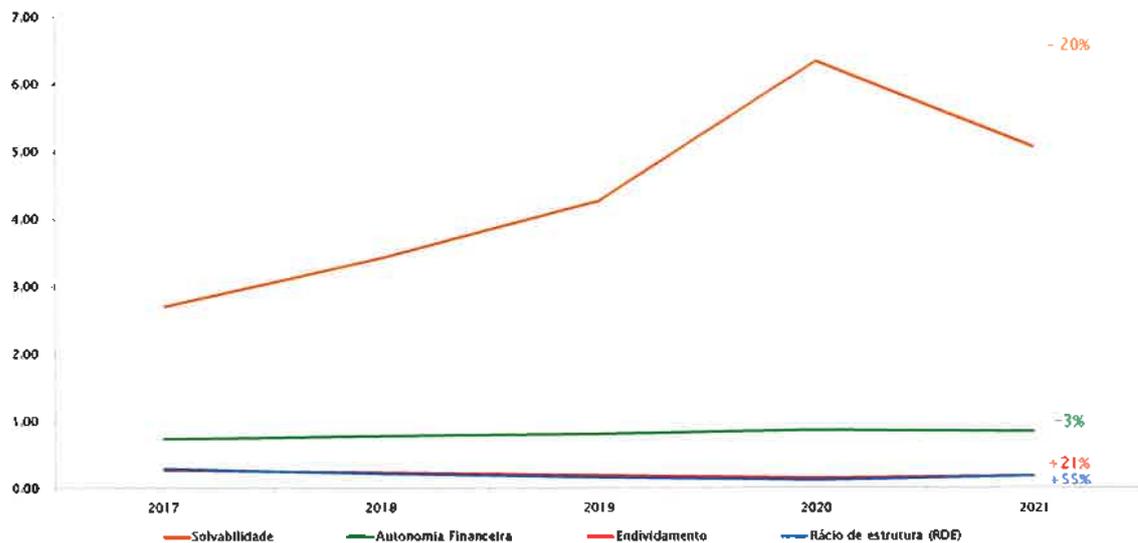
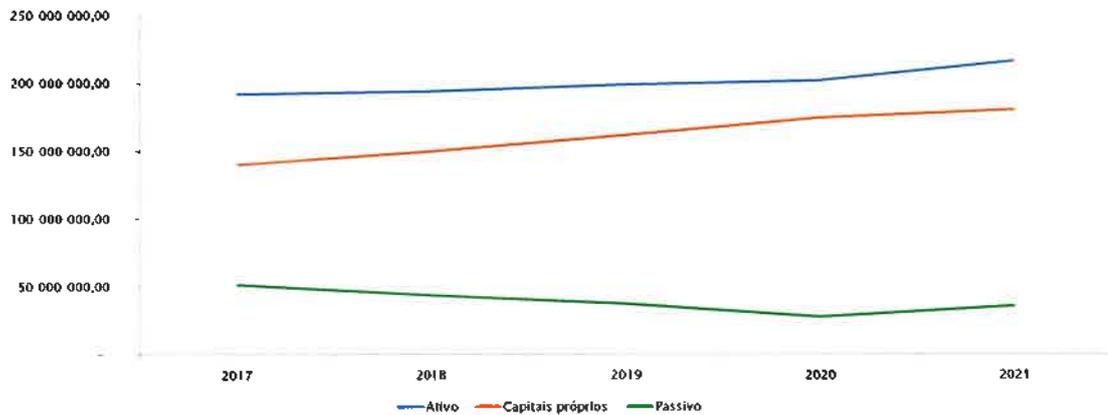
Por outro lado, apesar das compensações, é bem patente que as indemnizações compensatórias concedidas são insuficientes para cobrir o custo da missão social da empresa.

Handwritten signature and name: Para Rodrigues

No ano de 2021, a Dívida Financeira da IHM, EPERAM reduziu-se em cerca de 23% e o Passivo aumentou cerca de 29%, o que refletiu nos rácios de endividamento (+21%), de solvabilidade (-20%) e de autonomia financeira (-3%).



Os gráficos que se seguem ilustram bem a evolução da situação financeira desta entidade pública.



A
Paul
para Rodrigues

4.2.8. Proposta de Aplicação de Resultados

A situação económica e financeira da IHM tem melhorado sucessiva e continuamente nos últimos anos ao nível da conta de exploração, cujos efeitos combinados conduziram a um resultado líquido negativo de 2.840.281,99€. Não obstante, as medidas associadas à faturação dos serviços a valores sociais, que não foram suficientemente compensados pelos subsídios à exploração, prejudicaram os rendimentos e ganhos da empresa.

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo, no montante de 2.840.281,99€, passe a resultados transitados.

4.2.9. Negócios entre a empresa e os seus Administradores

De acordo com o artigo 397º do CSC, relativamente aos seus Administradores, a IHM não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta destes, não prestou garantias e obrigações por estes contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos de remunerações.

Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por entreposta pessoa.

4.3. Perspetivas futuras

O Programa do XIII Governo Regional da Madeira, para o quadriénio de 2019-2023, apresenta um conjunto de prioridades estratégicas, dentro das quais destaca-se a Política Social de Habitação. Neste sentido, o Governo Regional da Madeira realça que a Habitação constitui um dos eixos fundamentais da política pública, numa lógica de intervenção transversal de apoio à generalidade da população da Região Autónoma da Madeira.

No ano de 2021, o setor da Habitação continuou muito afetado pelo prolongar dos efeitos da Pandemia da COVID 19, mas, em simultâneo, também ficou marcado por uma forte dinâmica associada à nova Estratégia Regional de Habitação, que constitui o principal instrumento em matéria de política pública de habitação na Região Autónoma da Madeira (ERH-2030). A estratégia para o setor tem por base um diagnóstico das carências habitacionais dos cidadãos residentes nesta Região Autónoma, e focaliza-se nos recursos e nas dinâmicas de transformação que pretende imprimir e aponta os objetivos e metas a alcançar no horizonte temporal 2030, especificando um leque de soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização.

A ERH-2030 acima mencionada assegurou importantes verbas nacionais e comunitárias, nomeadamente através do Plano de Recuperação e Resiliência e pretende alcançar significativos apoios do Quadro comunitário 2021-2027, pelo que os próximos anos serão marcados por fortes investimentos nas políticas habitacionais da Região Autónoma da Madeira.

A ação da IHM continuará a crescer muito significativamente, sendo que continuará a privilegiar a conservação, a manutenção e a reabilitação

A

M
Jal

W
Para
Rodrigues



do seu parque habitacional, assente na melhoria contínua da componente paisagística, ambiental e de eficiência energética, por forma a valorizar os imóveis sob administração desta entidade pública, seus espaços exteriores e suas áreas envolventes, contribuindo também para um ambiente favorável ao combate à pobreza energética das habitações por toda a Região.



A par da conservação e da reabilitação do património e do novo programa PRAHABITAR, está em curso um reforço substancial do investimento em novas habitações sociais e em novos apoios e incentivos à reabilitação de habitações próprias, através do Plano de Recuperação e Resiliência e através de programas habitacionais assentes em benefícios fiscais, ampliando a capacidade de resposta da política pública de habitação.

María Rodrigues

A política de habitação, para além de solucionar as carências de alojamento, vai de encontro ao desígnio de redução das emissões nocivas ao ambiente e ao clima e da redução da dependência dos combustíveis fósseis, perscrutando as famílias como impulsionadoras da transição energética no setor da habitação, procurando uma transição justa, atraindo a população pela via da redução da fatura energética ao fim de cada mês.

A reforma a implementar pela IHM no âmbito do Plano de Recuperação, Resiliência (PRR), vai de encontro aos objetivos da União Europeia de aceleração da transição energética e digital e envolve um investimento de 136 milhões de euros, que visa reduzir, até 2026, as carências habitacionais da RAM em cerca de 30%, através de:

- Realojamento de 1121 famílias em novas habitações sociais energeticamente eficientes, que representam a ampliação do

parque habitacional da IHM na ordem dos 30% - 128 milhões de euros;

- Apoio financeiro à reabilitação de 325 habitações próprias, incluindo a ótica da eficiência energética - 6 milhões de euros;
- Implementação de sistemas de informação e soluções e-government no setor da habitação - 1,6 milhões de euros.

A estratégia para o horizonte 2030 procura suprimir as carências habitacionais da RAM, e privilegiando a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, sendo que para além dos investimentos apoiados pelo PRR e do investimento em reabilitação com eficiência energética de empreendimentos de habitação social com o apoio do Programa Operacional Madeira 14-20, será também lançado um novo plano de reabilitação com eficiência energética da generalidade parque habitacional da IHM, a apresentar a cofinanciamento do Quadro Comunitário 2021-2027.

A nível operacional, a continuidade da missão social, terá de ser acompanhada do trabalho no domínio da sustentabilidade económica e financeira, aperfeiçoando continuamente o sistema de controlo interno, através de políticas de gestão exigentes e rigorosas, com vista à melhoria dos indicadores de desempenho da organização.

Os preços dos serviços da IHM não estão relacionados com a contabilidade de custos, mas sim com as várias determinações legais, com particular ênfase para o cálculo de rendas técnicas e sociais (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012, de 16 de novembro). Por outro lado, enquanto não é disponibilizado o novo sistema de controlo em cumprimento da NCP 27, a empresa continuará a utilizar e a aperfeiçoar as suas metodologias de controlo, para as suas principais atividades

A

B
Rodrigues

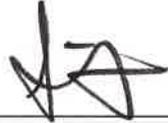
Rodrigues

operacionais, que são capazes de fornecer a informação necessária ao controlo de gestão.

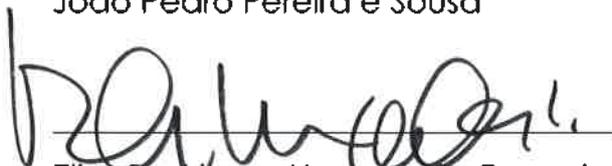
Apesar de não se revestir de importância capital na análise da atividade da IHM a nível de controlo interno, esta entidade pública está a preparar a implementação a NCP 27 – Contabilidade de Gestão, sendo que esta é uma das valências do novo Projeto de Tecnologias de Informação financiado pelo PRR, pelo que, integrando o projeto de TI da IHM, a contabilidade de gestão será uma realidade a médio prazo.

Funchal, 20 de abril de 2022,

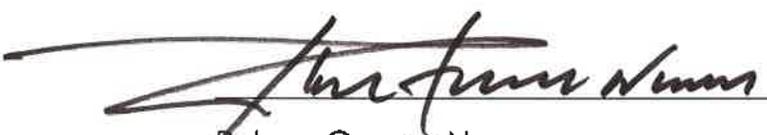
O Conselho de Administração,



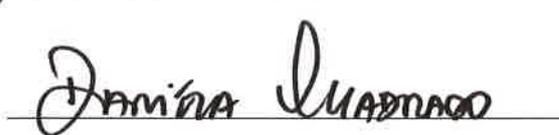
João Pedro Pereira e Sousa



Elias Rodrigues Homem de Gouveia



Ruben Gomes Nunes



Daniela Lúcia Sousa Gomes Quadrado



Mara Débora Sardinha Rodrigues

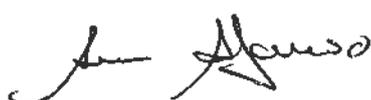
5. Demonstrações Financeiras

5.1. Balanço

Euros			
	Notas	2021	2020
Ativo			
Ativo não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.5.5	202 279 605,40	194 318 739,63
Devedores por empréstimos bonificados	5.5.18	2 931 345,71	2 742 415,44
Outras créditos a receber	5.5.18	3 775 930,54	221 222,81
		208 986 881,65	197 282 377,88
Activo Corrente			
Devedores por empréstimos bonificados	5.5.18	752 322,67	582 114,14
Cientes	5.5.18	1 376 720,74	910 155,29
Estado e outros entes públicos	5.5.18	17 302,00	26 374,00
Outras créditos a receber	5.5.18	3 292 777,97	91 737,31
Diferimentos	5.5.23.1	32 528,80	539 692,43
Caixa e depósitos bancários	5.5.1	1 779 388,49	2 779 105,21
		7 251 040,67	4 929 178,38
Total do Activo		216 237 922,32	202 211 556,26
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio:			
Capital subscrito	5.5.23.2	10 500 000,00	10 500 000,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio	5.5.14	29 810 347,51	26 084 669,58
Reservas legais	5.5.23.2	72 714,91	72 714,91
Outras reservas	5.5.23.2	141 271 089,55	141 271 089,55
Resultado dos transitados	5.5.23.2	(45 056 713,70)	(42 395 976,23)
Outras variações no capital próprio		46 796 060,39	41 772 282,71
Resultado líquido do período		(2 840 281,99)	(2 660 737,47)
Total do Capital Próprio		180 553 216,67	174 644 043,05
Passivo			
Passivo não Corrente			
Financiamentos obtidos	5.5.18	11 682 992,86	12 577 852,16
Fornecedores de investimento	5.5.18	11 752 330,51	0,00
Passivos por impostos diferidos	5.5.23.11	504 389,34	328 966,51
Outras dívidas a pagar	5.5.18	6 952 218,24	6 349 304,62
		30 891 930,95	19 256 123,29
Passivo Corrente			
Fornecedores	5.5.18	182 210,16	75 363,76
Estado e outros entes públicos	5.5.18	9 479,31	4 256,77
Financiamentos obtidos	5.5.18	887 637,10	3 759 081,98
Fornecedores de investimento	5.5.18	127 825,23	1 524 907,05
Outras dívidas a pagar	5.5.18	874 954,82	920 249,37
Diferimentos	5.5.23.3	2 710 668,08	2 027 530,99
		4 792 774,70	8 311 389,92
Total do Passivo		35 684 705,65	27 567 513,21
Total do Capital Próprio e do Passivo		216 237 922,32	202 211 556,26

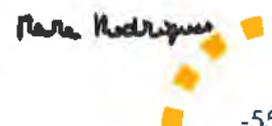
O Contabilista certificado nº 16572

O Conselho de Administração





Maria Rodrigues



5.2. Demonstração de Resultados por Naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	Euros	
		2021	2020
Prestações de serviços	5.5.13	2 244 601,71	1 726 540,95
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	5.5.14	7 526 745,72	7 652 077,87
Fornecimentos e serviços externos	5.5.23.4	(3 479 604,69)	(3 882 087,00)
Gastos com o pessoal	5.5.19	(4 359 458,08)	(4 192 402,02)
Transferências e subsídios concedidos	5.5.23.5	(1 002 339,58)	(347 151,72)
Prestações sociais	5.5.23.5	(207 543,73)	(261 684,27)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	5.5.9	169 705,89	414 613,74
Outros rendimentos e ganhos	5.5.23.6	2 440 317,58	914 232,48
Outros gastos e perdas	5.5.23.7	(1 026 693,69)	(718 594,04)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		2 305 731,13	1 305 545,99
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.5.23.8	(4 975 756,65)	(3 820 366,15)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2 670 025,52)	(2 514 820,16)
Juros e rendimentos similares obtidos	5.5.23.9	12 037,17	0,00
Juros e gastos similares suportados	5.5.23.10	(172 814,33)	(141 660,54)
Resultados antes de impostos		(2 830 802,68)	(2 656 480,70)
Imposto sobre o rendimento do período	5.5.18	(9 479,31)	(4 256,77)
Resultado líquido do período		(2 840 281,99)	(2 660 737,47)

O Contabilista certificado nº 16572

O Conselho de Administração





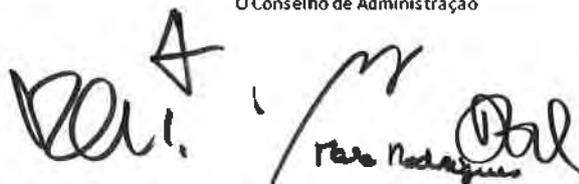

Para Rodrigues

5.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Euros	
		2021	2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de Clientes		1 760 162,02	1 800 914,50
Pagamentos a Fornecedores		(3 263 732,35)	(3 392 001,52)
Pagamentos ao Pessoal		(2 526 848,14)	(2 367 359,17)
Caixa gerada pelas operações		(4 030 418,47)	(3 958 446,19)
Outros Recebimentos/Pagamentos		4 853 757,28	4 409 535,54
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		823 338,81	451 089,35
<u>Fluxos de caixa das atividades de Investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(4 923 951,67)	(6 745 918,55)
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		19 808,09	120 337,79
Subsídios ao investimento		3 592 769,43	7 207 453,41
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		(1 311 374,15)	581 872,65
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		3 725 677,93	8 715 544,35
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(4 130 652,45)	(8 955 001,56)
Juros e custos similares		(106 706,86)	(127 714,85)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		(511 681,38)	(367 172,06)
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		(999 716,72)	665 789,94
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 779 105,21	2 113 315,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 779 388,49	2 779 105,21
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 779 105,21	2 113 315,27
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo de gerência anterior		2 779 105,21	2 113 315,27
De execução orçamental		2 779 090,21	2 106 743,95
De operações de tesouraria		15,00	6 571,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 779 388,49	2 779 105,21
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		1 779 388,49	2 779 105,21
De execução orçamental		1 779 279,21	2 779 090,21
De operações de tesouraria		109,28	15,00

O Contabilista certificado nº 16572

O Conselho de Administração

5.4. Demonstração das alterações ao Capital Próprio

Descrição	Notas	Movimentos do Capital Próprio							Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital/ Património Realizado	Outros Instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	10 500 000,00	26 084 869,58	72 784,91	141 271 089,55	-42 395 976,23	41 772 282,71	-2 660 737,47	174 644 043,06	0,00	174 644 043,06
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedente de reavaliação								0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de reavaliação e respetivas variações								0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	8 725 677,91	0,00	0,00	-2 660 737,47	5 023 777,68	2 660 737,47	8 749 455,61	0,00	8 749 455,61
Outras variações ocorridas no Património Líquido			3 725 677,93				5 802 114,13		9 527 792,06	0,00	9 527 792,06
Ajustamentos por impostos diferidos							778 336,45		-778 336,45	0,00	778 336,45
Aplicação do resultado líquido do período anterior							-2 660 737,47	2 660 737,47	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)	0,00	3 725 677,93	0,00	0,00	-2 660 737,47	5 823 777,68	2 660 737,47	8 749 455,61	0,00	8 749 455,61
RESULTADO INTEGRAL	(3) (4) (2) (3)							-2 840 281,99	-2 840 281,99	0,00	-2 840 281,99
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital (património)		0,00							0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00		0,00	0,00	0,00
Outras operações									0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) (1) (2) (3) (5)	10 500 000,00	29 810 547,51	72 784,91	141 271 089,55	-45 056 713,70	46 796 060,39	-2 840 281,99	180 533 216,67	0,00	180 533 216,67

Descrição	Notas	Movimentos do Capital Próprio							Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital/ Património Realizado	Outros Instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	10 500 000,00	17 369 325,23	72 784,91	141 271 089,55	-39 855 170,43	34 941 608,57	-3 239 885,80	161 758 762,03	0,00	161 758 762,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedente de reavaliação								0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de reavaliação e respetivas variações								0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	8 715 544,35	8,80	0,00	-3 239 805,80	6 888 474,34	3 239 805,80	15 546 016,49	0,00	15 546 016,49
Outras variações ocorridas no Património Líquido			8 715 544,35				5 432 300,45		14 147 844,79	0,00	14 147 844,79
Ajustamentos por impostos diferidos							1 998 173,70		1 998 173,70	0,00	1 998 173,70
Aplicação do resultado líquido do período anterior							-3 239 805,80	3 239 805,80	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)	0,00	8 715 544,35	8,80	0,00	-3 239 805,80	6 830 474,34	3 239 805,80	15 546 016,49	0,00	15 546 016,49
RESULTADO INTEGRAL	(3) (4) (2) (3)							-3 660 737,47	-2 660 737,47	0,00	-2 660 737,47
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital (património)		0,00							0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00		0,00	0,00	0,00
Outras operações									0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) (1) (2) (3) (5)	10 500 000,00	26 084 869,58	72 784,91	141 271 089,55	-42 395 976,23	41 772 282,71	-2 660 737,47	174 644 043,06	0,00	174 644 043,06

O Contabilista certificado nº 16572

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Para Rodrigues

5.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

5.5.1. Nota introdutória

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras, apresentadas em euros, refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Identificação da Entidade

Designação da Entidade:

IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM

Sede:

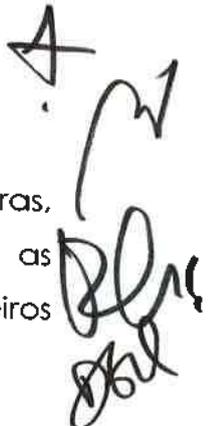
Rua Dr. Pestana Júnior, n.º 6

Natureza da Atividade:

Entidade pública empresarial do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, de capitais exclusivamente públicos, que tem como objeto a promoção, o planeamento, a construção, a fiscalização e a gestão de parques habitacionais e de outro património associado, assim como a realização de obras de recuperação urbanística e de outras infraestruturas, especialmente no âmbito da habitação de interesse social.

Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalhando-se conforme se segue:



Maria Rodrigues



A
- P
J
W

	S. inicial	Débitos	Créditos	S. Final
Caixa	200,00	155 044,49	155 044,49	200,00
Depósitos à ordem	2 778 905,21	17 427 349,39	18 427 066,11	1 779 188,49
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de caixa e depósitos bancários	2 779 105,21	17 582 393,88	18 582 110,60	1 779 388,49

5.5.2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, presentes neste relatório, são as seguintes:

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo que os imóveis estão registados ao custo considerado nos termos definidos na NCP 5.

Os bens que foram transferidos do Instituto de Habitação da Madeira são apresentados pelo valor patrimonial líquido à data da transferência. E foram estabelecidas taxas de amortização representativas da vida útil remanescente desses bens.

As depreciações são efetuadas pelo método das quotas constantes a partir da data de início de utilização dos bens e a taxas calculadas para que o valor do imobilizado seja depreciado durante a sua vida útil estimada.

As taxas utilizadas correspondem às taxas máximas estabelecidas no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento transporte	-
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos	4 a 8

As despesas de manutenção e reparação (custos subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que ocorrem.

Relativamente aos ativos fixos afetos a contrato resolúveis, devido à incerteza da opção de compra, os potenciais resultados da alienação destes imóveis, só são considerados aquando da celebração da escritura de compra e venda. Os valores recebidos por conta da potencial compra são apresentados no passivo.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Maria Rodriguez

A

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Ativos e passivos financeiros

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo histórico deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo histórico destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem empréstimos concedidos no âmbito dos programas PRID e RAVP, destinados à realização de obras de recuperação e beneficiação na habitação propriedade dos mutuários são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente, imposto de selo, comissões bancárias e comissão de aval, no

A
- W
B
B
A
Para Roduigo

A
caso de empréstimo cuja garantia dada foi o aval da Região, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos.

f) Contratos para conceder ou contrair empréstimos

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica "Outros ativos financeiros" ou na rubrica "Outros passivos financeiros".

Benefícios pós-emprego

A Empresa reconhece como um passivo, quando um empregado prestou serviços em troca de benefícios a pagar no futuro, e como um gasto, quando a entidade consumiu os benefícios económicos ou o potencial de serviço decorrente dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados.

Os benefícios dos empregados são:

- Benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, férias anuais pagas e ausências por doença pagas, gratificações e outros prémios associados a resultados ou desempenho (se pagáveis dentro de doze meses após a data de relato);

- Benefícios de cessação de emprego.

a) Reconhecimento e mensuração

Reconhece-se a quantia não descontada dos benefícios de curto prazo dos empregados que se espera pagar em troca desse serviço:

- Como um passivo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, a entidade reconhece esse excesso como um ativo na extensão em que o pré-pagamento conduz, por exemplo, a uma redução em pagamentos futuros ou a uma devolução de dinheiro; e

- Como um gasto, a menos que se inclua os benefícios no custo de um ativo.

Os benefícios de cessação de emprego dado que não proporcionam futuros contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade são reconhecidos como um gasto imediatamente.

Outros benefícios dos empregados, caso existam, são reconhecidos e mensuradas de acordo com os requisitos da NCP 19 — Benefícios dos Empregados, do SNC-AP.

Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que ocorrem.

Em 2021 não ocorreram encargos financeiros capitalizáveis de empréstimos obtidos com a aquisição ou construção de edifícios.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço estão refletidos nas demonstrações financeiras.

A
M
sal
Dei
Nara Rodriguez
A

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço estão divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5.5.3. Ativos fixos intangíveis

Nada a referir.

5.5.4. Acordos de concessão de serviços: concedente

Nada a referir.

5.5.5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2021

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam básico	Equipam de transporte	Equipam administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantam por conta Investim.	Total
Quantia líquida escritura inicial:									
Quantia bruta escritura inicial	49 774 794,03	187 999 970,33	49 253,45	267 982,10	977 166,51	14 631,72	9 023 241,51		248 107 059,65
Depreciações acumuladas iniciais		52 711 177,38	36 479,67	187 363,57	840 751,21	12 548,19			53 788 320,02
Perdas imparidade acumuladas iniciais									
Sub-total	49 774 794,03	135 288 792,95	12 773,78	80 618,53	136 435,30	2 083,53	9 023 241,51		194 318 739,63
Total das adições:									
Aquisições 1ª mão	3 057 521,11	9 657 949,14	5 348,26	136 479,84	29 943,22	51 631,77	3 174 299,40		16 113 172,74
Outras aquisições									
Trabalhos própria entidade									
Acréscimos por revalorização									
Outras									
Sub-total	3 057 521,11	9 657 949,14	5 348,26	136 479,84	29 943,22	51 631,77	3 174 299,40		16 113 172,74
Total das diminuições:									
Depreciações		5 370 212,31	3 704,47	69 680,57	69 820,85	6 839,01			5 520 257,81
Perdas por imparidade									
Alienações	9 792,20								9 792,20
Abates									
Outras		4 445,29					2 617 811,67		2 622 256,96
Sub-total	9 792,20	5 374 658,20	3 704,47	69 680,57	69 820,85	6 839,01	2 617 811,67		8 152 306,97
Transferências de AFT em curso		300 574,59					-300 574,59		0,00
Outras transferências									
Quantia líquida escriturada final	52 822 522,94	139 872 658,48	14 417,57	147 417,80	96 557,67	46 876,29	9 279 154,65		202 279 605,40

2020

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam básico	Equipam de transporte	Equipam administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantam por conta Investim.	Total
Quantia líquida escritura inicial:									
Quantia bruta escritura inicial	49 678 769,68	175 161 610,41	30 265,08	177 866,18	881 767,19	13 700,86	16 322 076,16		242 266 055,56
Depreciações acumuladas iniciais		49 073 741,12	25 445,59	151 802,99	714 455,10	11 049,55			49 976 494,35
Perdas imparidade acumuladas iniciais									
Sub-total	49 678 769,68	126 087 869,29	4 819,49	26 063,19	167 312,09	2 651,31	16 322 076,16		192 289 561,21
Total das adições:									
Aquisições 1ª mão		138 648,17	18 988,37	90 115,92	95 419,32	930,86	5 523 367,01		5 867 469,65
Outras aquisições									
Trabalhos própria entidade									
Acréscimos por revalorização									
Outras									
Sub-total		138 648,17	18 988,37	90 115,92	95 419,32	930,86	5 523 367,01		5 867 469,65
Total das diminuições:									
Depreciações		3 645 976,74	11 034,08	35 560,58	126 296,11	1 498,64			3 820 366,15
Perdas por imparidade									
Alienações		17 925,08							17 925,08
Abates									
Outras									
Sub-total		3 663 901,82	11 034,08	35 560,58	126 296,11	1 498,64			3 838 291,23
Transferências de AFT em curso	96 024,35	12 726 177,31					-12 822 201,66		
Outras transferências									
Quantia líquida escriturada final	49 774 794,03	135 288 792,95	12 773,78	80 618,53	136 435,30	2 083,53	9 023 241,51		194 318 739,63

As quantias de ativos fixos tangíveis cuja titularidade foram dados como garantia de passivos, nomeadamente através de hipotecas são as seguintes:

RELATÓRIO E CONTAS

2021

Empreendimento	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções			Total Quantia Escrit.
		V.Contab.	Deprec. acum.	Q. Escriturada	
12 fogos Nova Cidade	189 853,62	586 578,37	197 481,24	389 097,13	578 950,75
11 fogos Igreja e 10 F. Nuno	441 792,30	1 349 784,84	425 182,79	924 602,05	1 366 394,35
8 fogos Tranquaf	151 681,86	490 424,26	154 483,63	335 940,63	487 622,49
25 fogos Jardim Serra	110 021,71				110 021,71
12 fogos Pomar	100 205,39				100 205,39
40 fogos Torre Machico	446 396,51				446 396,51
8 fogos Achada P. Cruz	599 929,89	620 847,64	187 239,84	433 607,80	1 033 537,69
44 fogos Vargem	998 899,10	3 021 581,39	851 078,41	2 170 502,98	3 169 402,08
11 Fogos Faial e S. Jorge	227 266,12	688 456,83	193 915,31	494 541,52	721 807,64
100 fogos C.C. Freitas	2 024 421,15	6 055 975,62	1 584 647,18	4 471 328,44	6 495 749,59
10 fogos Santa Luzia	122 833,17				122 833,17
9 fogos Porto Moniz	137 474,56	456 425,83	117 149,15	339 276,68	476 751,24
40 fogos Palmeira	120 794,40				120 794,40
13 fogos Santa Cruz	354 044,78	1 091 507,43	272 876,60	818 630,83	1 172 675,61
32 fogos Santana	682 937,39	2 117 320,62	511 685,27	1 605 635,35	2 288 572,74
40 fogos Arcebispo	175 378,11				175 378,11
50 fogos Engenho Velho	1 322 172,86	3 981 930,07	869 387,21	3 112 542,86	4 434 715,72
30 fogos Quitéria Park	916 842,95	2 761 840,89	603 001,72	2 158 839,17	3 075 682,12
9 fogos Assomada Park	219 589,63	724 063,30	153 260,21	570 803,09	790 392,72
4 fogos Matas Porto Santo	340 204,83				340 204,83
37 fogos S. Gonçalo	1 126 400,73				1 126 400,73
25 fogos Machico Park	625 672,81	1 857 121,72	362 138,50	1 494 983,22	2 120 656,03
12 fogos Vale Machico	437 439,84	857 974,56	161 585,33	696 389,23	1 133 829,07
11 fogos P.Moniz	240 573,66	766 111,20	144 283,89	621 827,31	862 400,97
7 fogos Achada P. Cruz	212 117,39	579 400,39	104 292,18	475 108,21	687 225,60
2 fogos Assomada e Colinas	58 108,68	0,00	0,00	0,00	58 108,68
1 fogo Colinas Park	21 349,84	0,00	0,00	0,00	21 349,84
15 fogos Quinta Bean	340 564,59	0,00	0,00	0,00	340 564,59
11 fogos Colinas park	191 084,38	0,00	0,00	0,00	191 084,38
7 fogos Jardim Serra	49 700,89	553 512,35	0,00	0,00	49 700,89
TOTAL	12 985 753,14	28 560 857,31	6 893 688,46	21 113 656,50	34 099 409,64

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com método das quotas constantes e por duodécimos a partir da data de início de utilização dos bens e as taxas calculadas para que o valor do imobilizado seja depreciado durante a sua vida útil estimada.

5.5.6. Locações

Nada a referir.

5.5.7. Custos de empréstimos obtidos

Em 2021 e 2020, a situação dos financiamentos obtidos é detalhada conforme se segue:

	Entidade financiadora	2021		2020		Vencimento	Tipo de amortização
		Montante em dívida		Montante em dívida			
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		
Empréstimos bancários:							
Schuldschein	BESIWESTLB	-	-	2 857 142,96	-	Dez - 2021	3 meses
				2 857 142,96	-		
Cartão Crédito:							
IGCP	IGCP	109,28	-	15,00	-		
Outros empréstimos obtidos:							
12 fogos Nova Cidade	IHRU	15 309,42	119 197,78	14 878,58	134 732,62	Mar - 2030	6 meses
11 fogos Igreja e 10 Feiteira do Nt	IHRU	31 198,98	273 904,09	30 778,95	305 312,38	Abr - 2031	6 meses
8 fogos Tranqual	IHRU	10 831,07	95 088,88	10 685,26	105 992,61	Abr - 2031	6 meses
25 fogos Jardim da Serra	IHRU	27 190,90	252 178,31	26 532,72	279 716,91	Set - 2031	6 meses
12 fogos Pomar Boaventura	IHRU	11 895,55	110 545,00	11 598,37	122 597,22	Set - 2031	6 meses
40 fogos Torre Machico	IHRU	55 382,67	503 455,08	55 161,80	558 948,08	Out - 2031	6 meses
8 fogos Achada Porto da Cruz	IHRU	11 995,64	113 755,28	11 984,69	125 760,29	Mai - 2032	6 meses
44 fogos Vargem São Martinho	IHRU	67 523,30	678 211,16	67 415,38	745 788,39	Dez - 2032	6 meses
56 fogos Covas Faial	IHRU	15 619,82	156 887,25	15 594,86	172 519,55	Dez - 2032	6 meses
100 fogos Estr. Com. C. Freitas	IHRU	122 042,19	1 370 459,79	120 877,39	1 493 175,95	Dez - 2033	6 meses
10 fogos Santa Luzia	IHRU	8 247,66	86 426,34	8 200,57	94 690,78	Jan - 2033	6 meses
9 fogos Santa Porto Moniz	IHRU	10 055,34	118 167,46	9 965,59	128 263,91	Mar - 2034	6 meses
11 fase recuperação Palmeira	IHRU	-	400 447,57	28 472,67	400 515,09	Jul - 2035	6 meses
13 fogos Assomada Santa Cruz	IHRU	24 023,86	294 833,48	23 689,53	319 000,85	Jul - 2034	6 meses
32 fogos Santana	IHRU	46 416,37	577 074,82	45 783,00	623 843,70	Dez - 2034	6 meses
40 fogos Arcebispo	IHRU	50 375,99	680 357,77	49 680,31	731 122,30	Dez - 2035	6 meses
50 fogos Eng. Velho e 30 Quitéria	IHRU	141 237,07	1 984 616,14	139 066,85	2 126 902,25	Fev - 2036	6 meses
9 fogos Assomada Park	IHRU	15 201,77	213 498,01	14 990,59	228 817,93	Jun - 2036	6 meses
4 fogos Matas - Porto Santo	IHRU	4 070,79	55 944,50	3 989,62	60 054,84	Ago - 2035	6 meses
37 fogos S. Gonçalo	IHRU	48 454,32	692 759,30	47 570,28	741 667,74	Out - 2036	6 meses
25 fogos Machico Park	IHRU	47 781,30	767 691,22	46 326,08	816 218,71	Abr - 2037	6 meses
12 fogos Vale Machico	IHRU	21 674,61	361 316,74	20 817,53	383 370,56	Jul - 2037	6 meses
11 fogos Porto Moniz	IHRU	19 335,07	322 570,48	18 680,52	342 221,45	Ago - 2037	6 meses
7 fogos Achada Porto Cruz	IHRU	14 615,53	243 595,68	14 160,09	258 459,08	Dez - 2037	6 meses
5 fogos Machico Torre	IHRU	6 347,55	105 794,11	6 149,75	112 249,32	Dez - 2037	6 meses
2 fogos Assomada e Colinas	IHRU	4 355,43	75 263,06	4 219,10	79 692,79	Jun - 2038	6 meses
1 fogo Colinas Park II	IHRU	1 969,69	34 036,82	1 908,06	36 040,09	Jun - 2038	6 meses
1 fogo Curral Seara Velha	IHRU	6 072,59	102 787,41	5 967,56	108 910,76	Ago - 2038	6 meses
15 fogos Quinta Bean	IHRU	26 155,55	468 122,47	25 333,19	494 726,81	Dez - 2038	6 meses
11 fogos - Colinas Park	IHRU	10 490,63	200 837,17	10 157,84	211 509,92	Dez - 2039	6 meses
7 fogos - Jardim Serra	IHRU	11 657,16	223 169,69	11 287,29	235 029,28	Dez - 2039	6 meses
		887 527,82	11 682 992,86	901 924,02	12 577 852,16		
TOTAL		887 637,10	11 682 992,86	3 759 081,98	12 577 852,16		

Os financiamentos obtidos junto do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) são destinados ao financiamento de compra ou construção de empreendimentos habitacionais. Os mesmos vencem juros postecipadamente no final de cada período de 6 meses e proporcionam uma bonificação de 60% da taxa contratual para os empréstimos contratualizados até 2011, para os empréstimos contratualizados em 2012 a bonificação é de 1/3, nos termos do PROHABITA, conforme Portaria nº 1149/2001, de 29 de setembro, e da Portaria nº 502/2003, de 26 de junho.

Os gastos com os empréstimos obtidos, em 2021 e 2020, foram os seguintes:

	2021			2020		
	Gastos obtidos			Gastos obtidos		
	Total	Outros gastos	Juros	Total	Outros gastos	Juros
Empréstimos bancários:						
Schuldschein - NESI/WESTLB	3 376,96	3 376,96	-	6 355,44	6 355,44	-
	3 376,96	3 376,96	-	6 355,44	6 355,44	-
Outros empréstimos obtidos IHRU:						
12 fogos Nova Cidade	1 310,77	-	1 310,77	1 690,17	-	1 690,17
11 fogos Igreja e 10 Feiteira do Nuno	2 185,69	-	2 185,69	2 398,10	-	2 398,10
8 fogos Tranquil	758,79	-	758,79	832,53	-	832,53
25 fogos Jardim da Serra	1 882,60	-	1 882,60	2 548,53	-	2 548,53
12 fogos Pomar Boaventura	875,02	-	876,02	1 172,35	-	1 172,35
40 fogos Torre Machico	1 177,84	-	1 177,84	1 289,67	-	1 289,67
8 fogos Achada Porto da Cruz	-	-	-	92,10	-	92,10
44 fogos Vargem São Martinho	647,31	-	647,31	690,18	-	690,18
56 fogos Covas Falaí	149,71	-	149,71	159,66	-	159,66
100 fogos Estr. Com. C. Freitas	5 673,29	-	5 673,29	7 825,72	-	7 825,72
10 fogos Santa Luzia	7,26	-	7,26	68,22	-	68,22
9 fogos Santa Porto Moniz	470,00	-	470,00	574,11	-	574,11
14 fase recuperação Palmeira	14,62	-	14,62	286,64	-	286,64
13 fogos Assomada Santa Cruz	1 162,43	-	1 162,43	1 555,99	-	1 555,99
32 fogos Santana	3 689,30	-	3 689,30	4 647,58	-	4 647,58
40 fogos Arcebispo	4 297,80	-	4 297,80	5 384,74	-	5 384,74
50 fogos Eng. Velho e 30 Quitéria	12 107,68	-	12 107,68	14 409,32	-	14 409,32
9 fogos Assomada Park	1 343,33	-	1 343,33	1 682,89	-	1 682,89
4 fogos Mata - Porto Santo	486,62	-	486,62	562,96	-	562,96
37 fogos S. Gonçalo	6 084,86	-	6 084,86	6 827,55	-	6 827,55
25 fogos Machico Park	11 138,13	-	11 138,13	12 412,48	-	12 412,48
12 fogos Vale Machico	5 166,07	-	5 166,07	6 036,72	-	6 036,72
11 fogos Porto Moniz	4 632,71	-	4 632,71	5 275,66	-	5 275,66
7 fogos Achada Porto Cruz	3 581,49	-	3 581,49	4 228,70	-	4 228,70
5 fogos Machico Torre	1 555,43	-	1 555,43	1 836,53	-	1 836,53
2 fogos Assomada e Colinas	1 102,46	-	1 102,46	1 300,07	-	1 300,07
1 fogo Colinas Park II	498,57	-	498,57	587,95	-	587,95
1 fogo Curral Seara Velha	740,34	-	740,34	849,19	-	849,19
11 fogos - Colinas Park	6 377,81	-	6 377,81	8 066,81	-	8 066,81
15 fogos Quinta Bean	2 872,30	-	2 872,30	3 409,20	-	3 409,20
7 fogos - Jardim Serra	3 240,13	-	3 240,13	3 813,78	-	3 813,78
	85 231,36	-	85 231,36	102 516,10	-	102 516,10
TOTAL	88 608,32	3 376,96	85 231,36	108 871,54	6 355,44	102 516,10

5.5.8. Propriedades de investimento

Nada a referir.

5.5.9. Imparidade de ativos

Em 2021 e em 2020 os créditos a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2021			2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não correntes:						
Cientes						
Devedores por empréstimos bonificados						
Devedor PRID	3 265 564,38	(334 238,67)	2 931 345,71	3 113 110,34	(370 694,90)	2 742 415,44
Outros créditos a receber						
Outros devedores diversos	3 775 930,54	-	3 775 930,54	221 222,81	-	221 222,81
	<u>7 041 514,92</u>	<u>(334 238,67)</u>	<u>6 707 276,25</u>	<u>3 334 333,15</u>	<u>(370 694,90)</u>	<u>2 963 638,25</u>
Correntes:						
Cientes						
Devedores por empréstimos bonificados						
Devedor PRID	1 488 981,64	(736 668,97)	752 312,67	1 412 506,29	(830 392,15)	582 114,14
Devedor RAVP	3 751,43	(3 741,43)	10,00	3 929,92	(3 929,92)	-
	<u>1 492 733,07</u>	<u>(740 410,40)</u>	<u>752 322,67</u>	<u>1 416 436,21</u>	<u>(834 316,07)</u>	<u>582 114,14</u>
Outros créditos a receber						
Adiantamentos a fornecedores de investimento	2 662 871,40	-	2 662 871,40	-	-	-
Outros devedores diversos	622 066,55	-	622 066,55	90 237,31	-	90 237,31
Dev. Acresc. Rendimento	7 840,02	-	7 840,02	1 500,00	-	1 500,00
	<u>3 292 777,97</u>	<u>-</u>	<u>3 292 777,97</u>	<u>91 737,31</u>	<u>-</u>	<u>91 737,31</u>
	<u>19 370 690,90</u>	<u>(13 948 869,52)</u>	<u>5 421 821,38</u>	<u>15 686 125,92</u>	<u>(14 082 119,18)</u>	<u>1 584 006,74</u>
	<u>26 412 205,82</u>	<u>(14 283 108,19)</u>	<u>12 129 097,63</u>	<u>19 000 459,07</u>	<u>(14 452 814,08)</u>	<u>4 547 644,99</u>

No decurso do exercício, foram reconhecidas perdas por imparidade/reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de 169.705,89€ em 2021 e 414.613,74€ em 2020, conforme discriminado no seguinte mapa:

	2021				2020			
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Imparidade de terceiros:								
De clientes	13 247 803,11	137 834,00	(177 177,99)	13 208 459,12	13 630 386,52	71 089,37	(457 472,78)	13 247 803,11
De devedores por empréstimos bonificados	1 205 010,97	27 386,84	(152 748,74)	1 079 649,07	1 234 041,30	22 626,40	(51 856,73)	1 205 010,97
	<u>14 452 814,08</u>	<u>165 220,84</u>	<u>(334 926,73)</u>	<u>14 283 108,19</u>	<u>14 867 427,82</u>	<u>94 515,77</u>	<u>(509 129,51)</u>	<u>14 452 814,08</u>

5.5.10. Inventários

Nada a referir.

5.5.11. Agricultura

Nada a referir.

5.5.12. Contratos de construção

Nada a referir.

5.5.13. Rendimentos de transações com Contraprestação

Em 2021 e em 2020, os rendimentos provenientes de transações com contraprestação (NCP 13) que englobam os rendimentos da rubrica de prestação de serviços e as respetivas correções de períodos anteriores, apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Prestações de serviços e concessões		
Arrendamento		
Habitções	1 994 721,01	1 523 384,77
Edifícios - Comerciais	89 862,44	109 343,49
Edifícios - Não comerciais	110 300,03	68 700,17
Canon Superficial	44 250,11	25 517,03
Logradouros	9 440,25	10 664,32
Poiso/Cáritas	1 650,00	1 375,00
Hortas Urbanas	1 140,00	720,00
Total rendimentos de transações com contraprestação	2 251 363,84	1 739 704,78

Deste cômputo global, a desagregação entre rendimentos do próprio ano e correções de anos anteriores é a seguinte:

	2021	2020
Prestações de serviços e concessões		
Arrendamento		
Habitções	1 987 958,88	1 510 283,64
Edifícios - Comerciais	89 862,44	109 343,49
Edifícios - Não comerciais	110 300,03	68 700,17
Canon Superficial	44 250,11	25 454,33
Logradouros	9 440,25	10 664,32
Poiso/Cáritas	1 650,00	1 375,00
Hortas Urbanas	1 140,00	720,00
Total rendimentos do próprio ano	2 244 601,71	1 726 540,95

	2021	2020
Prestações de serviços e concessões		
Arrendamento		
Habitacões	6 762,13	13 101,13
Edifícios - Comerciais	-	-
Edifícios - Não comerciais	-	-
Canon Superficial	-	62,70
Logadouros	-	-
Poiso/Cáritas	-	-
Hortas Urbanas	-	-
Total correções de períodos anteriores	6 762,13	13 163,83

5.5.14. Rendimentos de transações sem Contraprestação

No que concerne os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação (NCP 14), os rendimentos desta natureza apresentavam a seguinte composição em 2021 e em 2020:

	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas		
Taxas, multas e outras penalidades		
Multas e outras penalidades		
Multas	79 247,89	58 073,65
Juros de mora	15 679,47	16 669,64
Juros legais	73 910,91	17 595,60
Total impostos, contribuições e taxas	168 838,27	92 338,89
Transferências e subsídios correntes obtidos		
Contratos-Programa	7 516 281,18	7 641 213,12
Outros subsídios	10 464,54	10 864,75
	7 526 745,72	7 652 077,87
Imputação de subsídios ao investimento	2 212 310,79	724 535,70
Total rendimentos de transações sem contraprestação	9 907 894,78	8 468 952,46

Os rendimentos relativos a transferências e subsídios correntes obtidos decorrem principalmente de contratos-programa celebrados entre a IHM e a Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania.

	2021	2020
Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania	7 507 283,95	7 639 331,97
Instituto de Desenvolvimento Regional	-	-
Instituto de Emprego da Madeira	19 461,77	12 745,90
Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana	-	-
	7 526 745,72	7 652 077,87

Conforme referido previamente, os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

A proveniência dos subsídios alvo de imputação, em 2021 e em 2020, é a seguinte:

	2021	2020
Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania	1 664 654,76	187 682,85
Instituto de Desenvolvimento Regional	79 310,25	79 310,29
Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana	468 345,78	457 542,56
	2 212 310,79	724 535,70

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios de entidades públicas apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios não relacionados com ativos são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis, conforme determinado pela NCP 14, ou, caso se realizem entre a data de relato e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras, acrescidos ao exercício anterior, nos termos definidos na NCP 17.

Durante o exercício findo em 2021, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

	Subsídios do Estado			Saldo final
	Saldo Inicial	Valor recebido	Imputação resultado	
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento:				
Ativos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	2 237 867,59	1 700 660,86	507 308,14	3 431 220,31
Edifícios e outras construções	43 336 894,77	6 313 764,06	2 212 310,79	47 438 348,04
	45 574 762,36	8 014 424,92	2 719 618,93	50 869 568,35
Subsídios relacionados com amortização de dívida:				
Contratos-Programa	26 084 669,58	3 725 677,93	0,00	29 810 347,51
	26 084 669,58	3 725 677,93	0,00	29 810 347,51
Subsídios relacionados com rendimentos à exploração:				
Contratos-Programa	457 275,60	1 932 163,41	1 657 283,95	732 155,06
Indemnizações compensatórias	0,00	5 850 000,00	5 850 000,00	0,00
Centro de emprego e formação profissional	0,00	13 121,75	19 461,77	-6 340,02
Fundo apoio à Reconstrução	18 381,95	0,00	0,00	18 381,95
Fundo Apoio Campanha Juntos pela Madeira	1 319 326,69	0,00	0,00	1 319 326,69
FSUE - IDR - Fundo de Solidariedade da União Europeia	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 794 984,24	7 795 285,16	7 526 745,72	2 063 523,68
	47 369 746,60	15 809 710,08	10 246 364,65	52 933 092,03

Os subsídios para amortização da dívida têm como objetivo a comparticipação dos encargos financeiros associados aos empréstimos obtidos junto da banca, em 2005 e 2006, e do IHRU.

O subsídio para apoio a particulares visa a comparticipação das obras de recuperação e ou beneficiação ao abrigo do Programa para recuperação de Imóveis degradados (PRID).

Os subsídios à exploração no âmbito das indemnizações compensatórias visam compensar a empresa pelas obrigações sociais que desenvolve, por natureza deficitárias.

Os subsídios ao investimento estão relacionados com ativos fixos tangíveis em curso, dado ainda não ter sido reconhecido qualquer rédito.

5.5.15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nada a referir.

A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z



5.5.16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio



Não existem saldos em moeda estrangeira, quer a 31 de dezembro de 2021, quer a 31 de dezembro de 2020.



5.5.17. Acontecimentos após a data de relato



À data do balanço é importante salientar que a pandemia COVID-19 continua a ter um forte impacto na vida das populações. Ao longo do ano assistimos ao aparecimento de novas variantes desta doença, diferindo em vários aspetos: na gravidade, nos sintomas, no período sintomático, no período de incubação, no período transmissivo e na contaminabilidade. Contudo, com o desenvolvimento de vacinas, fomos verificando um lento mas estável regresso à normalidade. As rigorosas medidas de segurança e saúde pública implementadas pelo Governo Regional foram permitindo controlar a evolução da pandemia, mantendo bons níveis de segurança e confiança no regresso à normalidade, pelo que o Conselho de Administração considera que o pressuposto de continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Entidade, com referência a 31 de dezembro de 2021, se mantém apropriado.



À data de elaboração do presente relatório, é de referir que na última quinzena de fevereiro eclodiu um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, sobre o qual a Rússia foi severamente sancionada em termos comerciais e financeiros, com o encerramento do espaço aéreo europeu a aeronaves russas e com o fecho temporário das relações comerciais de grandes marcas internacionais com este país. O conflito em causa provocou um aumento do preço do gás natural e do petróleo, pois a Rússia é a 2.ª maior produtora destes recursos a nível mundial, situação que está a conduzir a uma escalada generalizada dos preços, em especial da energia e dos materiais de construção civil.

Até ao momento, e com o desenrolar da situação bélica, não encontramos razões que nos pareçam colocar em risco a continuidade da atividade da entidade, porém, sendo a IHM integralmente detida pela Região Autónoma da Madeira, a se prolongar os efeitos adversos na sua estrutura de custos, o Governo Regional certamente encontrará instrumentos financeiros para cobrir

eventuais acréscimos de custos e/ou reduções do volume de negócios, nomeadamente através de indemnizações compensatórias.

5.5.18. Instrumentos financeiros

Cientes e outros créditos a receber

Em 2021 e em 2020 os créditos a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2021			2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não correntes:						
Cientes						
Devedores por empréstimos bonificados						
Devedor PRID	3 265 584,38	(334 238,67)	2 931 345,71	3 113 110,34	(370 694,90)	2 742 415,44
Outros créditos a receber						
Outros devedores diversos	3 775 930,54	-	3 775 930,54	221 222,81	-	221 222,81
	7 041 514,92	(334 238,67)	6 707 276,25	3 334 333,15	(370 694,90)	2 963 638,25
Correntes:						
Cientes						
Devedores por empréstimos bonificados						
Devedor PRID	1 488 981,64	(736 668,97)	752 312,67	1 412 506,29	(830 392,15)	582 114,14
Devedor RAVP	3 751,43	(3 741,43)	10,00	3 923,92	(3 923,92)	-
	1 492 733,07	(740 410,40)	752 322,67	1 416 430,21	(834 316,07)	582 114,14
Outros créditos a receber						
Adiantamentos a fornecedores de investimento	2 662 871,40	-	2 662 871,40	-	-	-
Outros devedores diversos	622 066,55	-	622 066,55	90 237,31	-	90 237,31
Oav. Acrasc. Rendimento	7 840,02	-	7 840,02	1 500,00	-	1 500,00
	3 292 777,97	-	3 292 777,97	91 737,31	-	91 737,31
	<u>19 370 690,90</u>	<u>(13 948 869,52)</u>	<u>5 421 821,38</u>	<u>15 666 125,92</u>	<u>(14 082 119,18)</u>	<u>1 584 006,74</u>
	26 412 205,82	(14 283 108,19)	12 129 097,63	19 000 459,07	(14 452 814,08)	4 547 644,99

Nos devedores PRID incluem-se os valores de empréstimos concedidos aos mutuários e que se encontram por amortizar, estando decompostos da seguinte forma:

	2021	2020
Empr. Concedidos PRID:		
Não correntes	2 731 004,16	2 603 358,44
Não encerrados	534 580,22	509 751,90
Correntes	<u>488 734,29</u>	<u>562 761,12</u>
	3 754 318,67	3 675 871,46

Handwritten notes and signatures:
A
Rosa Rodriguez
A

Devido ao carácter social do apoio e à existência de uma componente mensal a fundo perdido, de acordo com os rendimentos da família, parte deste ativo pode vir a ser transformado em gasto.

Fornecedores e outros passivos financeiros

As rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	182 210,16	75 363,76
Fornecedores, títulos a pagar	-	-
Fornecedores, fact. em receção e conferência	-	-
	<u>182 210,16</u>	<u>75 363,76</u>
Fornecedores de investimento		
Fornecedores de investimento - Corrente	127 825,23	1 524 907,05
Fornecedores de investimento - Não corrente	<u>11 752 330,51</u>	-
	<u>11 880 155,74</u>	<u>1 524 907,05</u>
Outros passivos financeiros		
Financiamentos obtidos - Corrente	887 637,10	3 759 081,98
Financiamentos obtidos - Não corrente	<u>11 682 992,86</u>	<u>12 577 852,16</u>
	<u>12 570 629,96</u>	<u>16 336 934,14</u>
	<u><u>24 632 995,86</u></u>	<u><u>17 937 204,95</u></u>

Outras dívidas a pagar

Em 2021 e 2020, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	2021		2020	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Outras dívidas a pagar:				
Resolúveis				
Amortização	77 892,92	-	74 921,52	-
Juros	133 422,04	-	131 971,84	-
Seguro	29 841,04	-	29 265,75	-
Administração	14 262,03	-	14 015,73	-
	<u>255 418,03</u>	-	<u>250 174,84</u>	-
Credores diversos				
Sindicatos	-	-	-	-
Imposto associado a subsídios	-	6 952 218,24	-	6 349 304,62
Retenção vencimentos	-	-	-	-
Outros diversos	25,76	-	15 025,76	-
	<u>25,76</u>	-	<u>15 025,76</u>	-
	25,76	6 952 218,24	15 025,76	6 349 304,62
Pessoal	-	-	-	-
Devedores por acréscimos gastos:				
Remunerações a liquidar	529 400,00	-	561 812,50	-
Juros a liquidar	15 440,98	-	18 463,04	-
FSE	-	-	-	-
IMI e outros gastos e perdas	72 539,05	-	72 539,05	-
Outros gastos de financiamento	-	-	103,18	-
Investimentos	2 131,00	-	2 131,00	-
Outros	-	-	-	-
	<u>619 511,03</u>	-	<u>655 048,77</u>	-
	<u>874 954,82</u>	<u>6 952 218,24</u>	<u>920 249,37</u>	<u>6 349 304,62</u>

Os empréstimos resolúveis refletem as prestações recebidas dos potenciais compradores de habitações em regime de propriedade resolúvel, que se encontram relevadas nos ativos fixos tangíveis pelo valor líquido 181.206,09€, em 2021, e de 185.447,95€, em 2020.

Estado e outros entes públicos

Em 2021 e 2020 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	17 302,00	-	26 374,00	-
Estimativa de imposto		9 479,31		4 256,77
Imposto a Recuperar	-	-	-	-
Retenção na Fonte	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	-	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	-	-	-
Outros impostos	-	-	-	-
	<u>17 302,00</u>	<u>9 479,31</u>	<u>26 374,00</u>	<u>4 256,77</u>

5.5.19. Benefícios dos empregados

A rubrica de "Gastos com o pessoal" em 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos órgãos sociais	288 311,96	268 538,54
Remunerações do pessoal	3 244 697,99	3 124 412,27
Indemnizações	4 441,88	1 028,73
Encargos sobre remunerações	783 499,78	756 084,23
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	27 133,95	30 139,29
Gastos de ação social	149,90	-
Outros gastos com o pessoal	9 074,94	9 034,28
Outros encargos sociais	2 147,68	3 164,68
	<u>4 359 458,08</u>	<u>4 192 402,02</u>

5.5.20. Divulgações de partes relacionadas

Nada a referir.

5.5.21. Relato por segmentos

Nada a referir.

5.5.22. Interesses em outras entidades

Nada a referir.

5.5.23. Outras divulgações

5.5.23.1. Diferimentos Ativos

Em 2021 e 2020 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Diferimentos Ativos		
Trabalhos especializados	0,00	2 159,90
Vigilância e segurança	0,00	388,86
Conservação e reparação	0,00	485 505,35
Materiais	2 329,89	0,00
Seguros	4 250,01	6 889,44
Licenciamento software	6 790,33	7 439,92
Imposto selo	11 265,38	20 059,92
Subsídios concedidos	7 893,19	7 893,19
Relativos a juros de mora	0,00	7 683,26
Relativos a financiamentos obtidos	0,00	1 672,59
	32 528,80	539 692,43

A
M
DBL

Rosa Rodrigues
A

5.5.23.2. Instrumentos de capital próprio

O capital encontra-se totalmente subscrito e é detido integralmente pela Região Autónoma da Madeira. Em 2021, não ocorreu qualquer alteração ao valor do capital social da empresa.

No decurso do exercício 2021, as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Outras reservas			Total outras reservas
	Reservas legais	Reserva estatutária	Reservas de constituição	
Quantia em 01-01-2020	72 714,91	18 961,36	141 252 128,19	141 271 089,55
Reforço	-	-	-	-
Anulação	-	-	-	-
Quantia em 31-12-2020	72 714,91	18 961,36	141 252 128,19	141 271 089,55
Reforço	-	-	-	-
Anulação	-	-	-	-
Quantia em 31-12-2021	72 714,91	18 961,36	141 252 128,19	141 271 089,55

As reservas de constituição representam os ativos líquidos transferidos do Instituto de Habitação da Madeira, aquando da criação da IHM em 2004.

Em 2021, a rubrica de resultados transitados sofreu o seguinte movimento:

	Resultados transitados	
	2 021	2 020
Saldo Inicial	(42 395 976,23)	(39 156 170,43)
Aplicação do resultado	(2 660 737,47)	(3 239 805,80)
Cobertura de prejuízos	-	-
Saldo final	(45 056 713,70)	(42 395 976,23)

5.5.23.3. Diferimentos Passivos

Em 2021 e em 2020, as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Diferimentos Passivos		
Prestações serviços - habitacionais	334 055,84	-
Prestações serviços - comerciais	48 837,33	5 480,00
Prestações serviços - canon superficiário	4 712,57	-
Prestações serviços - logradouros	3 784,24	-
Prestações serviços - Não comerciais	22 072,65	-
Prestações serviços - Poiso/Caritas	275,00	-
Subsídio à exploração	2 069 863,70	1 794 984,24
Donativos	225 890,94	225 890,94
Outros	1 175,81	1 175,81
	2 710 668,08	2 027 530,99

5.5.23.4. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", em 2021 e em 2020, está detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Trabalhos especializados	120 768,92	171 807,27
Publicidade e propaganda	14 340,55	3 523,36
Vigilância e segurança	30 686,75	8 453,45
Honorários	40 757,40	36 914,89
Conservação e reparação	1 235 277,08	1 619 579,05
Serviços bancários	-	-
Outros	1 902,17	1 539,95
Materiais	21 346,77	18 983,61
Energia e fluídos	158 291,15	131 200,66
Deslocações, estadas e transportes	587,48	848,50
Rendas e alugueres	1 508 978,42	1 566 707,08
Comunicação	32 871,27	18 753,21
Seguros	5 790,21	4 765,41
Contencioso e notariado	8 920,51	5 526,25
Despesas de representação	-	264,85
Limpeza, higiene e conforto	6 075,19	10 480,15
Outros serviços	293 010,82	282 739,31
	<u>3 479 604,69</u>	<u>3 882 087,00</u>

[Handwritten signatures and initials]
Para Andreza

Da verba correspondente à conservação e reparação, 35,5% corresponde às grandes empreitadas de conservação:

	2021	2020
Conservação e reparação		
Empreitadas de conservação e reparação	575 956,47	1 258 469,56
Conservação e reparação de elevadores	78 865,74	92 259,76
Material diverso de conservação e rep.	11 469,07	3 701,71
Conservação e rep.condomínio	-	-
Conservação e rep. edifícios alheios	-	-
Conservação e rep. Poiso/Caritas	-	-
Conservação e rep.equipamento básico	-	877,02
Conservação e rep. Equip.de transporte	14 069,09	14 511,71
Conservação e rep.Equip. administrativo	5 687,76	-
Outros gastos de conservação e reparação	549 228,95	249 759,29
	<u>1 235 277,08</u>	<u>1 619 579,05</u>

Relativamente às rendas e alugueres, cerca de 97,3% do total da rubrica corresponde às rendas de imóveis arrendados a senhorios que, por sua vez, são subarrendados em habitação social.

	2021	2020
Rendas e alugueres		
Subarrendamento de imóveis	1 332 483,97	1 316 921,04
Rendas da Loja do Cidadão	23 829,00	23 829,00
Rendas Incêndios 2016	135 588,86	214 644,79
Aluguer de máquinas de fotocópias	17 076,59	11 312,25
Aluguer de outros equipamentos	-	-
	<u>1 508 978,42</u>	<u>1 566 707,08</u>

5.5.23.5. Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais

A decomposição da rubrica de "Transferências e subsídios concedidos", em 2021 e 2020, apresentava-se da seguinte forma:

	2021	2020
Transferências e subsídios concedidos		
Regime de apoio a desempregados	272 699,26	298 822,46
PRID Temporal/Incêndios	345 209,88	15 000,00
Programa PRAHABITAR	361 556,00	-
Outros	22 874,44	33 329,26
	<u>1 002 339,58</u>	<u>347 151,72</u>
Prestações sociais concedidas		
PRID - Amortização subsidiada	207 543,73	261 684,27
	<u>1 209 883,31</u>	<u>608 835,99</u>

5.5.23.6. Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos", em 2021 e 2020, apresentava-se conforme se segue:

	2021	2020
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	6 073,29	6 945,92
Outros:		
Correções do período anterior	40 723,78	24 488,86
Excesso de estimativa para impostos	-	-
Imputação de subsídios ao investimento	2 212 310,79	724 535,70
Restituição de impostos	1 278,00	8 988,89
Donativos	-	-
Multas	78 682,24	57 543,71
Juros mora	15 679,47	16 669,64
Juros legais	73 910,91	17 595,60
Juros resolúveis	-	4 806,80
Atualização capital de empréstimos concedidos	-	-
Restituição de subsídios concedidos	10 715,12	49 767,36
Outros diversos	943,98	2 890,00
	<u>2 440 317,58</u>	<u>914 232,48</u>

As correções do período anterior correspondem às seguintes situações:

Correções do período anterior:	2021	2020
Reposições não abatidas aos pagamentos	-	459,00
Prestação de serviços	6 762,13	13 163,83
Multas de clientes	565,65	529,94
Fornecimentos e Serviços externos	-	7 538,87
Gastos com pessoal	33 396,00	2 797,22
Impostos	-	-
Juros Mora	-	-
	<u>40 723,78</u>	<u>24 488,86</u>

O valor em multas corresponde ao montante faturado aos inquilinos por atraso de pagamento da renda, está subdividido da seguinte forma:

Multas:	2021	2020
Habitacões	71 535,28	53 563,73
Edifícios	6 945,08	3 979,98
Canons	201,88	-
Logradouros	-	-
	<u>78 682,24</u>	<u>57 543,71</u>

5.5.23.7. Outros gastos

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas", em 2021 e 2020, apresentava-se da seguinte forma:

	2021	2020
Impostos	150 088,44	161 327,75
Dívidas incobráveis	99 487,46	273 509,53
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Outros		
Correções do Período anterior	765 915,39	283 697,24
Quotizações	-	-
Insuficiência da estimativa de impostos	-	-
Multas e penalidades	-	-
Outros	11 202,40	59,52
Juros mora	-	-
	<u>1 026 693,69</u>	<u>718 594,04</u>

Os impostos compreendem o seguinte:

	2021	2020
Impostos		
Impostos Municipal Imóveis - IMI	138 601,57	136 733,09
Imposto selo Empréstimos obtidos bancários	8 794,54	23 129,65
Imposto selo - outros	1 015,40	381,05
Impostos indiretos	-	-
Taxas	80,00	151,04
Imposto único de circulação	1 596,93	932,92
	<u>150 088,44</u>	<u>161 327,75</u>

As correções relativas a períodos anteriores, em 2021 e 2020, foram as seguintes:

	2021	2020
Correções do período anterior		
De Fornecimentos Serviços Externos	10 950,22	29 709,12
De Gastos com o pessoal	4 633,72	104 787,77
De gastos e perdas financeiras	-	-
De impostos	36 064,29	84 004,58
De prestações de serviços	692 836,78	45 998,86
De multas de clientes	21 430,38	19 196,91
	<u>765 915,39</u>	<u>283 697,24</u>

5.5.23.8. Depreciações

A decomposição da rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização", em 2021 e 2020, era a seguinte:

	2021	2020
Ativos fixos tangíveis:		
Gastos	5 520 257,81	3 820 366,15
Reversões	(544 501,16)	-
	<u>4 975 756,65</u>	<u>3 820 366,15</u>

5.5.23.9. Juros e rendimentos similares obtidos

Os rendimentos e ganhos de financiamento reconhecimentos, em 2021 e 2020, estão detalhados conforme se segue:

	2021	2020
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	-	-
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	-	-
Outros financiamentos concedidos	-	-
Outros	12 037,17	-
	<u>12 037,17</u>	-
Dividendos obtidos		
Aplicações em meios financeiros líquidos	-	-
Outras entidades	-	-
	-	-
Outros rendimentos similares		
	<u>12 037,17</u>	-

A



 Maria Rodrigues


5.5.23.10. Juros e gastos similares suportados

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos, em 2021 e 2020, estão detalhados conforme se segue:

	2021	2020
Juros suportados		
Financiamentos bancários	0,00	0,00
Locações financeiras	9 446,95	26 324,47
Empréstimos obrigacionistas	0,00	0,00
Outros financiamentos	85 231,36	102 516,10
Outros juros	8 011,24	6 464,53
	<u>102 689,55</u>	<u>135 305,10</u>
Outros gastos de financiamento		
Comissões	3 376,96	6 355,44
Cobertura de juros	0,00	0,00
Outros	66 747,82	0,00
	<u>70 124,78</u>	<u>6 355,44</u>
	<u>172 814,33</u>	<u>141 660,54</u>

5.5.23.11. Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que,

dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Não foram calculados impostos diferidos sobre prejuízos fiscais porque não é estimável a sua recuperação.

Impostos diferidos

A IHM procedeu ao registo de Impostos Diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor Contabilístico dos Ativos e Passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 25 – Impostos sobre o rendimento – do Sistema de Normalização Contabilística, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 2021 e em 2020 foi como se segue:

	2021		2020	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	-	328 966,51	-	482 409,57
Efeitos em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Clientes	-	-	-	-
Devedores	-	-	-	-
Subsídios ao investimento				
Investimento depreciable	-	-	-	-
Investimento não depreciable	-	175 422,83	-	(153 443,06)
	-	175 422,83	-	(153 443,06)
Efeitos em reservas:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Clientes	-	-	-	-
Devedores	-	-	-	-
Diferenças derivadas de subsídios ao investimento:				
Investimento depreciable	-	-	-	-
Investimento não depreciable	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Saldo final	-	504 389,34	-	328 966,51

5.5.23.12. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Para o período findo em 31 de Dezembro de 2021, o valor dos serviços de revisão legal de contas totalizam 12.147,60€ (IVA incluído).

Em cumprimento do art.º 2º do Decreto-Lei n.º 534 e do art. 21º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 411/91, declaramos que a empresa apresenta uma situação regularizada perante a Segurança Social e perante o Setor Público Estatal.

O Contabilista certificado n.º16572



O Conselho de Administração



Para Rodrigues

6. Demonstrações Orçamentais

6.1. Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Rubrica	Designação	Orçamento			Plano orçamental plurianual
		Períodos anteriores	Período	Soma	t=1
Receita corrente		€ 11 377 582,00 €	€ 11 377 582,00 €	€ 11 377 582,00 €	€ 17 682 541,00 €
R1	Receita fiscal	-	-	-	-
R1.1	Impostos directos	-	-	-	-
R1.2	Impostos indirectos	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistemas de protecção social e sub-sistemas de saúde	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	3 000,00 €	3 000,00 €	111 000,00 €
R4	Rendimentos de propriedade	-	5 800,00 €	5 800,00 €	5 199,00 €
R5	Transferências e subsídios correntes	-	€ 11 253 122,00 €	€ 11 253 122,00 €	€ 8 465 199,80 €
R5.1	Transferências correntes	-	€ 11 253 122,00 €	€ 11 253 122,00 €	€ 8 465 199,80 €
R5.1.1	Administrações Públicas	-	€ 10 378 122,00 €	€ 10 378 122,00 €	€ 7 234 495,00 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	-	-	-	-
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-
R5.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-
R5.1.1.4	Administração Regional	-	€ 10 378 122,00 €	€ 10 378 122,00 €	€ 7 234 495,00 €
R5.1.1.5	Administração local	-	-	-	-
R5.1.2	Exterior - EU	-	€ 875 000,00 €	€ 875 000,00 €	€ 1 210 699,00 €
R5.1.3	Outras	-	-	-	-
R5.2	Subsídios correntes	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	-	€ 105 660,00 €	€ 105 660,00 €	€ 4 116 148,00 €
R7	Outras receitas correntes	-	€ 4 000,00 €	€ 4 000,00 €	€ 5 000,00 €
Receita de capital		-	€ 35 892 293,00 €	€ 35 892 293,00 €	€ 52 134 308,00 €
R8	Venda de bens de investimento	-	€ 115 900,00 €	€ 116 900,00 €	€ 157 360,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	-	€ 35 775 393,00 €	€ 35 775 393,00 €	€ 51 976 948,00 €
R9.1	Transferências de capital	-	€ 35 775 393,00 €	€ 35 775 393,00 €	€ 51 976 948,00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	-	€ 14 248 807,00 €	€ 14 248 807,00 €	€ 7 525 152,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	-	-	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	€ 427 860,00 €	€ 427 860,00 €	-
R9.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-	€ 13 820 947,00 €	€ 13 820 947,00 €	€ 7 525 152,00 €
R9.1.1.5	Administração local	-	-	-	-
R9.1.2	Exterior - EU	-	€ 21 526 586,00 €	€ 21 526 586,00 €	€ 44 451 796,00 €
R9.1.3	Outras	-	-	-	-
R9.2	Subsídios de capital	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	-	€ 15 000,00 €	€ 15 000,00 €	€ 27 689,00 €
Receita efetiva [1]		-	€ 47 279 875,00 €	€ 47 279 875,00 €	€ 64 844 318,00 €
Receita não efetiva [2]		-	€ 30 800,00 €	€ 30 800,00 €	€ 249 763,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	-	€ 30 000,00 €	€ 30 000,00 €	€ 249 763,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	-
Receita total [3]=[1]+[2]		-	€ 47 309 875,00 €	€ 47 309 875,00 €	€ 65 094 301,00 €

Rubrica	Designação	Orçamento			Plano orçamental plurianual
		Períodos anteriores	Período	Soma	t=1
Despesa corrente		€ 10 860,00 €	€ 11 752 763,00 €	€ 11 752 625,00 €	€ 13 101 153,00 €
O1	Despesa com o pessoal	-	€ 4 797 282,00 €	€ 4 797 282,00 €	€ 5 876 349,00 €
O1.1	Remunerações certas e permanentes	-	€ 3 940 768,00 €	€ 3 940 768,00 €	€ 4 069 864,00 €
O1.2	Alíquotas variáveis ou eventuais	-	€ 35 075,00 €	€ 35 075,00 €	€ 39 719,00 €
O1.3	Segurança Social	-	€ 821 439,00 €	€ 821 439,00 €	€ 968 157,00 €
O2	Aquisição de bens e serviços	-	€ 5 729 033,00 €	€ 5 729 033,00 €	€ 6 349 233,00 €
O3	Taxas e outros encargos	€ 10 860,00 €	€ 115 370,00 €	€ 126 230,00 €	€ 91 500,00 €
O4	Transferências e subsídios correntes	-	€ 690 500,00 €	€ 690 500,00 €	€ 1 262 580,00 €
O4.1	Transferências correntes	-	€ 690 500,00 €	€ 690 500,00 €	€ 1 262 580,00 €
O4.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-
O4.1.1.1	Administração Central - Estado	-	-	-	-
O4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-
O4.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-
O4.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-
O4.1.1.5	Administração local	-	-	-	-
O4.1.2	Instituições sem fins lucrativos	-	€ 50 000,00 €	€ 50 000,00 €	€ 50 000,00 €
O4.1.3	Famílias	-	€ 840 500,00 €	€ 840 500,00 €	€ 1 212 500,00 €
O4.1.4	Outras	-	-	-	-
O4.2	Subsídios correntes	-	-	-	-
O5	Outras despesas correntes	-	€ 220 580,00 €	€ 220 580,00 €	€ 319 580,00 €
Despesa de capital		€ 408 160,00 €	€ 30 370 940,00 €	€ 30 779 100,00 €	€ 50 473 148,00 €
O6	Aquisição de bens de capital	€ 408 160,00 €	€ 29 670 940,00 €	€ 30 079 100,00 €	€ 47 973 148,00 €
O7	Transferências e subsídios de capital	-	€ 780 000,00 €	€ 780 000,00 €	€ 2 500 000,00 €
O7.1	Transferências de capital	-	€ 780 000,00 €	€ 780 000,00 €	€ 2 500 000,00 €
O7.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-
O7.1.1.1	Administração Central - Estado	-	-	-	-
O7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-
O7.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-
O7.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-
O7.1.1.5	Administração local	-	-	-	-
O7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	-	€ 700 000,00 €	€ 700 000,00 €	€ 2 250 000,00 €
O7.1.3	Famílias	-	-	-	-
O7.1.4	Outras	-	-	-	-
O7.2	Subsídios de capital	-	-	-	-
O8	Outras despesas de capital	-	-	-	-
Despesa efetiva [3]		€ 419 020,00 €	€ 42 123 703,00 €	€ 42 542 725,00 €	€ 61 574 301,00 €
Despesa não efetiva [4]		-	€ 4 767 159,80 €	€ 4 767 159,80 €	€ 1 520 000,00 €
O9	Despesa com ativos financeiros	-	€ 1 000 000,00 €	€ 1 000 000,00 €	€ 500 000,00 €
O10	Despesa com passivos financeiros	-	€ 3 767 159,80 €	€ 3 767 159,80 €	€ 919 000,00 €
Despesa total [5]=[3]+[4]		€ 419 020,00 €	€ 46 890 862,80 €	€ 47 309 884,80 €	€ 63 094 301,00 €
Saldo total [3]-[5]		-	€ 419 020,00 €	-	-
Saldo global [1]-[4]		-	€ 419 020,00 €	€ 4 737 150,00 €	€ 1 277 237,00 €
Despesa primária		€ 408 160,00 €	€ 42 006 335,00 €	€ 42 416 495,00 €	€ 63 480 801,00 €
Saldo corrente		€ 10 860,00 €	€ 380 183,00 €	€ 391 043,00 €	€ 418 612,00 €
Saldo de capital		€ 408 160,00 €	€ 5 221 353,00 €	€ 5 113 193,00 €	€ 1 661 160,00 €
Saldo primário		€ 408 160,00 €	€ 5 271 540,00 €	€ 4 863 380,00 €	€ 1 363 737,00 €

O Conselho de Administração



6.2. Plano Plurianual de investimentos

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realzatio	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de execuo	Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realizao do período t-1	Pagamentos						Total previsto			
					HG	RP	UE	GAPR	Início	Fim				Períodos seguintes									
														Ano t	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)+(22)+...+(20)			
Investimento no parque habitacional da IHM	51101	Investimentos e atividades de índole habitacional com fins sociais	D2	O	900 000,00 €					01/01/2021	31/12/2021	0		€	700 000,00 €	100 000,00 €	100 000,00 €				€	900 000,00 €	
Investimento no parque habitacional da IHM	51183	Investimentos e atividades de índole habitacional com fins sociais	D7	I	17 000 126,67 €					01/01/2016	31/12/2021	I	2 054 752,74 €	2 714 206,73 €	4 583 505,04 €	2 528 199,38 €	2 112 626,94 €	3 79 712,95 €	588 408,64 €	1 616 714,25 €	€	17 000 126,67 €	
PRR - Aquisiç/Construç	51101	Investimentos e atividades de índole habitacional com fins sociais	D2	O				2 300 000,00 €		01/01/2021	31/12/2021	O			€	100 000,00 €	851 300,00 €	1 148 700,00 €			€	2 300 000,00 €	
PRR - Aquisiç/Construç	51101	Investimentos e atividades de índole habitacional com fins sociais	D7	I	27 436 450,00 €			126 100 000,00 €		01/01/2021	31/12/2021	I			€	18 637 100,00 €	12 806 700,00 €	20 603 300,00 €	45 899 675,00 €	45 659 675,00 €	€	153 526 450,00 €	
Regeneraç/õ do Bairro da Palmeira	51399	Projeto Integrado de Regeneraç/õ do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos	D2	O	27 700,00 €			50 000,00 €		01/01/2021	31/12/2021	O			€	77 700,00 €					€	77 700,00 €	
Regeneraç/õ do Bairro da Palmeira	51399	Projeto Integrado de Regeneraç/õ do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos	D7	I	1 284 536,73 €			1 450 000,00 €		01/01/2018	31/12/2021	I	1 386 558,38 €	2 747 508,35 €	600 000,00 €						€	4 734 516,73 €	
Reabilitaç/õ do parque habitacional da IHM	51570	Projetos da IHM apoiados pelo Fundo de Coes/õ Nacional	D7	E	6 677 056,73 €					01/01/2016	31/12/2020	E	6 563 073,15 €	114 983,58 €							€	6 677 056,73 €	
Reajustamento de famílias afetadas pelo Incêndio de agosto de 2016	51595	Atividades de recuperaç/õ das famílias de agosto de 2016	D2	O	86 000,00 €					10/08/2021	31/12/2021	O			€	86 000,00 €					€	86 000,00 €	
Reajustamento de famílias afetadas pelo Incêndio de agosto de 2016	51595	Atividades de recuperaç/õ das famílias de agosto de 2016	D7	I	7 793 446,01 €					10/08/2016	31/12/2021	I	3 283 277,08 €	229 632,93 €	1 426 190,00 €	1 426 173,00 €					€	7 793 446,01 €	
Incêndio energético em edifícios de habitaç/õ social da IHM	52067	Eficiência energética em edifícios de habitaç/õ social da IHM	D2	O	58 425,00 €			331 116,56 €		01/01/2021	31/12/2022	O			€	288 053,00 €	101 498,56 €				€	389 551,56 €	
Incêndio energético em edifícios de habitaç/õ social da IHM	52067	Eficiência energética em edifícios de habitaç/õ social da IHM	D7	I	2 039 882,04 €			2 588 574,15 €		01/01/2021	31/12/2022	I			€	3 158 740,00 €	1 469 710,19 €				€	4 628 450,19 €	
PRR - Tecnologias de Informaç/õ	52533	RE CO2-IO3RAM - Tecnologias de Informaç/õ	D2	O				245 000,00 €		01/01/2021	31/12/2024	O			€	45 000,00 €	50 000,00 €	100 000,00 €	50 000,00 €			€	245 000,00 €
PRR - Tecnologias de Informaç/õ	52533	RE CO2-IO3RAM - Tecnologias de Informaç/õ	D7	I				1 355 000,00 €		01/01/2021	31/12/2024	I			€	325 000,00 €	320 000,00 €	290 000,00 €	430 000,00 €			€	1 355 000,00 €
Total					63 303 632,96 €			1 36 419 680,79 €				Total	18 287 461,38 €	9 805 783,58 €	50 287 388,04 €	29 755 586,96 €	25 768 796,84 €	46 758 387,95 €	86 288 083,64 €	1 638 714,25 €	389 723 303,71 €		

O Conselho de Administração

A. [assinatura]
[assinatura]
[assinatura]
Marta Rodrigues

6.3. Demonstração do desempenho orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		RP	RG	UE	BNPR	FUNDOS ALMOBOS	TOTAL	
	Saldo de gestão anterior	305 293,13 €	2 436 303,36 €	37 493,72 €	- €	15,00 €	2 779 105,21 €	2 113 315,27 €
R14	Operações orçamentais [1]	- 305 293,13 €	2 436 303,36 €	37 493,72 €	- €	- €	2 779 090,21 €	2 106 743,95 €
	Restituição de saldos de operações orçamentais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Operações de tesouraria [A]	- €	- €	- €	- €	15,00 €	15,00 €	6 571,32 €
	Recorrencia	1 544 665,20 €	3 712 735,92 €	- €	2 850 000,00 €	- €	8 107 401,12 €	7 674 865,45 €
R1	Receita fiscal	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.1	Impostos diretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e sub-sistemas de saúde	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	43 900,57 €	- €	- €	- €	- €	43 900,57 €	31 570,09 €
R4	Rendimentos de propriedade	11 925,81 €	- €	- €	- €	- €	11 925,81 €	- €
R5	Transferências e subsídios correntes	- €	3 712 735,92 €	- €	2 850 000,00 €	- €	6 562 735,92 €	6 025 050,81 €
R5.1	Transferências correntes	- €	3 712 735,92 €	- €	2 850 000,00 €	- €	6 562 735,92 €	6 025 050,81 €
R5.1.1	Administrações Públicas	- €	3 712 735,92 €	- €	2 850 000,00 €	- €	6 562 735,92 €	6 025 050,81 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	3 712 735,92 €	- €	2 850 000,00 €	- €	6 562 735,92 €	6 025 050,81 €
R5.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.2	Estreito - EU	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	1 488 040,32 €	- €	- €	- €	- €	1 488 040,32 €	1 607 050,43 €
R7	Outras receitas correntes	798,50 €	- €	- €	- €	- €	798,50 €	9 244,92 €
	Recorrencia de capital	64 034,05 €	5 975 737,08 €	- €	2 857 142,96 €	- €	8 896 914,09 €	17 206 797,98 €
R8	Venda de bens de investimento	64 034,05 €	- €	- €	- €	- €	64 034,05 €	27 535,89 €
R9	Transferências e subsídios de capital	- €	5 975 737,08 €	- €	2 857 142,96 €	- €	8 832 880,04 €	17 179 262,09 €
R9.1	Transferências de capital	- €	5 975 737,08 €	- €	2 857 142,96 €	- €	8 832 880,04 €	17 179 262,09 €
R9.1.1	Administrações Públicas	- €	5 975 737,08 €	- €	2 857 142,96 €	- €	8 832 880,04 €	15 087 585,90 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	57 361,77 €	- €	- €	- €	57 361,77 €	55 964,67 €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	5 918 375,31 €	- €	2 857 142,96 €	- €	8 775 518,27 €	15 031 620,63 €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.2	Estreito - EU	- €	- €	- €	- €	- €	- €	2 091 676,79 €
R9.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	42 736,18 €	- €	- €	- €	- €	42 736,18 €	21 272,50 €
	Recorrencia efetiva [2]	1 651 435,43 €	8 688 473,90 €	- €	5 707 142,96 €	- €	17 047 051,39 €	24 902 935,93 €
	Recorrencia não efetiva [3]	183 717,26 €	- €	- €	- €	- €	183 717,26 €	168 822,82 €
R12	Receita com ativos financeiros	183 717,26 €	- €	- €	- €	- €	183 717,26 €	165 822,32 €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	2 140 445,82 €	12 124 776,96 €	37 493,72 €	5 707 142,96 €	- €	20 009 858,86 €	27 175 502,20 €
	Operações de tesouraria [B]	- €	- €	- €	- €	2 826,39 €	2 826,39 €	699,95 €

[Handwritten signature]
Para Rodrigues

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		RP	RG	VE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente		1.279.677,84 €	4.200.838,53 €	- €	2.844.549,81 €	- €	8.325.066,18 €	7.671.855,92 €
D1	Despesa com o pessoal	747.389,62 €	770.597,66 €	- €	2.844.549,81 €	- €	4.362.537,09 €	4.247.045,34 €
D1.1	Remunerações certas e permanentes	562.008,73 €	602.455,51 €	- €	2.327.793,26 €	- €	3.492.257,50 €	3.367.955,32 €
D1.2	Adónos variáveis ou eventuais	4.441,88 €	1.111,78 €	- €	25.781,46 €	- €	31.285,12 €	26.061,49 €
D1.3	Segurança Social	180.999,01 €	167.030,27 €	- €	491.025,09 €	- €	639.094,47 €	853.046,33 €
D2	Aquisição de bens e serviços	299.378,81 €	2.530.687,79 €	- €	- €	- €	2.930.066,60 €	2.629.173,66 €
D3	Airos e outros encargos	5.394,21 €	102.886,73 €	- €	- €	- €	108.380,94 €	143.056,24 €
D4	Transferências e subsídios correntes	111.207,62 €	608.152,41 €	- €	- €	- €	716.360,09 €	399.919,54 €
D4.1	Transferências correntes	111.207,62 €	608.152,41 €	- €	- €	- €	716.360,09 €	399.919,54 €
D4.1.1	Administrações Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.2	Instituições sem fins lucrativos	- €	20.100,00 €	- €	- €	- €	20.100,00 €	33.329,26 €
D4.1.3	Famílias	111.207,62 €	585.052,41 €	- €	- €	- €	696.260,09 €	366.590,28 €
D4.1.4	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.2	Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D5	Outras despesas correntes	16.507,58 €	191.413,94 €	- €	- €	- €	207.721,52 €	252.621,34 €
Despesas de capital		216.108,42 €	4.852.989,17 €	27.561,75 €	- €	- €	3.196.463,34 €	7.401.103,84 €
D6	Aquisição de bens de capital	216.108,42 €	4.934.467,75 €	27.561,75 €	- €	- €	5.179.137,90 €	7.396.103,84 €
D7	Transferências e subsídios de capital	- €	18.525,44 €	- €	- €	- €	18.525,44 €	15.000,00 €
D7.1	Transferências de capital	- €	18.525,44 €	- €	- €	- €	18.525,44 €	15.000,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.3	Famílias	- €	16.025,44 €	- €	- €	- €	16.025,44 €	15.000,00 €
D7.1.4	Outras	- €	2.500,00 €	- €	- €	- €	2.500,00 €	- €
D7.2	Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Despesa efetiva [5]		1.493.786,26 €	9.153.831,70 €	27.561,75 €	2.844.549,81 €	- €	13.521.729,52 €	15.072.959,76 €
Despesa não efetiva [6]		49.627,89 €	1.811.079,36 €	- €	2.857.142,84 €	- €	4.708.850,13 €	9.323.452,29 €
D9	Receta com ativos financeiros	- €	942.563,13 €	- €	- €	- €	942.563,13 €	567.414,21 €
D10	Receta com passivos financeiros	40.627,89 €	868.516,23 €	- €	2.857.142,84 €	- €	3.766.287,00 €	8.756.038,02 €
Soma [7]=[5]+[6]		1.536.414,19 €	10.964.911,06 €	27.561,75 €	5.701.692,65 €	- €	18.230.579,65 €	24.396.411,99 €
Operações de tesouraria [C]		- €	- €	- €	- €	2.732,11 €	2.732,11 €	7.256,27 €
Saldo para a gerência seguinte		604.031,63 €	1.159.865,30 €	9.931,97 €	5.450,31 €	109,28 €	1.779.388,49 €	2.779.105,21 €
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]		604.031,69 €	1.159.865,30 €	9.931,97 €	5.450,31 €	- €	1.779.279,21 €	2.779.090,21 €
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		- €	- €	- €	- €	109,28 €	109,28 €	15,00 €
Saldo global [2]-[5]		155.649,17 €	534.941,30 €	-27.561,75 €	-2.862.593,15 €	- €	-3.925.321,87 €	-9.829.976,17 €
Despesa primária		1.490.392,05 €	9.050.644,97 €	27.561,75 €	2.844.549,81 €	- €	13.413.548,56 €	14.929.863,52 €
Saldo corrente		264.997,36 €	486.102,61 €	- €	5.450,39 €	- €	217.665,06 €	3.009,53 €
Saldo de capital		152.074,37 €	1.022.743,91 €	-27.561,75 €	-2.857.142,96 €	- €	-3.700.230,79 €	-9.805.694,14 €
Saldo primário		161.043,36 €	637.626,00 €	-27.561,75 €	-2.862.593,15 €	- €	-3.635.702,81 €	-9.373.072,41 €
Receta total [1]+[2]-[8]		2.140.445,82 €	12.124.776,36 €	37.483,72 €	5.707.142,94 €	- €	20.009.858,86 €	27.175.802,26 €
Despesa total [3]-[6]		1.536.414,19 €	10.964.911,06 €	27.561,75 €	5.701.692,65 €	- €	18.230.579,65 €	24.396.411,99 €

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]
Para Rodrigues

RELATÓRIO E CONTAS 2021

6.4. Demonstração de execução orçamental da receita

Rubricas	Designação	Previsões corrigidas	Recargas por cobrar de períodos anteriores	Recargas liquidadas	Liquidações anuladas	Recargas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Recargas cobradas líquidas			Recargas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental		
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente	
															(6)
Recarga corrente															
R1	Recarga fiscal	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.1	Impostos diretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	63 700,00 €	1 144 810,17 €	158 986,18 €	17 642,07 €	43 900,57 €	- €	- €	10 270,15 €	39 630,42 €	43 900,57 €	1 242 253,71 €	0,90	21,15	
R4	Rendimentos de propriedade	12 100,00 €	- €	18 139,51 €	6 213,70 €	11 925,81 €	- €	- €	- €	11 925,81 €	11 925,81 €	- €	- €	65,74	
R5	Transferências e subsídios correntes	11 275 507,00 €	- €	6 562 735,92 €	- €	6 562 735,92 €	- €	- €	- €	6 562 735,92 €	6 562 735,92 €	- €	- €	100,00	
R5.1	Transferências correntes	11 275 507,00 €	- €	6 562 735,92 €	- €	6 562 735,92 €	- €	- €	- €	6 562 735,92 €	6 562 735,92 €	- €	- €	100,00	
R5.1.1	Administrações Públicas	10 378 122,00 €	- €	6 562 735,92 €	- €	6 562 735,92 €	- €	- €	- €	6 562 735,92 €	6 562 735,92 €	- €	- €	100,00	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	10 378 122,00 €	- €	6 562 735,92 €	- €	6 562 735,92 €	- €	- €	- €	6 562 735,92 €	6 562 735,92 €	- €	- €	100,00	
R5.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.2	Exterior - EU	897 385,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	1 745 000,00 €	13 077 815,12 €	5 933 635,16 €	4 065 150,92 €	1 489 585,16 €	1 544,84 €	1 544,84 €	203 802,49 €	1 284 237,83 €	1 488 040,32 €	13 458 259,06 €	1,56	21,64	
R7	Outras receitas correntes	4 000,00 €	- €	798,50 €	- €	798,50 €	- €	- €	- €	798,50 €	798,50 €	- €	- €	100,00	
Recarga de capital															
R8	Venda de bens de investimento	67 900,00 €	264 412,76 €	20 844,10 €	- €	64 034,05 €	- €	- €	43 189,95 €	20 844,10 €	64 034,05 €	221 222,81 €	16,33	100,00	
R9	Transferências e subsídios de capital	36 202 093,00 €	- €	8 832 880,04 €	- €	8 832 880,04 €	- €	- €	- €	8 832 880,04 €	8 832 880,04 €	- €	- €	100,00	
R9.1	Transferências de capital	36 202 093,00 €	- €	8 832 880,04 €	- €	8 832 880,04 €	- €	- €	- €	8 832 880,04 €	8 832 880,04 €	- €	- €	100,00	
R9.1.1	Administrações Públicas	14 548 807,00 €	- €	8 832 880,04 €	- €	8 832 880,04 €	- €	- €	- €	8 832 880,04 €	8 832 880,04 €	- €	- €	100,00	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	427 850,00 €	- €	57 361,77 €	- €	57 361,77 €	- €	- €	- €	57 361,77 €	57 361,77 €	- €	- €	100,00	
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	14 120 947,00 €	- €	8 775 518,27 €	- €	8 775 518,27 €	- €	- €	- €	8 775 518,27 €	8 775 518,27 €	- €	- €	100,00	
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.2	Exterior - EU	21 653 286,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11	Reposições não abatas nos pagamentos	50 000,00 €	46 927,36 €	33 289,61 €	596,56 €	42 736,18 €	- €	- €	17 496,72 €	25 239,46 €	42 736,18 €	36 882,23 €	37,26	75,82	
R12	Auxílios financeiros	199 000,00 €	809 705,82 €	434 679,05 €	147 422,34 €	185 184,28 €	1 467,02 €	1 467,02 €	53 845,31 €	129 871,95 €	183 717,26 €	919 245,27 €	6,65	29,88	
R13	Passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R14	Salda da gerência anterior - operações orçamentais	2 779 107,00 €	- €	2 779 090,21 €	- €	2 779 090,21 €	- €	- €	- €	2 779 090,21 €	2 779 090,21 €	- €	- €	100,00	
Total		52 398 407,00 €	15 343 673,23 €	24 775 078,30 €	4 287 027,59 €	20 012 870,72 €	9 011,86 €	9 011,86 €	326 604,62 €	19 681 254,24 €	20 009 856,88 €	15 871 863,08 €	2,14	79,44	

O Conselho de Administração

Handwritten signatures and initials:
 A
 JCM
 JRM
 Para Rodrigues

6.5. Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Designação	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/Descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental		
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente	
							(6)	(7)	(8)=(6)+(7)			(9)=(4)-(5)	(10)=(5)-(8)	(11)=(6)/(2)*100
Despesa corrente														
D1	Despesas com o pessoal	€ 6 904 482,00	€	€	€ 4 362 537,09	€ 4 362 537,09	€	€ 4 362 537,09	€ 4 362 537,09	€	€	0	63,18	
D1.1	Remunerações certas e permanentes	€ 5 539 958,00	€	€	€ 3 492 257,50	€ 3 492 257,50	€	€ 3 492 257,50	€ 3 492 257,50	€	€	0	63,04	
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	€ 45 975,00	€	€	€ 31 285,12	€ 31 285,12	€	€ 31 285,12	€ 31 285,12	€	€	0	68,05	
D1.3	Segurança Social	€ 1 318 539,00	€	€	€ 838 994,47	€ 838 994,47	€	€ 838 994,47	€ 838 994,47	€	€	0	63,63	
D2	Aquisição de bens e serviços	€ 46 975,77	€ 6 283 427,00	€	€ 3 346 280,96	€ 3 113 401,37	€ 46 745,77	€ 2 889 320,83	€ 2 930 066,60	€ 232 879,59	€ 183 334,77	0,74	45,89	
D3	Juros e outros encargos	€	€ 133 245,00	€	€ 108 380,94	€ 108 380,94	€	€ 108 380,94	€ 108 380,94	€	€	0	81,34	
D4	Transferências e subsídios correntes	€	€ 992 806,00	€	€ 716 360,03	€ 716 360,03	€	€ 716 360,03	€ 716 360,03	€	€	0	72,16	
D4.1	Transferências correntes	€	€ 992 806,00	€	€ 716 360,03	€ 716 360,03	€	€ 716 360,03	€ 716 360,03	€	€	0	72,16	
D4.1.1	Administrações Públicas	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D4.1.1.3	Segurança Social	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D4.1.1.4	Administração Regional	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D4.1.1.5	Administração Local	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D4.1.2	Instituições sem fins lucrativos	€	€ 50 000,00	€	€ 20 100,00	€ 20 100,00	€	€ 20 100,00	€ 20 100,00	€	€	0	40,2	
D4.1.3	Famílias	€	€ 942 806,00	€	€ 696 260,03	€ 696 260,03	€	€ 696 260,03	€ 696 260,03	€	€	0	73,85	
D4.1.4	Outras	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D4.2	Subsídios correntes	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D5	Outras despesas correntes	€	€ 270 480,00	€	€ 207 721,52	€ 207 721,52	€	€ 207 721,52	€ 207 721,52	€	€	0	76,8	
Despesas de capital														
D6	Aquisição de bens de capital	€ 1 185 508,77	€ 31 492 502,00	€	€ 5 966 699,79	€ 5 305 563,13	€ 1 185 508,77	€ 3 992 629,13	€ 5 178 137,90	€ 660 736,66	€ 127 825,23	3,77	12,7	
D7	Transferências e subsídios de capital	€	€ 1 000 000,00	€	€ 18 525,44	€ 18 525,44	€	€ 18 525,44	€ 18 525,44	€	€	0	1,85	
D7.1	Transferências de capital	€	€ 1 000 000,00	€	€ 18 525,44	€ 18 525,44	€	€ 18 525,44	€ 18 525,44	€	€	0	1,85	
D7.1.1	Administrações Públicas	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D7.1.1.3	Segurança Social	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D7.1.1.4	Administração Regional	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D7.1.1.5	Administração Local	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D7.1.3	Famílias	€	€ 750 000,00	€	€ 16 025,44	€ 16 025,44	€	€ 16 025,44	€ 16 025,44	€	€	0	2,14	
D7.1.4	Outras	€	€ 250 000,00	€	€ 2 500,00	€ 2 500,00	€	€ 2 500,00	€ 2 500,00	€	€	0	1	
D7.2	Subsídios de capital	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D8	Outras despesas de capital	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€	-	-	
D9	Ativos financeiros	€	€ 1 573 615,00	€	€ 942 563,13	€ 942 563,13	€	€ 942 563,13	€ 942 563,13	€	€	0	59,9	
D10	Passivos financeiros	€	€ 3 607 850,00	€	€ 3 766 287,00	€ 3 766 287,00	€	€ 3 766 287,00	€ 3 766 287,00	€	€	0	98,91	
Total		€ 1 232 484,54	€ 52 398 407,00	€	€ 19 435 355,90	€ 18 541 739,65	€ 1 232 254,54	€ 16 998 325,11	€ 18 230 579,65	€ 893 616,25	€ 311 160,00	2,35	32,44	

O Conselho de Administração

A. M. P. R.
Para Rodrigues

6.6. Demonstração de execução do Plano Plurianual de investimentos

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Público segmentar	Período de realização	Fontes de financiamento				Data		Montante previsto			Montante executado			Percentagem de execução (Montante executado / Montante previsto)	Percentagem de execução financeira (Montante executado / Montante executado)	
					OP	RP	UE	ENPH	total	11m	ANO	Anos pagáveis	Total	Anos anteriores	ANO	Total			
					(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)			
					OP	RP	UE	ENPH	total	11m	ANO	Anos pagáveis	Total	Anos anteriores	ANO	Total	(18)	(19)	
					60	70	80	90	100	110	120	130	140	150	160	170	180	190	200
Investimento no parque habitacional de IHRM	51186	Investimento e aquisição de unidades habitacionais com fins sociais	D2	0	200 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	200 000,00 €	31/12/2023	31/12/2023	200 000,00 €	200 000,00 €	900 000,00 €	0,00 €	90 955,43 €	45 955,93 €	23,37%	23,37%
Investimento no parque habitacional de IHRM	51186	Investimento e aquisição de unidades habitacionais com fins sociais	D7	0	15 280 918,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15 280 918,22 €	31/12/2028	31/12/2028	5 004 400,00 €	7 004 400,00 €	11 004 400,00 €	4 101 600,00 €	3 761 983,44 €	7 643 354,26 €	50,02%	50,02%
PRM: Requalificação/Construção	51163	Investimento e aquisição de unidades habitacionais com fins sociais	D2	0	0,00 €	0,00 €	0 000 000,00 €	0,00 €	0 000 000,00 €	31/12/2022	31/12/2022	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	0%
PRM: Requalificação/Construção	51163	Investimento e aquisição de unidades habitacionais com fins sociais	D7	0	0 499 350,00 €	0,00 €	126 400 000,00 €	0,00 €	126 899 350,00 €	31/12/2025	31/12/2025	16 637 100,00 €	16 637 100,00 €	15 516 900,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	0%
Requalificação do Bairro da Palmeira	51199	Projeto Integrado de Requalificação do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos	D2	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31/12/2022	31/12/2022	77 700,00 €	77 700,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	0%
Requalificação do Bairro da Palmeira	51199	Projeto Integrado de Requalificação do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos	D7	0	3 488 775,84 €	3 764 902,64 €	3 272 300,84 €	0,00 €	10 525 979,32 €	31/12/2024	31/12/2024	2 048 847,88 €	2 048 847,88 €	2 048 847,88 €	0,00 €	2 041 411,24 €	4 988 777,84 €	47,39%	100%
Requalificação de áreas habitacionais de IHRM	51570	Projetos de IHRM geridos pelo Fundo de Capital de Rotação	D7	0	0 677 000,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0 677 000,73 €	31/03/2021	31/03/2021	9 856,73 €	9 856,73 €	6 667 200,00 €	0,00 €	9 856,73 €	6 677 056,73 €	100%	100%
Requalificação de unidades de recuperação dos terrenos de águas de casto	51595	Requalificação de unidades de recuperação dos terrenos de águas de casto	D2	0	58 556,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	58 556,95 €	31/08/2021	31/08/2021	86 000,00 €	86 000,00 €	0,00 €	0,00 €	58 556,95 €	58 556,95 €	68,09%	100%
Requalificação de unidades de recuperação dos terrenos de águas de casto	51595	Requalificação de unidades de recuperação dos terrenos de águas de casto	D7	0	0 908 861,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	908 861,45 €	20/08/2016	31/12/2021	1 428 190,00 €	2 852 346,00 €	4 276 580,00 €	3 582 930,00 €	477 650,00 €	4 060 515,45 €	33,71%	38,71%
Eficiência energética em edifícios de habitação social de IHRM	52049	Eficiência energética em edifícios de habitação social de IHRM	D2	0	90 169,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	90 169,50 €	01/03/2021	31/12/2022	285 000,00 €	301 488,50 €	369 551,56 €	0,00 €	24 988 500,00 €	7 688 980,00 €	21,01%	44,47%
Eficiência energética em edifícios de habitação social de IHRM	52067	Eficiência energética em edifícios de habitação social de IHRM	D7	0	850 788,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	850 788,04 €	01/01/2021	31/12/2022	3 158 740,00 €	1 469 716,19 €	4 448 456,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	0%
PRM: Tecnologias de Informação	52511	REC202 IORAM Tecnologias de Informação	D2	0	0,00 €	0,00 €	200 000,00 €	0,00 €	200 000,00 €	01/01/2021	31/12/2024	45 000,00 €	200 000,00 €	245 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	0%
PRM: Tecnologias de Informação	52511	REC202 IORAM Tecnologias de Informação	D7	0	0,00 €	0,00 €	0 000 000,00 €	0,00 €	0 000 000,00 €	01/01/2021	31/12/2024	275 000,00 €	1 000 000,00 €	1 275 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	0%
Total					40 004 667,73 €	272 633,27 €	123 868 305,37 €	0,00 €	312 505 606,37 €	31/12/2023	31/12/2023	130 180 372,75 €	181 512 494,76 €	18 479 235,29 €	0 015 920,33 €	22 480 053,54 €	16,12%	23,51%	

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures and initials]

Paulo Rodrigues

6.7. Anexos às demonstrações orçamentais

6.7.1. Alterações orçamentais da receita

Rubrica	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
R1		- €	- €	- €	- €	- €	
R1.1		- €	- €	- €	- €	- €	
R1.2		- €	- €	- €	- €	- €	
R2		- €	- €	- €	- €	- €	
R3	(P)(M)	3 000,00 €	- €	6 300,00 €	67 000,00 €	63 700,00 €	
R4	(P)	5 800,00 €	6 300,00 €	- €	- €	12 100,00 €	
R5	(P)(M)	11 253 122,00 €	636 500,00 €	636 500,00 €	22 385,00 €	11 275 507,00 €	
R5.1	(P)(M)	11 253 122,00 €	636 500,00 €	636 500,00 €	22 385,00 €	11 275 507,00 €	
R5.1.1	(P)(M)	10 378 122,00 €	- €	- €	- €	10 378 122,00 €	
R5.1.1.1		- €	- €	- €	- €	- €	
R5.1.1.2		- €	- €	- €	- €	- €	
R5.1.1.3		- €	- €	- €	- €	- €	
R5.1.1.4		10 378 122,00 €	- €	- €	- €	10 378 122,00 €	
R5.1.1.5		- €	- €	- €	- €	- €	
R5.1.2	(P)(M)	875 000,00 €	636 500,00 €	636 500,00 €	22 385,00 €	897 385,00 €	
R5.1.3		- €	- €	- €	- €	- €	
R5.2		- €	- €	- €	- €	- €	
R6	(P)(M)	106 660,00 €	325 000,00 €	130 000,00 €	1 443 340,00 €	1 745 000,00 €	
R7		4 000,00 €	- €	- €	- €	4 000,00 €	
R8	(P)(M)	116 900,00 €	22 400,00 €	231 400,00 €	160 000,00 €	67 900,00 €	
R9	(P)(M)	35 775 393,00 €	14 377 825,00 €	14 377 825,00 €	426 700,00 €	36 202 093,00 €	
R9.1	(P)(M)	35 775 393,00 €	14 377 825,00 €	14 377 825,00 €	426 700,00 €	36 202 093,00 €	
R9.1.1	(P)(M)	14 248 807,00 €	400 000,00 €	400 000,00 €	300 000,00 €	14 548 807,00 €	
R9.1.1.1		- €	- €	- €	- €	- €	
R9.1.1.2		427 860,00 €	- €	- €	- €	427 860,00 €	
R9.1.1.3		- €	- €	- €	- €	- €	
R9.1.1.4	(P)(M)	13 820 947,00 €	400 000,00 €	400 000,00 €	300 000,00 €	14 120 947,00 €	
R9.1.1.5		- €	- €	- €	- €	- €	
R9.1.2	(P)(M)	21 526 586,00 €	13 977 825,00 €	13 977 825,00 €	126 700,00 €	21 653 286,00 €	
R9.1.3		- €	- €	- €	- €	- €	
R9.2		- €	- €	- €	- €	- €	
R10		- €	- €	- €	- €	- €	
R11	(P)(M)	15 000,00 €	15 000,00 €	- €	20 000,00 €	50 000,00 €	
R12	(P)(M)	30 000,00 €	- €	1 000,00 €	170 000,00 €	199 000,00 €	
R13		- €	- €	- €	- €	- €	
R14	(P)(M)	- €	678 000,00 €	678 000,00 €	2 779 107,00 €	2 779 107,00 €	
Total		47 309 875,00 €	16 061 025,00 €	16 061 025,00 €	5 088 532,00 €	52 398 407,00 €	

O Conselho de Administração




Para Rodrigues

6.7.2. Alterações orçamentais da despesa

Rubrica	Tipo	Despesa					Previsões corrigidas	Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas		
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais			
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]	
D1	(P)(M)	4 797 282,00 €	153 700,00 €	274 500,00 €	2 228 000,00 €	6 904 482,00 €		
D1.1	(P)(M)	3 840 768,00 €	126 600,00 €	125 000,00 €	1 697 600,00 €	5 539 968,00 €		
D1.2	(P)(M)	35 075,00 €	10 000,00 €	500,00 €	1 400,00 €	45 975,00 €		
D1.3	(P)(M)	921 439,00 €	17 100,00 €	149 000,00 €	529 000,00 €	1 318 539,00 €		
D2	(P)(M)	5 729 033,00 €	1 175 841,00 €	1 271 761,00 €	650 314,00 €	6 283 427,00 €		
D3	(P)(M)	126 230,00 €	3 815,00 €	1 500,00 €	4 700,00 €	133 245,00 €		
D4	(P)(M)	890 500,00 €	61 805,00 €	23 000,00 €	63 501,00 €	992 806,00 €		
D4.1	(P)(M)	890 500,00 €	61 805,00 €	23 000,00 €	63 501,00 €	992 806,00 €		
D4.1.1		- €	- €	- €	- €	- €		
D4.1.1.1		- €	- €	- €	- €	- €		
D4.1.1.2		- €	- €	- €	- €	- €		
D4.1.1.3		- €	- €	- €	- €	- €		
D4.1.1.4		- €	- €	- €	- €	- €		
D4.1.1.5		- €	- €	- €	- €	- €		
D4.1.2		50 000,00 €	- €	- €	- €	50 000,00 €		
D4.1.3	(P)(M)	840 500,00 €	61 805,00 €	23 000,00 €	63 501,00 €	942 806,00 €		
D4.1.4		- €	- €	- €	- €	- €		
D4.2		- €	- €	- €	- €	- €		
D5	(P)(M)	220 580,00 €	21 000,00 €	22 100,00 €	51 000,00 €	270 480,00 €		
D6	(P)(M)	30 079 100,00 €	15 875 925,00 €	16 099 225,00 €	1 576 702,00 €	31 432 502,00 €		
D7	(M)	700 000,00 €	50 000,00 €	50 000,00 €	300 000,00 €	1 000 000,00 €		
D7.1	(M)	700 000,00 €	50 000,00 €	50 000,00 €	300 000,00 €	1 000 000,00 €		
D7.1.1		- €	- €	- €	- €	- €		
D7.1.1.1		- €	- €	- €	- €	- €		
D7.1.1.2		- €	- €	- €	- €	- €		
D7.1.1.3		- €	- €	- €	- €	- €		
D7.1.1.4		- €	- €	- €	- €	- €		
D7.1.1.5		- €	- €	- €	- €	- €		
D7.1.2		- €	- €	- €	- €	- €		
D7.1.3	(P)	700 000,00 €	50 000,00 €	- €	- €	750 000,00 €		
D7.1.4	(P)(M)	- €	- €	50 000,00 €	300 000,00 €	250 000,00 €		
D7.2		- €	- €	- €	- €	- €		
D8		- €	- €	- €	- €	- €		
D9	(P)(M)	1 000 000,00 €	400 000,00 €	- €	173 615,00 €	1 573 615,00 €		
D10	(M)	3 767 150,00 €	- €	- €	40 700,00 €	3 807 850,00 €		
Total		47 309 875,00 €	17 742 086,00 €	17 742 086,00 €	5 088 532,00 €	52 398 407,00 €		

O Conselho de Administração

A

Para Rodrigues

6.7.3. Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Datas		Pagamentos								Modificações (4)
			Início	Fim	Ano t		Períodos seguintes						
					Dotação anual	Dotação corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)-(17)-(8)	
Investimento no parque habitacional da IHM	51181	Investimentos e atividades de índole habitacional com fins sociais	01/01/2021	31/12/2023	700 000,00 €	700 000,00 €	300 000,00 €	300 000,00 €	€	€	€	€	€
Investimento no parque habitacional da IHM	51181	Investimentos e atividades de índole habitacional com fins sociais	01/01/2019	31/12/2020	4 993 505,04 €	5 004 420,83 €	2 538 199,14 €	2 112 526,94 €	579 712,95 €	398 408,64 €	1 019 714,25 €	410 915,77 €	
PIR - Aquisição/Construção	51181	Investimentos e atividades de índole habitacional com fins sociais	01/01/2023	31/12/2023	300 000,00 €	300 000,00 €	851 300,00 €	1 148 700,00 €	€	€	€	€	
PIR - Aquisição/Construção	51181	Investimentos e atividades de índole habitacional com fins sociais	01/01/2023	31/12/2025	18 637 100,00 €	18 637 100,00 €	22 898 200,00 €	20 601 300,00 €	45 699 675,00 €	45 699 675,00 €	€	€	
Regeneração do Bairro da Palmeira	51399	Projeto Integrado de Regeneração do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos	01/01/2021	31/12/2021	77 700,00 €	77 700,00 €	€	€	€	€	€	€	
Regeneração do Bairro da Palmeira	51399	Projeto Integrado de Regeneração do Bairro da Palmeira, Câmara de Lobos	01/01/2018	31/12/2023	600 000,00 €	1 062 861,49 €	€	€	€	€	€	€	462 861,49 €
Reabilitação do parque habitacional da IHM	51570	Projetos da IHM apoiados pelo Fundo de Coesão Nacional	01/01/2020	31/09/2021	€	9 856,73 €	€	€	€	€	€	€	9 856,73 €
Realojamento de famílias afetadas pelo Incêndio de agosto de 2016	51595	Atividades de recuperação dos Incêndios de agosto de 2016	10/08/2021	31/12/2023	86 000,00 €	86 000,00 €	€	€	€	€	€	€	
Realojamento de famílias afetadas pelo Incêndio de agosto de 2016	51595	Atividades de recuperação dos Incêndios de agosto de 2016	10/08/2020	31/12/2023	1 426 190,00 €	1 426 190,00 €	1 426 173,00 €	1 426 173,00 €	€	€	€	€	
Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	52067	Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	03/01/2021	31/12/2022	288 053,00 €	288 053,00 €	101 498,58 €	€	€	€	€	€	
Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	52067	Eficiência energética em edifícios de habitação social da IHM	03/01/2021	31/12/2022	3 158 740,00 €	3 158 740,00 €	1 469 716,19 €	€	€	€	€	€	
PIR - Tecnologias de Informação	52533	RE-CO2-03RAM - Tecnologias de Informação	01/01/2021	31/12/2024	45 000,00 €	45 000,00 €	50 000,00 €	100 000,00 €	50 000,00 €	€	€	€	
PIR - Tecnologias de Informação	52533	RE-CO2-03RAM - Tecnologias de Informação	01/01/2021	31/12/2024	325 000,00 €	325 000,00 €	320 000,00 €	280 000,00 €	410 000,00 €	€	€	€	
Total					30 237 288,04 €	31 321 922,93 €	29 755 546,25 €	25 746 799,94 €	46 750 347,95 €	46 286 083,64 €	1 019 714,25 €	884 633,99 €	

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures and names]
 Para Rodrigues

RELATÓRIO E CONTAS 2021

6.7.4. Operações de tesouraria

		Euros			
Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07x1	Intermediação de fundos	- €	- €	- €	- €
07x2	Entrega de receita por conta de outrem	- €	- €	- €	- €
07x3	Devolução de cauções e garantias	- €	- €	- €	- €
07x4	Entrega de recursos próprios comunitários	- €	- €	- €	- €
07x6	Retenções - Transição para SNC-AP	- €	- €	- €	- €
07x9	Outras despesas de operações de tesouraria	15,00 €	2 826,39 €	2 732,11 €	109,28 €
Total		15,00 €	2 826,39 €	2 732,11 €	109,28 €

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 Maria Rodrigues



7. Relatórios e Certificação Legal

7.1. Certificação legal das contas, relatório e parecer do Fiscal Único



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 216.237.922,32 euros e um total de fundos próprios de 180.553.216,67 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.840.281,99 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística – para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Não obtivemos uma avaliação independente dos imóveis pertença do IHM, pelo que não nos foi possível concluir sobre a existência ou não de imóveis em imparidade. Pudemos, no entanto, constatar que os valores patrimoniais tributários globais referentes aos terrenos e imóveis registados por cerca de 193 milhões de euros foram avaliados pela Autoridade Tributária em cerca de 149 milhões de euros. Encontra-se em curso, pelos serviços, um estudo de avaliação técnica para o parque habitacional.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que os desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 e o conflito armado entre a Rússia e Ucrânia têm um impacto significativo nas pessoas e na sociedade como um todo.

No ponto 5.5.17 do Anexo é referido que ambas as situações não colocam em risco o desenvolvimento da atividade do Instituto e que o pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras é apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística – para as Administrações Públicas.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 20.009.858,86 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 18.230.579,65 euros), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

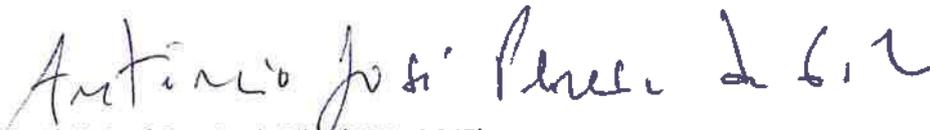
Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Conforme divulgado no ponto 4.3 do Relatório de Gestão, a Entidade não incluiu as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

Lisboa, 20 de abril de 2022

A. JACINTO & PEREIRA DA SILVA, SROC, LDA.

Representada por:



António José Pereira da Silva (ROC nº 947)



A Jacinto & Pereira da Silva SROC, LDA.

Campo Grande, 28 - 5º D
1700 - 093 Lisboa

telefone: +351 217 613 320

e-mail: geral@ajpsroc.pt

site: www.ajpsroc.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Conselho de Administração do
IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração dos resultados por naturezas e os mapas de execução orçamental e as notas anexas. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório e Contas do ano de 2021, preparado pelo Conselho de Administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitidos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui 1 reserva e uma ênfase.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório e Contas, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação pela Secretaria Regional da Inclusão Social e Cidadania e pela Vice-Presidência do Governo Regional e Assuntos Parlamentares.

Funchal, 20 de abril de 2022

A JACINTO & PEREIRA DA SILVA, SROC, LDA.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

António José Pereira da Silva (ROC nº 947)

C. Social	5 000 €
NIPC	504 386 557
CRC Lisboa	504 386 557
SROC	182
CMMF	201 614 84

